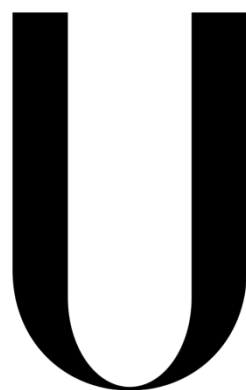


**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**LISBOA**

---

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

**Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a  
Grande Guerra.**

**Inês Paixão Martins**

**Mestrado em História Militar**

**2018**

## ÍNDICE

Resumo/Palavras-Chave	5
Abstract/Key- Words	6
Agradecimentos	7
Estado da Arte	9
Introdução	14
Parte I – Portugal na Guerra: Contexto	
1. E agora?!	17
2. Mr. Policy	29
3. África Minha	34
Parte II – Moçambique	
1. Primeira Expedição	42
2. Segunda Expedição	45
3. Terceira Expedição	49
4. Quarta Expedição	53
Parte III – Tens trocos?	
1. O Escudo	57
2. Orçamentos Ministeriais	65
3. O impacto da guerra na economia da Metrópole	80
4. Aprovisionamento	116
Parte IV – E tu Zé?	
1. A vida a bordo da Armada Portuguesa	120
2. O Inferno africano	122
Conclusão	127
Bibliografia	129
Anexos	136

## **RESUMO**

O propósito da presente dissertação centra-se na análise do esforço financeiro que Portugal teve durante a Grande Guerra, teve enquanto participante na Grande Guerra, sendo que o principal objectivo será mostrar o custo unitário de cada soldado português deslocado na Província de Moçambique, entre 1914 e 1918. Para tal, optámos por recuar ao período anterior ao início do conflito, de forma a sustentar os números através do custo da frota da Marinha, ou mesmo através da formação do militar enquanto instruendo.

Para um entendimento mais facilitado deste estudo procedeu-se à divisão do mesmo em quatro partes: Como Portugal se viu envolvido na Grande Guerra; Quais os custos que Portugal teve que enfrentar para ingressar nesta Grande Aventura, nomeadamente no domínio do material e ingresso de mais pessoas na vida militar; o dia-a-dia do militar imediatamente antes do embarque, durante a viagem e a sua estadia em Moçambique; Por fim, o que sobrou depois do fim, atendendo às estruturas económicas e às dimensões sociais, com ênfase para os militares estropiados.

Em conclusão o presente estudo baseia-se no impacto económico e financeiro da Grande Guerra considerando muito especialmente a estrutura militar e a província de Moçambique entre 1914 e 1918.

### **Palavras-Chave:**

Grande Guerra – Portugal – História Militar – Moçambique – Soldado.

## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to analyze the financial effort of the Great War that Portugal had as a participant in the Great War, with the main objective being to show the unit cost of each Portuguese soldier displaced in the Province of Mozambique between 1914 and 1918. To do so, we chose to retreat to the period before the beginning of the conflict, in order to sustain the numbers through the cost of the Navy fleet, or even through the training of the military while instructing.

For a better understanding of this study it was divided into four parts: How Portugal was involved in the Great War; What are the costs that Portugal had to face in order to enter this Great Adventure, namely in the field of material and the entry of more people into the military life; The day-to-day operations of the military immediately before boarding, during the trip and their stay in Mozambique; Finally, what remained after the end, given the economic structures and social dimensions, with emphasis on the crippled military.

In conclusion the present study is based on the economic and financial impact of the Great War, especially considering the military structure and the province of Mozambique between 1914 and 1918.

### **Key-Words:**

Great War – Portugal – Military History – Mozambique – Soldier

## **AGRADECIMENTOS**

Como qualquer trabalho de investigação, este não se fez só de uma pessoa, mas sim de várias, e como tal é necessário recorrer ao apoio de várias pessoas e entidades.

Em primeiro lugar, tenho de agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Teresa Nunes, as suas sugestões, conselhos, correcções e questões muito me auxiliaram a chegar ao “produto final”.

Agradeço, igualmente ao Arquivo Histórico Militar, bem como o Arquivo Histórico Ultramarino, onde passei grande parte do meu tempo lendo e relendo arquivo.

Mas como nem só de professores se faz uma rede de segurança, assim sendo tenho de agradecer sem falta aos amigos que me acompanharam nesta aventura que é a História, entre tantos outros não posso deixar de referir: José Baleira, meu querido e grande amigo, não há palavras suficientes para agradecer a amizade, ajuda e disponibilidade que demonstras desde a licenciatura; Fernando Ribeiro, não posso deixar de agradecer toda a ajuda proporcionada, bem como todos os conselhos e ralhetes durante as nossas lides militares; João Nogueira, de um colega a um amigo, que demonstrou por pequenos gestos a amizade entre ambos e que em tudo ajudou, mesmo quando parecia impossível; Daniela Gouveia, a ti só mesmo agradecer pelas tardes na biblioteca, entre outros locais, e pela amizade e companheirismo ao longo dos anos; Beatriz Van Zeller, “B meva” amiga agradeço-te por todos os momentos passados, “fanem”!; e Teresa Pinto, a ti minha amiga, não de sempre mas para sempre, agradeço-te por seres quem és e pelo enorme carinho e amizade que me tens e que eu retorno, esta nossa rotina acaba mas outras se formarão.

E por fim, o grande agradecimentos à minha família que sempre me apoiou aos longo desta jornada. Aos meus pais, o meu muito obrigada por sempre me terem incentivado a seguir História, porque era um sonho desde pequena, e as palavras sábias prevaleceram “Prefiro ver-te pobre mas feliz, do que rica e triste!”. À minha irmã, agradeço-te a paciência ao longo dos anos, não só de História como dos últimos 25 anos. E ainda aos meus avós, tios e primos, que presentes ou não sempre apoiaram.

## ESTADO DA ARTE

Para entendimento geral da história da Grande Guerra, tanto na perspectiva portuguesa como mundial, foi de particular relevância a obra *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa – Angola e Moçambique* de Arrifes<sup>1</sup>, onde foi perceptível a vida levada pelos portugueses deslocados no continente africano e como a situação era vista pela metrópole. Por sua vez Mário Costa<sup>2</sup>, descreve os antecedentes à entrada de Portugal na Grande Guerra escrevendo sobre o primeiro ataque alemão a um posto fronteiriço português. Porém a falta de visão dos entendidos, isto é de militares, levou-nos a consultar os escritos de Ferreira Gil<sup>3</sup>, onde o General relata e glorifica as acções dos homens que compuseram a segunda expedição, considerando ter sido esta a primeira que realmente se envolveu no conflito. O mesmo autor desvalorizava a primeira expedição uma vez que metade dos homens adoeceu e não se envolveu em confronto com os alemães. As nossas leituras prosseguiram com recurso aos estudos de Luís Fraga<sup>4</sup>, de suma importância, nomeadamente quando à análise das contendas que opuseram Alemanha e Portugal, devido ao arresto das embarcações alemãs e ao valor estratégico de Moçambique na expansão da Alemanha no continente africano. Por outro lado, o autor apresenta igualmente ao elenco dos factores e argumentos determinantes para as correntes guerrista e anti-guerrista, formadas em Portugal na sequência do início

---

<sup>1</sup> ARRIFES, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914 – 1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2004. Pp. 318 e 322.

<sup>2</sup> COSTA, Mário, *É o inimigo que fala*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1932. Pp 115 – 116.

<sup>3</sup> FERREIRA GIL, José César. *A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses – o esforço da expedição de 1916*. Revista Militar Nº 2548 – Maio de 2014. Pp 509 – 526.

<sup>4</sup> FRAGA, Luís Alves de. *A Alemanha e as colónias portuguesas*. In AAVV. *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 14 – 16.

*Divisão de Instrução – as manobras de Tancos*. In AAVV, *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 265 – 269.

*Portugal na Grande Guerra. Recrutamento, a mobilização e o Roulement nas frentes de combate. Factos e Números*, VIII Colóquio – O recrutamento militar em Portugal, Comissão portuguesa de História Militar, Lisboa, 1996.

*Portugal nem neutralidade, nem beligerância*. In AAVV, *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 103 – 104.

*Os navios alemães – Declaração de Guerra*. In AAVV, *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 245 – 249

da Grande Guerra. De forma a aferir a opinião estrangeira procedi à leitura de Linchnowsky<sup>5</sup>, respeitante às dinâmicas diplomáticas anteriores à Grande Guerra, em particular os acordos secretos entre a Inglaterra e a Alemanha para a partilha das colónias portuguesas em África, quer fosse por quebra de acordos, quer fosse por derrota em combate. Dentro desta temática europeia, encontrámos em Martelo<sup>6</sup> a abordagem directa à acção impulsionadora deste conflito, a morte de Franz Ferdinand, e uma abordagem da partilha das colónias portuguesas entre os impérios alemão e britânico diferente da elaborada pelo príncipe alemão. Em Mayer Garção<sup>7</sup>, colhemos a análise à declaração de guerra da Alemanha a Portugal, bem como uma análise generalista à Europa de leste e os seus objectivos para a entrada na Grande Guerra. Também aqui Pires<sup>8</sup> apresentava uma visão dos factos ocorridos em solo moçambicano, nomeadamente o conflito luso-alemão, bem como o entendimento geral sobre o início e desenvolvimento do conflito abordando questões internacionais, não se concentrando unicamente na perspectiva portuguesa. Severiano Teixeira<sup>9</sup> analisa todas as questões envolventes com a entrada de Portugal no conflito, as parcerias/alianças efectuadas para este propósito, a dinâmica metrópole – colónia, bem como a permanência de Portugal no conflito apesar de todas as contrariedades encontradas ao longo do caminho. Por fim, o Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>10</sup>, através da transcrição de memorandos e restante correspondência entre entidades portuguesas e estrangeiras elencava as conversações e negociações diplomáticas pré e durante o conflito.

---

<sup>5</sup> LINCHNOWSKY, Príncipe. *A Inglaterra e a Alemanha projectavam a partilha das colónias portuguesas*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Amigos do Livro, 1985. Tomo II – *Primeira República: da conspiração ao fim do regime parlamentar*. Pp. 55 – 57.

<sup>6</sup> MARTELO, David. *Mobilizações e declarações de guerra*. In AAVV. *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 49 – 53 e 138 – 139.

<sup>7</sup> MAYER GARÇÃO, Francisco. *Relatório Oficial justificativo da intervenção de Portugal na Guerra*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Multilar, 1988. Pp 59 – 67.

<sup>8</sup> PIRES, Ana Paula e FOGARTY, Richard S. *África e a Primeira Guerra Mundial*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. N.º 66. Pp 63, 64 e 69.

<sup>9</sup> SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, *O Poder e a Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996. Pp. 62, 80, 373 – 374, 375 – 377 e 379 – 382.

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, e BARATA, Manuel Themudo, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004. Pp. 14

<sup>10</sup> *Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918*, Tomo I – As negociações diplomáticas até à declaração de guerra. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp 149 -150 e 316 – 319. *Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918*, Tomo II – As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp 15 – 16.

De forma a obter melhor compreensão da história de Portugal procedemos à consulta de *Quarenta Anos de Vida Literária e Política* de Almeida<sup>11</sup> onde se demonstra toda a envolvimento da política em questões militares, de como estas não eram concordantes e dos problemas adjacentes das mesmas. Por sua vez Coimbra<sup>12</sup> descreve conflitos durante a passagem de um regime monárquico constitucional para um regime republicano parlamentar, e de como este se desenvolveu durante a primeira década de existência. *Portugal na Guerra* de Brito Camacho<sup>13</sup>, constituiu outra obra de consulta essencial, por demonstrar a posição dos unionistas face à participação de Portugal no conflito mundial, bem como a oposição desta estrutura partidária ao governo da União Sagrada, considerada a causadora do envolvimento de Portugal na Grande Guerra.

Em Medina<sup>14</sup>, aborda-se a questão da aliança de Portugal face aos interesses do Império Britânico como a fórmula através da qual o governo de Bernardino Machado logrou a intervenção inglesa na manutenção do espaço colonial português. Contudo, segundo Meneses<sup>15</sup> a abordagem foi efectuada através da União Sagrada e reflectiu-se como impulsionadora da mudança em Portugal durante a Grande Guerra. Em Ramires Oliveira<sup>16</sup> identificámos descrições de acções pelos expedicionários portugueses e das adversidades durante os quatro anos de conflito.

De forma a obter mais do que uma visão da história de Portugal geral, também realizámos a consulta e leitura de Peres<sup>17</sup>. A questão colonial, sobre a qual recai uma das explicações para a entrada de Portugal na Grande Guerra, é amplamente abordada e desenvolvida por Proença<sup>18</sup>. Analisando os aliados e seus parceiros, com maior incidência sobre a aliança luso-inglesa no período de negociações que antecederam a

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, António José de, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III. Lisboa, J. Rodrigues e C<sup>a</sup>, 1934. Pp. 177 – 182.

<sup>12</sup> COIMBRA, Artur Ferreira. *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)*. Braga, [S.N.], 2000. P 37.

<sup>13</sup> CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa, Guimarães & C<sup>a</sup>, 1935. Pp. 57 – 64 e 97 – 98.

<sup>14</sup> MEDINA, João, *História de Portugal Contemporâneo – político e institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1994. Pp 416 – 417.

<sup>15</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de, *A União Sagrada*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. Pp. 275 – 285.

<sup>16</sup> RAMIRES OLIVEIRA, A. N., ed lit. *História do Exército Português (1910 – 1945)*. Lisboa, Estado Maior do Exército, 1993. P. 543, 545 e 547.

<sup>17</sup> PERES, Damião, *História de Portugal – Edição Monumental*, Porto, Portucalense Editora, 1954.

<sup>18</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *A Questão Colonial*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. Pp. 205 – 228.



entrada de Portugal na I Guerra Mundial, este foi o trabalho desenvolvido por Ramos<sup>19</sup>. Também Rollo<sup>20</sup> aborda questões como a vida dos soldados portugueses em Moçambique e o abandono e falta de consideração que estes mereceram do Governo Português. Já Santos<sup>21</sup> procede à análise descritiva dos navios que realizaram missões em Moçambique durante 1914 – 1918. Telo<sup>22</sup> reflecte sobre a Armada Portuguesa e o seu papel na defesa de Moçambique, bem como a evolução das campanhas militares na referida província; de igual forma, avalia a forma como as Forças Armadas foram consideradas pela República, no contexto da decadência e queda do regime republicano.

Para melhor entendimento da história de Moçambique no período em análise, reputamos a obra de Álvaro Castro, *África Oriental Portuguesa*<sup>23</sup>, de particular relevância. O autor descreve os quotidianos em Moçambique, elenca as acções desenvolvidas enquanto Governador-Geral de Moçambique, em funções desde 1915. Da mesma forma Cardoso Mirão<sup>24</sup> também foi determinante para um melhor conhecimento das estruturas sociais de Moçambique mas também a forma como a Grande Guerra veio a constituir um momento de charneira para os habitantes da então província do império português. Essencial para o estudo de Moçambique foi a obra de Mosca<sup>25</sup>, pois revelou-se um auxílio valioso no entendimento da economia moçambicana, desde a Companhia do Nyassa e acções respectiva à vida dos colonos portugueses nesta província. Recorremos ainda às perspectivas estrangeiras sobre a mesma temática, em especial a

---

<sup>19</sup> RAMOS, Rui. *Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial*. In MENESES, Filipe Ribeiro de. *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa, Tinta-da-China, 2011. Pp. 83 – 84 e 100 – 101.

<sup>20</sup> ROLLO, Maria Fernanda. *Soldado de África! Quantas medalhas te puseram no peito? Portugal e África numa guerra global*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. Nº 66 p 88, 89, 79, 80, 93 e 94 – 96.

<sup>21</sup> SANTOS, José Ferreira dos. *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*. S.L., Academia da Marinha, 2008. Pp. 22, 32, 60, 80, 84, 100, 126, 142, 158, 198, 222, 228 e 256.

<sup>22</sup> TELO, António José. *A Marinha e o apoio ao Império*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 260 – 261.

*Armada Portuguesa – planos e realidades*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 33 – 34.

*A República e as Forças Armadas*. [S.L.], [S.N.], 1997. P. 287.

*Campanha de Moçambique – 1914 –1915*. In AAVV. *Portugal na Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp.147 – 149.

*Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. Vol. I. Pp 11 – 13 e 14.

<sup>23</sup> CASTRO, Álvaro. *África Oriental Portuguesa – Notas e Impressões de Álvaro de Castro*. Iª Série. Lisboa, Livraria Académica, 1917. Pp. 1 - 98.

<sup>24</sup> CARDOSO MIRÃO. *Kináni? (Quem Vive?)*. S.L., Livros Horizonte, 2001.

<sup>25</sup> MOSCA, João. *Economia de Moçambique – Século XX*. Lisboa, Instituto Piaget, 2005. Pp 33 – 34.

de Newitt<sup>26</sup>, que demonstrou a importância da exportação para a economia moçambicana. Já Péliissier<sup>27</sup> mostrou-nos o ponto de vista de quem viu o país a ser colonizado, administrado e disputado através da guerra por estrangeiros. Estas análises foram complementadas pelas de Pedro Aires de Oliveira<sup>28</sup>, autor que se dedicou à avaliação da história de Moçambique do ponto de vista do colonizador e administrador da província.

Para aprofundar a economia, em termos gerais, as escolhas recaíram sobre o *Relatório do Banco Nacional Ultramarino do anno de 1890 – 1916*<sup>29</sup>, o qual nos permite conhecer a circulação fiduciária em Moçambique, explicando igualmente os preços praticados, bem como a importância das boas relações com o Império Britânico. Inscrito na temática económica, enfatize-se à análise de Fraga<sup>30</sup>, subordinada às motivações da neutralidade portuguesa embora os combates fluíssem em Moçambique. Já Gois Pinto<sup>31</sup> revela os aspectos económicos hospitalares, isto é, o valor orçamentado para gastos para com as infra-estruturas hospitalares da Província de Moçambique. Neste campo não poderia faltar Maria Eugénia Mata<sup>32</sup> e a sua visão sobre as finanças públicas portuguesas desde a regeneração até ao fim da Grande Guerra, onde expõe a evolução económica do país e as variações a que esta foi sujeita, quer através de agentes externos, quer através de necessidades internas. Da mesma autora, em co-autoria com Nuno Valério<sup>33</sup>, sublinhe-se o trabalho sobre a criação do escudo e consequente abandono do real, uma obra em que são abordadas, de forma sistemática, as taxas cambiais do escudo face às restantes unidades monetárias, as entidades credoras do

---

<sup>26</sup> NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. [S.L.], Publicações Europa América, 2012. P.372.

<sup>27</sup> PÉLISSIER, Réne. *História de Moçambique: formação e oposição (1854 – 1918)*. Lisboa, Estampa, 1987 – 1988. Pp. 419.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Pedro Aires. Parte IV – *O Ciclo africano*. In OLIVEIRA E COSTA, João Paulo, et lid. *História da Expansão e do Império Portugêses*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

<sup>29</sup> BANCO NACIONAL ULTRAMARINO. *Relatório do Banco Nacional Ultramarino do anno de 1890 – 1916*. Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, 1891. P. 21 [1914], 21 [1916].

<sup>30</sup> FRAGA, Luís M. Alves de, *Portugal na Grande Guerra, Razões económicas de beligerância*. Separata da Revista Militar, Lisboa, 1985. Pp. 31 – 49.

<sup>31</sup> GOIS PINTO, Ernesto Espregueira. *Inspecção Superior de Fazenda da Província de Moçambique, Conta do Exercício de 1914 – 1915*. Apêndice ao Boletim Oficial Nº 50 – 1916 – 12 Dezembro. P.12.

<sup>32</sup> MATA, Maria Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, [S.N.], 1985. Pp. 45, 115 e 116.

<sup>33</sup> MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. O escudo: a unidade monetária portuguesa 1911 – 2001. Lisboa, Banco de Portugal, 2001. Pp. 100-120

O escudo: a nova unidade monetária da República. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2011. Pp. 21 – 24, 44 – 45, 56, 57, 59 e 61.

Estado português e o cálculo do valor do escudo, entre 1911 e 2010. Não menos importante, a elaboração do orçamento do estado português e a sua relação com as províncias ultramarinas constituíram implicaram a análise atenta dos trabalhos de Monteiro<sup>34</sup>.

Com Pereira<sup>35</sup>, o estudo recaiu sobre a evolução dos salários praticados em Portugal entre a implantação da República e 1913. Por outro lado, a crise monetária associada à Grande Guerra ditou a análise dos pressupostos de Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral<sup>36</sup>. Inscrito na mesma temática, embora caracterizado por uma visão mais abrangente, Telo<sup>37</sup> demonstra-nos a evolução económica republicana, apelando à interação entre as questões institucionais, políticas e sociais. Por fim Ventura<sup>38</sup>, procede à análise das consequências causadas pela beligerância portuguesa na economia e na sociedade, apresentando com clareza o aumento do custo de vida.

Sobre o estudo de economia de guerra foi essencial a leitura de Pires<sup>39</sup>, em face da abordagem ao impacto económica da beligerância atendendo sobretudo às infra-estruturas construídas na época e ao franco desenvolvimento das indústrias subjacentes ao esforço bélico. A Autora procedeu ainda à abordagem das problemáticas associadas aos créditos do Ministério das Finanças e aos acordos comerciais bilaterais existentes antes e durante o conflito bélico. Já Filipe Ribeiro de Meneses, na obra “A Iª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império”<sup>40</sup>, aborda as questões relacionadas com o Produto Interno Bruto português antes e durante a Grande Guerra, bem como os problemas respeitantes à expansão de indústrias adjacentes ao conflito bélico e às

---

<sup>34</sup> MONTEIRO, Armindo. *Do orçamento português*. Tomo I. Lisboa, [s. n.], 1921. Pp. 20, 27, 30 – 31 e 40.

<sup>35</sup> PEREIRA, David. *A Sociedade*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2009. Pp. 83 e 85.

<sup>36</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *A crise orçamental monetária portuguesa no contexto internacional (1914 – 1931)*. In MENESES, Filipe Ribeiro de. *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. 53 – 54, 55 e 72 – 73.

<sup>37</sup> TELO, António José. *A crise portuguesa: economia e sociedade*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 486.

*A economia da República Portuguesa*. [S.L.], [S.N.], 1997. Pp. 219 – 220, 221, 228 e 230 – 231.

<sup>38</sup> VENTURA, António. *A Sociedade portuguesa: efeitos da guerra*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. P. 447.

<sup>39</sup> PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*. Lisboa, Caleidoscópio, 2011. Pp. 183, 151, 152 e 199.

<sup>40</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de. *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e Império*. Lisboa, Tinta-da-China, 2011.

consequentes dificuldades agrícolas devido à falta da mão-de-obra. Nesta obra, porém, sublinha-se a necessidade de proceder ao estudo das finanças públicas atendendo ao desenvolvimento monetário durante a Grande Guerra.

## INTRODUÇÃO

A temática da participação na Grande Guerra tem sido objecto de inúmeros e variados artigos, trabalhos, dissertações ou mesmo, teses, nas valências políticas, geográficas, e mesmo económicas. O nosso interesse, enquanto estudante de História, incidiu na última vertente. Não nos foi difícil identificar um aspecto menos explorado no âmbito da investigação desenvolvida na ampla bibliografia produzida sobre a Grande Guerra. Assim, propusemo-nos contribuir para colmatar a ausência de estudos na vertente de cruzamento entre a História Económica e a História Militar de Portugal, a saber o custo do Soldado enviado para a Província de Moçambique ainda antes do decorrer da Grande Guerra. Apesar de ser uma área de estudo específica, acreditamos constituir um aspecto de suma importância individualizar os custos associados a cada um dos combatentes

A extensa bibliografia procede à análise das questões económicas e financeiras, Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, por exemplo, não se detalhando tais trabalhos nos custos intrínsecos à deslocação das tropas para a província de Moçambique. Por outro lado, autores como Nuno Valério e Maria Eugénia Mata tratam da questão económica do Escudo, apresentando as suas sucessivas mudanças, bem como estabelecendo o valor dessa moeda com o Euro. Por fim, Severiano Teixeira, entre outros vários autores, salienta os pressupostos inerentes à participação portuguesa na Grande Guerra.

A nossa análise inicia-se no período imediatamente anterior à Grande Guerra: optámos por um capítulo introdutório para contextualizar a posição de Portugal neste conflito e bem assim a fórmula através da qual a beligerância alcançou a província de Moçambique. Procede-se a uma avaliação das alianças militares em presença no contexto da Grande Guerra, bem como as suas repercussões na posição geopolítica portuguesa responsável pela intervenção de Portugal na Grande Guerra em África, nomeadamente para Moçambique. No mesmo capítulo descreve-se a situação Portuguesa respeitante à mudança de regime político, bem como todas as alterações que daí decorreram, quer políticas, quer militares.

No segundo capítulo introduzimos a questão financeira, recorrendo às propostas orçamentais dos Ministérios da Guerra, da Marinha e das Colónias (entre 1913 e 1916), procurámos cruzar a análise das fontes institucionais associadas às entidades supramencionadas com documentação subordinada à mesma temática, produzida por outros contextos, oficiais ou não. Sublinhe-se, assim, a riqueza dos Arquivos Histórico Militar e do Arquivo Histórico Ultramarino, onde realizámos uma investigação quase exclusivamente a caixas/gavetas respeitantes a “documentos por tratar” e “documentos selados”. Tal selecção de fontes pretende dar nova visibilidade a aspectos não integralmente avaliados no esforço historiográfico contemporâneo sobre a Grande Guerra no perímetro africano.

Por fim, no terceiro capítulo desenvolvemos questões económicas adjacentes e essenciais para a avaliação do esforço financeiro associado ao contingente militar português deslocado em Moçambique, sem um tratamento exaustivo por incompatibilidade com o objecto de análise da dissertação.

## **PARTE I**

### **PORTUGAL NA GUERRA:**

#### **CONTEXTO**

## 1.

### E AGORA?!

O ano de 1910 caracterizou-se pela viragem na vida política, a passagem da Monarquia Constitucional para a República. A não esquecer que todo o processo se iniciou nos finais do séc- XIX com o Partido Republicano Português a aspirar a ruptura revolucionária, devido ao facto de ser improcedente a sua ascendência ao poder por via eleitoral. A primeira evidência dessa opção, a sublevação de 31 de Janeiro de 1891, viria a ser reprimida; como tal o partido enfraqueceu e perdeu eleitores, cujas consequências se constatarem até 1897, pois o partido desistiu de participar nos actos eleitorais. Contudo, no ano de 1900 regressaram às eleições conseguindo três deputados entre eles Afonso Costa, reeleito em 1906.

A 1 de Fevereiro 1908 sobrevinha o regicídio do Rei D. Carlos e o assassinato de seu herdeiro, o Príncipe Luís Filipe, na Praça do Comércio cuja consequência imediata revertia na subida ao trono de D. Manuel II. O novo rei demitiu o governo de João Franco, nomeando o Governo de Acalmação Nacional, presidido por Ferreira do Amaral. Dificilmente, D. Manuel II esperaria designar sete governos; sem êxito, pois o descontentamento popular desenvolvia-se, estimulado pela propaganda republicana em torno de temas estruturantes como a subjugação de Portugal aos interesses coloniais britânicos.

Neste contexto, já em 1910, o Partido Republicano conseguiu aumentar o número de deputados no Parlamento, seguindo-se a eclosão revolucionária em Lisboa, que culminaria na implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, pela mão de José Relvas. Após a implantação do novo regime, a 6 de Outubro, o *Diário do Governo* anunciava ao povo português a constituição de um Governo Provisório, cuja constituição era formada pelo presidente Teófilo Braga e pelos seguintes ministros: Afonso Costa, António José de Almeida, António Luís Gomes, Azevedo Gomes, Bernardino Machado, Correia Barreto, José Relvas e Manuel de Camacho Brito, assumindo os ministérios da Justiça, do Interior, das Obras Públicas, Comércio e Indústria, da Marinha e das Colónias, Negócios Estrangeiros, da Guerra, das Fazenda e do Fomento, respectivamente. Uma das medidas prioritárias do Governo Provisório



relacionava-se directamente com o espaço colonial: anunciava-se a intenção de elaborar legislação prevendo autonomia às províncias ultramarinas, passando estas a serem denominadas de colónias, o que permitiria usufruir de uma maior liberdade e independência face ao governo português. Uma das consequências da descentralização do poder implicava a existência de um governador-geral<sup>41</sup> em Moçambique, entidade máxima representativa da autoridade administrativa da colónia. No domínio militar, assistiu-se à extinção da Guarda Municipal criando-se a Guarda Nacional Republicana<sup>42</sup>; por outro lado, alterou-se a Lei do Recrutamento Militar<sup>43</sup>.

Um dos problemas instantes da conjuntura revolucionária respeitava à necessidade do novo regime ser reconhecido pelas demais potências, monárquicas ou não. Ao abrigo da Constituição de Agosto de 1911, concretizava-se o primeiro passo, a saber, a eleição do primeiro presidente da República, Manuel de Arriaga, republicano histórico. Não obstante os seus esforços para promover a estabilidade política, viria a empossar seis governos, sendo o executivo presidido por Bernardino Machado o mais duradouro. A instabilidade, característica endémica do novo regime, dava origem ao surgimento de dois novos partidos políticos: o Partido Evolucionista, fundado por António José de Almeida; e o Partido União Republicana, pela mão de Brito Camacho, novos protagonistas a par do velho Partido Republicano Português, ora vulgo Partido Democrático.

Durante o mandato presidencial de Manuel Arriaga registava-se o atentado ao arquiduque Francisco Fernando, um acontecimento fulcral na eclosão da guerra entre o Império Áustro-Húngaro e, posteriormente, a transformação desse confronto em Grande Guerra. A 4 de Agosto de 1914, a Inglaterra tomava parte nesse conflito através da declaração do estado de guerra contra o Império Alemão, na sequência da invasão da Bélgica, um estado neutro, segundo o tratado de reconhecimento desse país, datado de 1839. Esta notícia foi recebida em Portugal por Lancelot Carnegie, ministro

---

<sup>41</sup> Vide Anexos, anexo nº 1.

<sup>42</sup> O Decreto – Lei de 3 de Maio de 1911 declarou a constituição da Guarda Nacional Republicana, constituída por militares e assente que em caso de guerra ou crise política ficará sob comando militar.

<sup>43</sup> O Decreto – Lei sobre o recrutamento militar de 2 de Março de 1911 instaura o recrutamento universal e a proibição de remissões a dinheiro para a substituição no serviço militar, contudo este tem um sistema de pagamento para a declaração de “não apto”, isto é, apesar de ser proibidas estas remissões, o cidadão podia pagar a sua “inaptidão” e através desta medida compensatória estaria a auxiliar um fundo de maneo, que se havia criado para fazer face às despesas para com as armas e munições.

plenipotenciário britânico em Lisboa, mensageiro de uma missiva de Eyre Crowe, do *Foreign Office*, dirigida ao governo português, instruindo Portugal a abster-se de qualquer proclamação sobre a guerra.<sup>44</sup>

Em face da efervescência nacional em torno dos acontecimentos em curso na Europa, Bernardino Machado, presidente do ministério, entendeu endereçar uma declaração de princípios ao Congresso, subordinada à condução da política externa nacional. A mensagem caracterizava-se pela prudência, atestando as boas relações entre Portugal e os demais países europeus mas igualmente a lealdade nacional aos compromissos assumidos com o Reino Unido. Tais declarações, contrárias aos pressupostos da mensagem inglesa, ocasionavam um pedido de esclarecimento do governo de Sua Majestade britânica.<sup>45</sup>

Em réplica, Bernardino Machado procurou enfatizar o valor da aliança luso-inglesa para Portugal<sup>46</sup>. Sublinhava o uso dos portos portugueses nos seus variados territórios pela marinha britânica e explicava a posição de Portugal face às transações comerciais efectuadas com o Império Alemão. Assim, procurava apresentar os seus serviços à aliada inglesa<sup>47</sup>, procedendo segundo o cumprimento das exigências britânicas, ou seja, evitar quaisquer formas de conflito com os Impérios Alemão e Austro-Húngaro. A 21 de Agosto de 1914, o chefe do governo determinou a constituição e envio de dois destacamentos mistos, formado por Artilharia de Montanha, Cavalaria, Infantaria e Metralhadoras para Angola e Moçambique. Nesta última colónia foram mobilizados 1477 homens, decisão fundada no conhecimento das pretensões

---

<sup>44</sup> FRAGA, Luís Alves de. Portugal – nem neutralidade, nem beligerância. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 103 – 104

<sup>45</sup> ROLLO, Maria Fernanda. *Soldado de África! Quantas medalhas te puseram no peito? Portugal e África numa guerra global*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. Nº 66. Pp 88 – 89

<sup>46</sup> SERRA, João B. *A evolução política (1910 – 1917)*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. Pp 94.

<sup>47</sup> “Não há que discutir o que as circunstâncias impõem. A Inglaterra carece do nosso auxílio e reclama-o. Só há uma solução: dar-lho. (...) Entendemos sempre que, caso a Inglaterra não carecesse do nosso auxílio nos devíamos dispensar de colaborar com ela nos feitos da guerra. Mas entendemos também, e desde a primeira hora, que, caso a Inglaterra precisasse de nós, expeditamente, sem relutância e sem desgosto, devíamos ir ocupar a seu lado o lugar de combatentes efectivos.”. Discurso proferido no Congresso em 23 de Novembro de 1914 por António José de Almeida. ALMEIDA, António José de. *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III. Lisboa, J. Rodrigues e C<sup>a</sup>, 1934. Pp 177 – 182. MEDINA, João. *História de Portugal Contemporâneo – político e institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1994. Pp. 416 – 417.

territoriais quer alemãs quer inglesas, conforme a sua demonstração nos ataques alemães aos postos de controlo portugueses; Maziúá, por exemplo.

A 24 de Agosto de 1914, no norte de Moçambique, concretamente em Maziúá, perto do Rio Rovuma, as forças alemãs, oriundas da África Oriental Alemã, atacavam o posto fronteiriço. Esse ataque havia sido previamente preparado, segundo demonstram os telegramas dos oficiais alemães, como início de uma ofensiva militar à África Oriental Portuguesa<sup>48</sup>. Era responsável pela morte do chefe dessa posição<sup>49</sup>. Este acontecimento não se revelou bastante para originar uma declaração de guerra de Portugal ao Império Alemão; Portugal mantinha-se observante das indicações inglesas para evitar quezílias com a Alemanha. No entanto, corresponderia ao ataque com o destacamento das primeiras tropas portuguesas deslocadas para África que chegariam a Lourenço Marques no dia 16 de Outubro. Este movimento alcançava uma importância acrescida se considerarmos o panorama envolvente, de crescente autonomia da geopolítica sul-africana face aos desígnios do executivo presidido por Jorge VI e consequentemente, a ameaça endémica ao equilíbrio da região. No final de Novembro, concretamente no dia 23, reunia-se o Congresso da República Portuguesa, a título extraordinário, para informação formal das opções do executivo português de autorização das forças armadas portuguesas na Grande Guerra, no âmbito da aliança com a Inglaterra.

A temática não era, no entanto, consensual entre as forças partidárias republicanas, motivo pelo qual se explicava o advento da ditadura do general Pimenta de Castro, convidado a organizar um governo para substituir o executivo dos Miseráveis, cujo propósito residia em dar prossecução aos intentos democráticos de forçar a participação portuguesa na Grande Guerra. Em Janeiro de 1915, iniciava-se um ciclo político, inspirado por Manuel de Arriaga, para reduzir as tensões internas e

---

<sup>48</sup> Vide COSTA, Mário. *É o inimigo que fala*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1932. pp 115 – 116.

<sup>49</sup> “Peço a V. Ex.<sup>a</sup> para transmitir ao Ministro de Portugal em Berlim o seguinte telegrama: «O relatório sobre os acontecimentos passados o norte de Moçambique prova que os alemães atacaram o nosso posto matando o comandante e uma mulher, queimaram e destruíram tudo. O motivo foi, segundo disseram, ter julgado estar a guerra declarada, ofereceram-se restituir os objectos roubados (...)». Telegrama enviado por Freire de Andrade, Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao Ministro de Portugal em Haia, a 9 de Dezembro de 1914. In *Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918, Tomo I – As negociações diplomáticas até à declaração de guerra*, Doc. Nº 190, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp. 149 – 150.

alargar a base social de apoio ao regime, na sequência do Movimento das Espadas. A oposição às opções governativas preconizadas por Pimenta de Castro, mormente, a inclusão dos monárquicos na vida política nacional, ditou o afastamento paulatino dos sectores apoiantes da solução governativa acalentada por Arriaga e, no limite, traduzia-se na revolta republicana de 14 de Maio de 1915, de natureza militar com substancial apoio popular, que determinou o afastamento do ditador.

Uma vez reposta a ordem republicana conforme aos intentos democráticos, retomava-se o propósito beligerante, vertido no protagonismo de Norton de Matos e José de Castro nos ministérios das Colónias e da Guerra, respectivamente. Sublinhe-se o debate em torno do perfil mais adequado ao exercício da pasta da Guerra, desenvolvido então, tendo em conta as necessidades do momento a par das contingências que assolavam o Estado português. Por outro lado, a valorização da componente militar expressava-se no alargamento do direito de voto aos membros das forças armadas cujos serviços era crescentemente requisitados para o espaço colonial. Tal facto explicava a autorização concedida ao governo para contrair empréstimos de forma a custear o incremento das despesas associadas às expedições para Angola e Moçambique.

Eleito presidente da república, Bernardino Machado chamava Afonso Costa à presidência do ministério. Antes do final do ano de 1915, Lisboa tinha por certa a necessidade de envio do segundo contingente militar para Moçambique composto por 1543 homens, com o objectivo de recuperar o Kionga, um objectivo que viria a ser alcançado pela terceira força expedicionária, comandada pelo tenente-coronel Moura Mendes, em 10 de Abril 1916. Concomitantemente, o Reino Unido<sup>50</sup> apresentava

---

<sup>50</sup> “O problema da nossa intervenção na guerra ficou pôsto desde que a Inglaterra se declarou beligerante. Gritava-se que tínhamos de ir para a guerra, porque a isso nos obrigava a Aliança. Vejamos que direitos nos garantem e que obrigações nos impõem os tratados da nossa Aliança com a Inglaterra. O primeiro tratado é datado de 1373 (...) é de (...) compromisso de auxílio mútuo [e] tem a maior extensão possível: abrange os insultos, injúrias e actos infames de que esteja ameaçado um dos contratantes e de que o outro venha a ter conhecimento. (...) bastando a simples ameaça (...) prontamente acuda em seu socorro, levando-lhe tôda a casta de defesa. Na rigorosa observância deste tratado, o simples facto de uma das partes contratantes entrar em guerra (...) não obrigava, por si só, a outra parte a ir para os campos de batalha. O segundo tratado luso-inglês, datado de 1386. (...) é expressa a condição (...) que [caso] um dos contratantes deseje obter [socorro] do outro ser pedido e pago. O sexto tratado foi assinado em 1661. A contextura dêste diploma é a dum instrumento jurídico destinado a garantir a protecção que um Estado promete dar a outro Estado. Portugal fica sendo, desde a entrada em vigor dêste tratado, um Estado protegido, não sob tutela, mas sob a protecção da Gran-Bretanha.” CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa, Guimarães & C<sup>a</sup>, 1935. PP 57 – 64.

dificuldades na obtenção de transportes marítimos. Nessa medida, solicitou o apresamento de navios mercantes alemães atracados nos portos portugueses<sup>51</sup> desde o início do conflito. Portugal aceitou o pedido em 7 de Fevereiro de 1916, após a publicação da lei nº480<sup>52</sup>. Sublinhe-se o enquadramento legislativo associado ao referido procedimento, atendendo à criação da Comissão Central de Subsistência, entidade essencial para providência de aprovisionamento de matérias-primas, permitindo ao governo as requisições dos navios alemães nos territórios portugueses, em número de 70. Em conformidade, a 23 de Fevereiro de 1916<sup>53</sup>, a Armada Portuguesa, em observância das ordens do executivo português, desenvolvia uma operação liderada pelo Capitão-de-fragata Leote do Rego<sup>54</sup> a saber, tomava os navios dos Impérios Alemão ancorados no Estuário do Tejo<sup>55</sup>, arreou as bandeiras dos impérios e içou a bandeira portuguesa<sup>56</sup>.

---

Inglaterra chegou inclusivamente a fazer um pagamento pelo fretamento dos navios no valor de £1 102 600,33 (5 360 564\$05). PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial: a república e a economia de guerra*. Lisboa, Caleidoscópio, 2011. P. 183

<sup>51</sup> Em Moçambique procedeu-se ao arresto de oito navios, mencionados no quadro abaixo:

Nome Original	Nome Português	Porto onde se encontrava	Toneladas
Admiral	Lourenço Marques	Lourenço Marques	3 695
Hessen	Inhambane	Lourenço Marques	3 206
Hof	Gaza	Lourenço Marques	2 735
Kalif	Fernão Veloso	Moçambique	3 243
Kronsprinz	Quelimane (Navio-Hospital)	Lourenço Marques	3 541
Linda Woermann	Pungué	Beira	878
Zieten	Tungué	Moçambique	4 836

<sup>52</sup> “1 Julho, de 1916 – I Série – Nº 27. Legislação da República. Ministério da Marinha. (...) Decreto nº 2:332. Usando da faculdade que me concede a lei nº480, de 7 de Fevereiro de 1916, e nos termos do decreto nº 2:229 de 23 do referido mês, e sob proposta do Governo: hei por bem decretar o seguinte: Artigo único. São requisitados para serviço de Estado, os navios alemães (...)” In Boletim Oficial de Moçambique, Iª Série, 1916. P.188.

<sup>53</sup> FRAGA, Luís Alves de. *Os navios alemães – Declaração de Guerra*. In AAVV, *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp 245 – 249

AAVV. *Portugal na Primeira Guerra Mundial: 1914 – 1918, Tomo I – As negociações diplomáticas até à declaração de guerra*, Doc. 377. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp. 316 – 319.

<sup>54</sup> Por esta altura o Capitão-de-fragata Leote do Rego era Comandante da Divisão Naval de Defesa.

<sup>55</sup> O Estuário do Tejo é referido por ter sido o local com mais apreensões, 35 num total de 70, excluindo os dois navios austríacos apreendidos em Lisboa e Mormugão (Goa).

<sup>56</sup> “Memorandum. Under instructions from Sir Edward Grey His Majesty’s Minister has the honour to inform the Portuguese Government that His Majesty’s Government are prepared to purchase all the German Ships in Portuguese ports for £3,500.000 (three million five hundred thousand pounds) less any *pro rata* deductions for any vessels retained by the Portuguese Government for their own use and less any cost repairs borne by His Majesty’s Government.”. Telegrama enviado pela delegação de Inglaterra em Lisboa para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, In *Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914 –*

Em réplica, o Império Alemão solicitava explicações ao governo português; na ausência das mesmas, chegava a declaração do estado de guerra alemã<sup>57</sup>, em 9 de Março do mesmo ano, ao qual se seguiu o corte das relações entre Portugal e os Impérios Alemão e Austro-Húngaro. A 15 de Março de 1916, Bernardino Machado constituía um novo governo, conhecido como “União Sagrada”, presidido por António José de Almeida, caracterizado pela coligação entre os Partidos Democrático e Republicano Evolucionista. A formação deste executivo foi pensada como um bem comum para fazer face à nova conjuntura imposta pelo Império Alemão<sup>58</sup>. Em 24 de Maio, Norton de Matos, o ministro da Guerra, decretou o ordenamento do recenseamento militar de todos os cidadãos, cuja baliza etária se situava entre os 20 e os 45 anos. Após a instrução preliminar, os militares mobilizados dirigiram-se para Tancos<sup>59</sup>, local onde depois da instrução preparatória se negaram a embarcar. O oficial Tamagnini de Abreu e Silva foi nomeado para comandar o CEP<sup>60</sup>.

A 28 de Maio do mesmo ano, impunha-se nova investida na frente africana, moçambicana em particular, concretizada com a terceira expedição. Composta por 4642 homens, tinha por objectivo a passagem do Rio Rovuma e servir de auxílio no assalto às tropas alemãs desde o Lago Tanganica. A quarta e última expedição partiu rumo a Moçambique, composta por 9786 homens, em 1917. No mesmo ano, Sidónio Pais, antigo ministro e embaixador português em Berlim, liderava um golpe revolucionário contra o Governo da “União Sagrada”. Este movimento militar traduziu-se na constituição de uma Junta Militar presidida pelo próprio, após a dissolução do parlamento, a destituição do presidente da república e constituição de um novo governo.

---

1918, Tomo II – *As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, Doc. Nº 447, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp. 15 – 16

<sup>57</sup> MAYER GARÇÃO, Francisco. *Relatório Oficial justificativo da intervenção de Portugal na Guerra*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Multilar, Lisboa, 1988. Tomo II – *Da conspiração Republicana ao fim do regime parlamentar*. Pp. 59 – 67.

<sup>58</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de. *A União Sagrada*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. Pp. 275 – 285

<sup>59</sup> FRAGA, Luís Alves de. *Divisão de Instrução – as manobras de Tancos*. In AAVV. *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 265 – 269

<sup>60</sup> CEP é a sigla utilizada para denominar o Corpo Expedicionário Português, que não será assunto representado nesta tese, pois é usado para os teatros de guerra europeus.

Resumidamente pode assumir-se a existência de três teses justificativas para a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial<sup>61</sup>:

- 1) A tese Colonial – esta tese convencionou o papel desempenhado pelas colónias portuguesas em África e o modo como estas foram consideradas como moeda de troca ou mecanismo de retribuição no panorama geo-estratégico internacional desde o final do séc. XIX<sup>62</sup>. Assim, Portugal entrou na Grande Guerra para salvaguarda das suas colónias no território africano, objecto de interesse económico e estratégico das grandes potências europeias: a França, o Império Alemão e o Reino Unido.<sup>63</sup>
- 2) A tese da defesa interna da República – a intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial deve ser analisada como parte fundamental do plano arquitectado por Afonso Costa que considerava a intervenção portuguesa no conflito europeu uma fórmula para fortalecer o regime internamente mas também para consolidar a presença dos democráticos na estrutura partidária caracterizada pelo espectro da divisão<sup>64</sup>.
- 3) A tese Peninsular – Portugal participou no conflito europeu para recuperar o prestígio entre as nações europeias, afastando simultaneamente os perigos da ameaça anexionista, representada por Espanha, e acautelando o fortalecimento da união centenária para com o Reino Unido. Tanto nesta tese, como na tese colonial, a aliança com o Reino Unido foi vista como uma mais valia. No que respeita às intenções de Madrid, Portugal entendia a aliança com o Reino Unido uma forma de enfraquecer a relação anglo-hispânica, na presunção da neutralidade espanhola no conflito<sup>65</sup>. Por outro lado, tratava-se de garantir a

---

<sup>61</sup> ROLLO, Maria Fernanda. *Soldado de África! Quantas medalhas te puseram no peito? Portugal e África numa guerra global*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. Nº 66. Pp 79 – 80

<sup>62</sup> PROENÇA, Maria Cândida. *A Questão Colonial*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-china, 2010. Pp 205 – 228.

<sup>63</sup> SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno. *Op. Cit.* Pp. 373 – 374.

<sup>64</sup> SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, *Op. Cit.* Pp. 379 – 382.

<sup>65</sup> Durante os reinados de Eduardo VII de Inglaterra e Carlos I de Espanha, houve uma aproximação das duas monarquias que se demonstrou ser prejudicial para Portugal, na sequência do falecimento de ambos monarcas.

integridade do território português. Esta tese só foi desenvolvida durante as décadas de 70 e 80, quer em Portugal, quer em Espanha<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno. *Op, Cit.* Pp. 375 – 377



## 2.

### Mr. Policy

As relações entre Estados concebem-se em face de interesses e Portugal não fugiu a essa realidade. Importa-nos, assim, uma abordagem sumária à política de alianças das potências europeias<sup>67</sup>.

Em 1904 foi assinado o tratado da *Entente Cordiale*, um acordo que resolveu as principais questões coloniais entre ambos signatários, França e Reino Unido. A França comprometeu-se a não desafiar o Reino Unido relativamente ao Egipto, o Reino Unido reconheceu à França o direito de ocupação de Marrocos. Este acordo inspirava-se na necessidade de contrapeso à Triplíce Entente e, Caminhava-se para um entendimento entre o império russo e a Inglaterra, concretizado em 1907, assente numa convergência contra a ascendência germânica.

A preocupação destas potências residia na criação de um sistema de equilíbrio europeu ameaçado pela Tríplice Aliança, formada em 1882, entre o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Reino de Itália. Nesta aliança, a posição italiana viria a observar mudanças substantivas, fruto da aproximação paulatina à França, permitindo-se a celebração de um tratado secreto, de não-agressão, com a República. Já no contexto da Grande Guerra, a Itália alegava o incumprimento austríaco das cláusulas de informação prévia para justificar o alinhamento com os países da Entente Cordiale. Enfatize-se, contudo, a relevância do Tratado de Londres, cujo pendor era favorável às pretensões italianas sobre as terras irredentas.

A instabilidade na Europa foi amplamente fomentada pela incerteza nos Balcãs, destacando-se nesta conjuntura a primeira guerra balcânica, inspirada pela Rússia e demonstração de força da Liga Balcânica. Em 1912-1913, a Sérvia, a Grécia, o Montenegro e a Bulgária confrontaram militarmente o Império Otomano, obrigando ao recuo da potência nas áreas europeias. A partilha dos territórios ora disponíveis e a ascendência requerida pela Bulgária ocasionavam a segunda guerra balcânica que se saldou pelo protagonismo militar da Sérvia, com sobressalto dos objectivos do Império Austro-Húngaro face às suas áreas meridionais. De resto, desde 1903, esta entidade

---

<sup>67</sup> Vide Anexos, anexo nº 2

política, multinacional, vivia na incerteza de uma insubordinação étnica<sup>68</sup>, cuja fonte provinha do nacionalismo sérvio, amplamente suportado pela Rússia na sequência das mudanças dinásticas. Em Junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando realizou uma visita oficial à Bósnia, território formalmente anexado em 1908, depois de uma ocupação resultante do Congresso de 1878. Tal procedimento conflituava com a constituição de uma grande Sérvia, motivo pelo qual a Bósnia era espaço de ampla proliferação da propaganda nacionalista. Nessa conformidade, a Sérvia desaconselhava vivamente a realização da visita de estado do arquiduque, orientações menosprezadas pelo herdeiro do Império Austro-Húngaro que não sobrevivia ao atentado perpetrado por Gavrilo Princip.

Concluída uma breve investigação, as autoridades austríacas apuravam as responsabilidades da organização nacionalista sérvia, Mão Negra, no atentado ao arquiduque. Consequentemente, o governo austro-húngaro dividia-se na forma de tratamento a dar à questão, sendo consentânea entre as partes a necessidade de actuação enérgica e exemplar contra as pretensões hegemónicas da Sérvia nos Balcãs. O conde Berchtold desenvolveu uma série de medidas diplomáticas contra a Sérvia<sup>69</sup>: o seu propósito residia em aproveitar o apoio manifestado pelo Império Alemão na repressão da Sérvia. Mais, lograva a constituição de um cerco a essa potência, recorrendo à Bulgária e, não menos relevante, ao Império Otomano. Esta estratégia esbarrava com a França e a Itália, potências inscritas num referencial diferenciado de objectivos geoestratégicos. A primeira mostrava-se impotente para o auxílio directo à Sérvia, excepto através do fornecimento de armas; a segunda, por seu turno, revelava-se interessada no alargamento das áreas de influência no Adriático, motivo pelo qual manifestava-se favorável à consolidação territorial da Sérvia como fórmula de erodir a presença austríaca nos Balcãs.

O Império Alemão, por seu turno, pressionava a Áustria-Hungria a uma perspectiva bélica unilateral, pressuposto que não encontrou acolhimento imediato em

---

<sup>68</sup> À data da sua formação, em 1867, este Império tinha como partes integrantes do mesmo uma população com onze nacionalidades, cinco religiões e doze línguas.

<sup>69</sup> PIRES, Ana Paula e FOGARTY, Richard S. *África e a Primeira Guerra Mundial*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. Nº 66, p. 63

Viena, principalmente pelo Imperador Francisco José<sup>70</sup>. Este, como o primeiro-ministro húngaro, o conde Tisza, via na diplomacia a maneira menos prejudicial e a melhor forma de contenção. Assim, deliberavam a entrega de um ultimato à Sérvia, cuja índole foi intencionalmente criada para a eclosão de um *Causus Belli*. Sem êxito, a Sérvia aceitaria as exigências vertidas no Ultimato, com exceção de um ponto, atitude aproveitada pela Áustria-Hungria para menosprezar o acolhimento sérvio aos demais.

Nicolau II da Rússia reagiu com a mobilização do exército enquanto a Sérvia, com o apoio russo, decretava a mobilização do exército. Em 28 de Julho de 1914, o império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. O czar não recuou nos pressupostos de suporte ao aliado sérvio e o império alemão reagia à mobilização militar russa com a declaração de guerra à Rússia. Iniciava-se a sucessão de declarações de guerra, consequência dos mecanismos de aliança, alguns ofensivos e defensivos, celebrados no decurso da Paz Armada. A 30 de Julho de 1914, o império Austro-Húngaro encontrava-se em conflito com a Sérvia, e apesar de terem declarado uma mobilização geral não se concentraram contra o gigante russo. A 3 de Agosto de 1914, sobrevinha a declaração de guerra alemã à França, fundada na mobilização militar da República em resposta ao procedimento idêntico da sua aliada a leste.

A Inglaterra assumiria uma posição de beligerância perante a violação do território belga, neutral conforme o artigo VII da Convenção de 1839. Assim, estabeleciam-se dois blocos beligerantes; a Tríplice Entente (França, Império Russo e Reino Unido) e a Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália, neutral em Agosto de 1914 e beligerante da Tríplice Entente, no ano seguinte, e Império Otomano).<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> PIRES, Ana Paula e FOGARTY, Richard S. Op. Cit. 63

<sup>71</sup> CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa, Guimarães & Cª, 1935. PP 97 – 98.

### 3.

## ÁFRICA MINHA

Na sequência da Conferência de Berlim, de 1885, Portugal apresentou o projecto do *Mapa Cor-de-Rosa* caracterizado pela inclusão das áreas entre Angola e Moçambique na soberania nacional. As negociações com o Reino Unido arrastaram-se e o Reino Unido reagiu às consequências da expedição de Serpa Pinto, especialmente a anexação do Zumbo, de soberania inglesa, na província de Moçambique. A 11 de Janeiro de 1890, o Reino Unido emitia o *Ultimatum* a saber, exigir o fim do projecto português. Portugal, sem condições para enfrentar uma guerra e perder um aliado, aceitou as pretensões inglesas.

O esforço de aprofundamento da presença portuguesa em Moçambique remontava a 1888, ano da fundação da *Companhia de Moçambique* que passou a concessão em 1891. Esta companhia nasceu essencialmente devido aos capitais inglês e francês, tendo Portugal cerca de 1/5 das acções da mesma e, consequentemente, 5% do lucros – posteriormente, chegaria aos 7,5%. Apesar da ascendência dos capitais estrangeiros, Portugal desenvolvia instrumentos para controlar a agressividade financeira da British South Africa Company. Assim, detinha autoridade para a elaboração de leis e regulamentos, a emissão de moedas e selos, podendo ainda cobrar impostos e taxas aduaneiras, ou exercer o monopólio sobre as actividades económicas territoriais<sup>72</sup>. Esta concessão, de 25 anos, posteriormente alargada a 50, possuía um conjunto de obrigações: as construções de infra-estruturas para usufruto dos colonos portugueses como escolas e hospitais. A escassez de capital atrasou o cumprimento dos pressupostos, alcançados nos anos 20 do séc. XX<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> A extensão do território da *Companhia de Moçambique* era composta por 135 000 km<sup>2</sup>, começando em Manica e acabando em Sofala. Foi através de decretos de lei de 11 de Fevereiro e de 31 de Julho de 1891 que se criou esta Companhia, que essencialmente funcionava como um estado dentro do Estado Português, uma vez que a Companhia controlava a gestão da província de Moçambique

O governo português reservava para si o direito de dissolução da Companhia, se entrasse em incumprimento para com o estipulado na Carta de 1897. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1995. Pp. 543 – 545.

<sup>73</sup> A Companhia de Moçambique estava encarregue de prover o território com melhorias ou mesmo inovações, na carta de 1892 encontram-se algumas das condições exigidas pelo Governo Português á mesma, como por exemplo:

- Sustentabilidade de missões educativas, através da criação de escolas de instrução primária, bem como de escolas de artes e ofícios;

O financiamento suplementar era assegurado através de subconcessões respeitantes à extracção do minério e da borracha, bem como da construção ferroviária e portuária, das quais resultava a cobrança de taxas de circulação e aduaneiras. As referidas subconcessões eram feitas pela própria Companhia de Moçambique. Contudo, o pagamento de dividendos ao governo português, ao pessoal administrativo e policial como ainda as despesas das administrações eclesiástica e judicial eram apontados como responsáveis pela reduzida capacidade de financiamento da entidade.

Em 1892 foi fundada a *Companhia da Zambézia* para fomentar a agricultura na região. O estado português possuía menor participação – 1/10 das acções – logo, apenas 30% das receitas. De forma a desenvolver outra parte significativa de Moçambique nasceu a *Companhia do Nyassa*<sup>74</sup> através de empréstimos contraídos a França e ao Reino Unido, em 1893. Esta apresentava uma dimensão majestática: pela sua grandeza territorial, aproximadamente 200 000 km<sup>2</sup> entre os rios Lúrio e Rovuma, no Norte de Moçambique, mas também pelas concessões no domínio dos minérios. Em 1900, o Governo Português aboliu as serventias de colonos da Metrópole para com a *Companhia de Moçambique*; no mesmo ano, Portugal pagou aos accionistas do Caminho-de-Ferro de Lourenço Marques cerca de um milhão de libras devido a incumprimento de prazos para as construções, estabelecidas previamente.

A demarcação da fronteira de Moçambique constituiu uma preocupação premente a partir de 1900, motivo pelo qual Gago Coutinho, cartógrafo e oficial da Marinha Portuguesa, manteve-se na África Oriental Portuguesa até 1908, com o

- 
- Organização de forças policiais de terra e mar, após aprovação do plano de organização das mesmas por parte do governo;
  - Construção de um caminho-de-ferro da Beira à Manica, bem como telégrafos, um a acompanhar a linha férrea mencionada anteriormente e outro da Beira à Zambézia.
  - Todos os empregados administrativos, fiscais e das forças policiais (neste último caso, só imposto aos comandantes) da Companhia teriam de ser portugueses.
  - No prazo de cinco anos a companhia tinha obrigação de estabelecer nos seus territórios uma centena de famílias de colonos portugueses. MOSCA, João. *Economia de Moçambique – Século XX*. Lisboa, Instituto Piaget, 2005. Pp 33 – 34.

<sup>74</sup> A *Companhia do Nyassa*, apesar da sua grandeza territorial não conseguiu igualar a sua antecessora em termos de localização, como em termos de poderes soberanos, visto que a *Companhia de Moçambique* coordenava a administração, a polícia, a alfândega, os impostos, e ainda fomentou o ensino, a agricultura e a indústria têxtil e mineira. A *Companhia da Nyassa* foi a única Companhia que nunca efectou o pagamento de qualquer dividendos ao Governo Português. OLIVEIRA, Pedro Aires. Parte IV – *O Ciclo africano*. In OLIVEIRA E COSTA, João Paulo, et lid. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

objectivo de estabelecer a delimitação referente à *British Central Africa*. No início deste processo, em 1902, o governo português decretava o envio de um numeroso efectivo de oficiais do Exército Português, com o propósito de tornar efectiva a soberania portuguesa na colónia e provê-la de maior capacidade militar. Previa-se assim um núcleo de tropas europeias em permanência, a iniciar manobras nos anos seguintes, como os transportes mensais entre a colónia e a Metrópole. Ou campanhas militares como as preconizadas pelo Capitão-Mor de Angoche em 1910.

Estas decisões não se mostraram suficientes para afastar o Império Alemão das fronteiras definidas em África. A discordância germânica originava instabilidade territorial motivada pelas incursões alemãs em Moçambique. Em 1898, o Reino Unido reconheceu Portugal e seus territórios como território neutro, bem como a integridade do mesmo no contexto da guerra anglo-boer. No fim desta guerra, Portugal e o Reino Unido eram co-dependentes, enquanto fosse imposta a soberania económica do Reino Unido aos portugueses, este garantia militarmente as fronteiras do império português em África, pois a economia moçambicana derivava em boa parte de investimentos ingleses.

Para efectivar a sua presença em Moçambique, Portugal procedeu à organização militar naquele território e até 1911 implementou uma estratégia de ocupação de territórios, começando pelo litoral e caminhando para o interior. Um dos pontos fulcrais de estabelecimento de postos incidiu sobre o curso do Rio Rovuma, fronteira natural com a África Oriental Alemã. Tal procedimento alcançava reduzidas repercussões pois os responsáveis por guarnecer estes postos pertenciam à Companhia do Nyassa e ao seu corpo de Polícia. Sobre isto o Coronel Massano de Amorim afirmou que "(...) não é de admirar que à data da chegada da expedição do meu comando aos territórios da Companhia do Nyassa os postos administrativos fossem uma vergonha, os militares uma irrisão [e] a ocupação uma mistificação (...)." <sup>75</sup>

Após o reconhecimento da beligerância portuguesa, os problemas intensificaram-se na África Oriental Portuguesa: Moçambique encontrava-se num ponto

---

<sup>75</sup> Relatório do Coronel Pedro Francisco Massano de Amorim. Arquivo Histórico Militar 2/7/61/52

estratégico quer para o Império Alemão<sup>76</sup>, quer para o Reino Unido. Os alemães pretendiam encurralar a colónia inglesa da África Sul, através do prolongamento do domínio alemão até Moçambique. O Reino Unido, por seu turno, aspirava conter este avanço e impedir o domínio alemão na zona sul do continente africano. O acordo Anglo-Germânico de 1912-13, inspirado nos princípios do tratado de 1898<sup>77</sup> sobre a partilha das colónias portuguesas em África estabelecia a disputa dos territórios coloniais portugueses pelos signatários. Do ponto de vista interno, a beligerância significava o espectro de possível bancarrota. Em função disso, o executivo português mobilizou-se por contrair crédito em Londres, um empréstimo garantido pelas receitas coloniais, contando arrecadar altos dividendos junto das companhias acima referidas.<sup>78</sup>

A Grande Guerra alastrou-se ao continente africano devido às alianças; as potências rapidamente viram nas colónias como vantagem necessária para ganharem terreno físico e diplomático. Presvisivelmente os países vencedores iriam obter direitos sobre os terrenos ocupados durante o conflito. Contudo, para Portugal, o essencial era assegurar a integridade do império através do crescimento colonial e do auxílio a grandes potências, como o Império Inglês.<sup>79</sup> Esta instabilidade, no início do conflito em Moçambique, era de todo indesejada por Portugal, uma vez que tinha pacificado a colónia há pouco tempo e como esperado estava agora a aproveitar tudo o que a colónia tinha para oferecer.

Também existia a questão da organização das tropas que, apesar de existirem decretos à formação das mesmas, a guarnição da colónia era composta por um pequeno esquadrão de europeus e mais algumas companhias indígenas. Como tal Portugal recorreu ao improvisado, motivo da organização de um batalhão para o destacamento com destino à colónia oriental portuguesa, em 1914. Esta improvisação contava com homens sem preparação física ou militar e analfabetos, o que os tornava inabilitados face aos

---

<sup>76</sup> FRAGA, Luís Alves de. *A Alemanha e as colónias portuguesas*. In AAVV. *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 14 – 16.

<sup>77</sup> LINCHNOWSKY, Príncipe. *A Inglaterra e a Alemanha projectavam a partilha das colónias portuguesas*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Multilar, 1988. Tomo II – *Primeira República: da conspiração ao fim do regime parlamentar*. Pp. 55 - 57

RAMOS, Rui. Op. Cit. Pp. 83 – 84

<sup>78</sup> SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno e BARATA, Manuel Themudo. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2004. Vol 4 – *Portugal nos Conflitos Internacionais. Portugal e a Grande Guerra*. P. 14

<sup>79</sup> PIRES, Ana Paula e FOGARTY, Richard S. Op. Cit. 64

acontecimentos, como os ataques a Moçambique por parte do Império Alemão. No entanto, outras falhas graves, respeitantes às condições do acampamento e aos materiais cedidos aos homens, vieram a ocorrer.



## PARTE II

### MOÇAMBIQUE

Os preparativos para a Guerra em Moçambique tomaram proporções diferentes das tomadas em Angola porque o teatro de guerra moçambicano manteve-se activo durante quatro anos, situação em muito devida à situação geográfica<sup>80</sup>. A primeira decisão residia no local para a base de operações principal, atendendo aos seguintes requisitos: proximidade do conflito, distância de salvaguarda para assegurar os abastecimento e a preferência pela estrutura portuária, de forma facilitar o embarque e desembarque de homens e mercadorias.

A escolha recaiu em Porto Amélia, caracterizado pelas pequenas dimensões. Posteriormente, em 1916, a opção incidiu sobre Palma, uma ideia que se viria a revelar desastrosa. Apesar de constituir o local mais indicado, a norte de Porto Amélia, a instalação desta base de operações implicava várias adversidades para as tropas devido à falta de infra-estruturas, com impacto na desorganização da força, na má prontidão em reunir homens e na dificuldade em construir as infra-estruturas necessárias. Esta tarefa coube a Massano de Amorim e seus homens, responsáveis pela construção do acampamento, e de armazéns com fins logísticos.

---

<sup>80</sup> MARTELO, David. *Guerra em África – colónias alemãs*. In AAVV. *Portugal na Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 138 – 139.

## 1.

### PRIMEIRA EXPEDIÇÃO

A primeira expedição seguiu para Moçambique com o pretexto de reforçar as forças militares na colónia depois do ataque a Maziúá. Partiu de Lisboa a 12 de Setembro de 1914, a bordo do paquete *Durham Castle*<sup>81</sup>, com escolta do Cruzador *Almirante Reis*, sob o comando do coronel de Artilharia Massano de Amorim<sup>82</sup>. Esta expedição compunha-se de um batalhão de infantaria, apoiado por uma bateria de artilharia de montanha e de um esquadrão de cavalaria, e serviços auxiliares. No total, contabilizava 1539 homens. Desembarcam em Lourenço Marques, em meados do mês de Outubro, prosseguindo depois no vapor *Moçambique* para Porto Amélia, onde desembarcam a 1 de Novembro. Esta expedição foi enviada para compor as unidades europeias, a guarnição de Moçambique e como forma de demonstrar à vizinhança a percepção portuguesa sobre a defesa desta província.

Outros fundamentos influíram na deslocação de tropas para Moçambique: a partida de Massano de Amorim deveu-se ao ataque de um grupo de alemães e a destruição subsequente do posto fronteiriço de Maziúá. Deste episódio resultou a morte do guarda fronteiriço, um segundo sargento responsável pelo comando de um pequeno grupo de soldados indígenas.<sup>83</sup> A missão de Amorim consistia no reforço das defesas do rio Rovuma, a norte de Moçambique, impedir uma sublevação dos nativos por influência Bóer e conter possíveis movimentos dissidentes na Nyassalândia. O sucesso desta expedição ficou comprometido pelas más condições sanitárias: ao fim de seis meses, 21% das baixas verificadas deviam-se a doenças.<sup>84</sup> Logo que chegou a Moçambique, o coronel Massano de Amorim escreveu a Lisboa informando que a sua expedição não se encontrava em condições de realizar qualquer ofensiva.

Face ao perigo alemão, o coronel Massano de Amorim ponderava três possíveis acções: a passagem alemã por Moçambique para proceder a uma invasão da colónia da

---

<sup>81</sup> O Paquete *Durham Castle* foi alugado aos ingleses, com um contrato.

<sup>82</sup> Pedro Francisco Massano de Amorim (1862-1929) foi um oficial da arma de artilharia, que dedicou a vida profissional às colónias. Iniciou o percurso em Moçambique incumbido de comandar esta expedição por ter chefiado a repartição militar no Ministério das Colónias e, mais tarde, foi nomeado Governador de Moçambique. <http://www.portugal1914.org/>

<sup>83</sup> PIRES, Ana Paula e FOGARTY, Richard S. Op. Cit. 69  
ROLLO, Maria Fernanda. Op. Cit. 93

<sup>84</sup> TELO, António José. *A República e as Forças Armadas*. [S.L.], [S.N.], 1997. P. 287

África Central Inglesa; a ocupação da colónia da África Oriental Portuguesa; ou o ataque a zonas de soberania nacional para sublevar os nativos contra os portugueses. Perante os cenários considerados, concebia três soluções: a construção de um conjunto de postos ao longo do rio Rovuma; constituir um reforço das tropas na área de Mocímboa para vedar o trânsito dos alemães entre Porto Amélia e Palma; e, por último, guarnecer toda a zona fronteiriça com tropas nativas e manter os expedicionários em Porto Amélia, mas prontos no caso de ser necessário auxiliar os nativos. Neste caso, a viabilidade da solução dependia da capacidade de instalação de postos fronteiriços e a manutenção das tropas em operações no domínio do abastecimento. Tais hipóteses implicavam liquidez financeira imediata e boas relações com a *Companhia do Nyassa*.<sup>85</sup>

A passividade do coronel Massano de Amorim, inspirava o Governador-Geral de Moçambique Álvaro de Castro a ordenar a reocupação do território do Kionga,<sup>86</sup> a norte de Porto Amélia, e a invasão de parte do território da colónia alemã. O coronel Massano de Amorim entendeu ignorar a ordem por não dispor de homens aptos ao seu cumprimento. A principal preocupação do coronel Massano de Amorim consistia na manutenção da capacidade da sua defesa face a uma possível sublevação por parte dos nativos.

A primeira expedição caracterizou-se pelas seguintes concretizações: a execução de vias de rodagem e de linhas telegráficas, entre Porto Amélia e Mocímboa do Rovuma, e a construção de um sistema de saneamento primário, sendo a prioridade o fornecimento de água corrente à base de operações. Esta expedição regressou a Lisboa em Novembro de 1915, com excepção dos homens aptos para integrarem a expedição seguinte.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Por esta altura a *Companhia do Nyassa* não auferia grandes rendimentos, na medida em que só procedia ao recolhimento de impostos, não tendo outra fonte de rendimento. O que afectava as contas do coronel Massano de Amorim, na medida em que se havia pensado em usufruir de dinheiros daquela concessão. <http://www.portugal1914.org/>

<sup>86</sup> ROLLO, Maria Fernanda. Op. Cit. 94 – 96

<sup>87</sup> TELO, António José. *Campanha de Moçambique – 1914 –1915*. In AAVV. *Portugal na Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp.147 – 149

## 2.

### SEGUNDA OFENSIVA

Passado um ano realizava-se a segunda expedição a Moçambique; Portugal mantinha a condição de neutral. Comandada pelo major de artilharia Moura Mendes<sup>88</sup>, constituía-se à semelhança da antecessora. Na sua composição contava com um Batalhão de Infantaria, uma Bateria de Artilharia de Montanha, uma Bateria de Metralhadoras, um Esquadrão de Cavalaria, e unidades auxiliares, como Serviço de engenharia, de administração militar e de saúde. Ao todo encontravam-se integrados 41 oficiais e 1502 praças, que descreveram o trajecto até ao Porto Amélia no vapor *Moçambique*. Alcançavam o destino em 7 de Novembro de 1915.<sup>89</sup>

Tal como a expedição anterior, as condições sanitárias eram deploráveis, com consequências para a operacionalidade do contingente: em Março de 1916, metade dos homens encontrava-se de baixa médica por motivos de saúde, tais como disenteria. A par desse factor, o serviço de saúde não conseguia dar resposta devido à escassez ou deterioração de medicamentos. Neste mês, o Império Alemão declarou oficialmente guerra à República Portuguesa. Nesta expedição seguia o novo Governador-Geral de Moçambique, Álvaro de Castro<sup>90</sup>, o qual se propunha a implementar melhorias consideráveis na província ao nível das operações militares, à semelhança do que ocorreu posteriormente com Ferreira Martins, responsável pela terceira e quarta expedições.

Esta expedição foi concebida com o objectivo de ocupar o Rovuma, organizada em duas fases: a primeira fase abarcava o território entre a foz do Rovuma até ao Rio Lugenda; a segunda fase respeitava à área compreendida desde a primeira etapa da operação militar e findava no Lago Nyassa. Finda a ocupação, as zonas foram subdivididas em comandos militares distintos: um sediado em Palma e outro sediado em

---

<sup>88</sup> O major de artilharia José Luiz de Moura Mendes (1861-1918) foi director do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, foi uma indicação política contudo não possuía qualquer experiência na frente de guerra. <http://www.portugal1914.org/>

<sup>89</sup> In *Ordem do Exército*, nº 15, 1915. P. 519

TELO, António José. Op. Cit. P. 149

<sup>90</sup> Álvaro Xavier de Castro (1878-1928) fez o curso de Infantaria na Escola do Exército e depois o Colonial. Foi Governador-Geral de Moçambique entre 1915 e 1917, enquanto exerceu esta função defendeu o princípio da liberdade da colónia circunscrita ao veto da metrópole, que devia zelar pelo seu próprio desenvolvido mercantil e industrial. <http://www.portugal1914.org/>

Mocímboa do Rovuma. Ambas foram guarnecidas com companhias de infantaria indígena e com praças da Companhia do Nyassa. Esta expedição salientava-se pela prossecução de outros objectivos como a ocupação do Kionga, a cooperação com as tropas e as entidades inglesas e a obtenção de uma situação colonial estável.

Bem sucedida na ocupação do Kionga, devido ao abandono alemão desta posição, a expedição empenhou-se na colocação de postos fronteiriços ao longo do Rovuma, num total de 20, a juntar aos estabelecidos pela primeira expedição. As forças do Kionga foram reforçadas pelo cruzador *Adamastor* e pela canhoneira *Chaimite*;<sup>91</sup> Contudo, não foram de grande auxílio, em face do conflito de comando, com repercussões na retração portuguesa no local. O Kionga não resultou de uma escolha aleatória, antes revelava-se também de avultado valor económico, mas também simbólica, associada ao poder: caracterizava-se por três edifícios comerciais e uma centena de palhotas.

Outros aspectos foram determinantes no declínio da presença militar portuguesa na região, nomeadamente a manutenção de acções ofensivas anglo-portuguesas destinadas a ocupação terras além Rovuma. O cruzador *Adamastor* chegou à baía do Rovuma a 19 de Maio e colaborou com a expedição nos reconhecimentos para a passagem do rio em pequenas embarcações, serviço auxiliado pela canhoneira *Chaimite*. A 21 do mesmo mês, duas lanchas a vapor do cruzador *Adamastor* desaguaram no Rovuma e subiram o rio, abrindo continuamente fogo contra a margem inimiga. Um terço dos homens desembarcou perto do posto de uma fábrica alemã e incendiou toda a matéria inflamável, inclusivamente habitações de população indígena, sem reacção do inimigo.

O cruzador *Adamastor* e a canhoneira *Chaimite* colaboraram com as lanchas, e bombardearam o local com artilharia. Passados dois dias, tentou-se um novo desembarque no mesmo local, mal sucedido. Assim, decidiu-se nova passagem do

---

<sup>91</sup> TELO, António José. *A Marinha e o apoio ao Império*. Op. Cit., pp. 260 – 261

Rovuma, com a cooperação da Marinha: o major Moura Mendes e o capitão-de-fragata João do Canto e Castro<sup>92</sup>, responsável pelo cruzador *Adamastor*, organizaram duas colunas para alcançar a fábrica alemã na margem oeste do rio. A coluna da esquerda conseguiu uma posição a cerca de uma centena de metros da margem alemã; já a coluna da direita não foi além de uma proximidade de duzentos metros até ao local do inimigo. A discrepância de posições das duas colunas e a rápida acção dos alemães permitiu ataque alemão aos portugueses do qual resultava mais de uma centena de feridos e uma dezena de mortos, além dos prisioneiros, posteriormente libertados.

Sublinhe-se as repercussões a prazo, atendendo à paralisação da segunda expedição durante meses, quase meio ano, existindo o exemplo de um batalhão que não abandonou o local de desembarque devido às condições de saúde apresentadas. Na prática, a posição portuguesa permanecia inalterável face ao início da ofensiva. O malogro da ofensiva militar era devido à ocupação alemã de locais estratégicos, como a margem oeste do Rovuma, pois em termos de preparação dos contingentes ambas as nações encontravam-se em pé de igualdade: tanto os portugueses como os alemães dispunham da mesma experiência em solo africano e ambos dispunham de solípedes nativos. A dificuldade em superar o adversário alemão coarctava a possibilidade de colaboração luso-inglesa. Ou do contributo português no esforço de guerra em território africano.

A preparação de uma nova ofensiva, em Março de 1916, conduzia o Governo Britânico a apresentar o pedido de recrutamento de indígenas ao Governo Português, a Junho do mesmo ano, os quais deveriam responder ao general Smuts.<sup>93</sup> Portugal insistia no envio de forças expedicionárias da metrópole para o continente africano que, por sua vez, se encontravam em desvantagem devido à impreparação física e à escassa capacidade de resistência às condições climáticas, parasitas, entre outros da província.

---

<sup>92</sup> João do Canto e Castro da Silva Antunes (1862-1934) serviu a Armada Portuguesa, tendo sido Capitão-de-Fragata do cruzador *Adamastor*. Além do serviço militar, Canto e Castro também esteve encarregue da pasta da Marinha no Governo de Sidónio Pais, e mais tarde foi Presidente da República do XVI Governo da Primeira República Portuguesa. <http://www.portugal1914.org/>

<sup>93</sup> OLIVEIRA, A. N. Ramires, ed lit. *História do Exército Português (1910 – 1945)*. Lisboa, Estado Maior do Exército, 1993. P. 543

### 3.

## TERCEIRA EXPEDIÇÃO

Em Março de 1916, o major Moura Mendes solicitava um reforço imediato para a ocupação do Kionga. Segundo considerava, o auxílio da metrópole deveria ser constituído por seis oficiais, dez sargentos, dois companhias de indígenas e uma Bateria de Metralhadoras. No final do mesmo mês, a 30, o Governo português decidiu organizar a terceira expedição, sob o comando do general Ferreira Gil.<sup>94</sup> Tratou-se da maior expedição portuguesa em solo moçambicano durante a Grande Guerra: três Batalhões de Infantaria, duas Baterias de Artilharia e duas de Metralhadoras, duas Companhias de Infantaria, uma Companhia Mista de Engenharia e serviços auxiliares como engenharia, veterinários e administrativos. No total, compreendia 159 oficiais e 4483 praças<sup>95</sup>, além dos efectivos da Guarda Nacional Republicana (460), e das 432 praças e 8 oficiais, enviado para Moçambique, por insubordinação. Esta expedição partiu de Lisboa em cinco vapores, entre Maio e Julho: *Portugal*, *Moçambique*, *Zaire*, *Machico* e *Amarante*, respectivamente. O vapor *Beira*<sup>96</sup> integrou esta expedição, mas tardiamente.

Chegados a Palma, em Julho, as tropas foram instaladas em locais inadequados para as acolher. O general Ferreira Gil expedia um pedido envio urgente de dois navios-hospitais para o local, sem sucesso. Os homens das expedições anteriores integravam a do general Ferreira Gil, também beneficiado com o material de guerra; o Major Moura Mendes, por seu turno, assumia o comando da Artilharia. O contingente de homens era reduzido devido ao repatriamento dos doentes e aos internamentos. Os serviços de saúde não apresentavam melhoria de condições, com impacto no desempenho dos homens. O general Ferreira Gil era inexperiente em acções militares em solo africano; tal era o fundamento de adopção do plano de operações concebido pelo coronel Garcia

---

<sup>94</sup> José César Ferreira Gil (1858-1922), cursou Infantaria e prestou serviço na Escola Prática de Infantaria e no Colégio Militar. Em 1915 chegou a General, comandou a 3ª Expedição em Moçambique.  
<http://www.portugal1914.org/>

<sup>95</sup> In *Ordem do Exército*, n.º 12, 1.ª série, 1916. P. 585.

<sup>96</sup> Com excepção do Beira, que só partiu da Metrópole em Outubro.

Rosado<sup>97</sup>, centrado na passagem para o norte do Rovuma, como já havia sido tentado pela segunda expedição.

Aqui colocavam-se as mesmas questões com que as tropas da segunda expedição se haviam deparado: a falta de condições para um bom funcionamento dos reconhecimentos dos terrenos, a inviabilização do estabelecimento das tropas lusas e do tão necessário reabastecimento. Só em Setembro, seria possível alcançar o objectivo. A primeira tarefa a desempenhar consistia no contacto das forças indianas do exército britânico, instalados em Mikindade, local de controlo regional da região do Rovuma. As tropas portuguesas expressavam a sua vontade de cooperar com as tropas aliadas, asseverando o sucesso da conquista do local. O contributo luso nesta operação ficaria associado à pressão exercida às tropas alemãs, que retiraram para evitar o conflito directo e consequente invasão portuguesa.

Além da grandeza numérica, esta expedição destacou-se pelos resultados alcançados; para além do Rovuma, conquistava e ocupava de um grande número de postos fronteiriços alemães, como os de Fabrica, Marunga e Migomba e de locais como Livale e Lukuledi, locais no interior de Moçambique. Sublinhe-se os motivos subjacentes ao controlo territorial, fundados na necessidade de observar e restringir as movimentações das tropas alemãs na região de forma dispersa. No dia 19 de Setembro, encetava-se a travessia do Rovuma pelas tropas lusas, iniciando a invasão da *África Oriental Alemã*. Nevala era o foco da investida: a equipa de reconhecimento enviada para o local foi surpreendida por uma emboscada alemã.

O total da força portuguesa era constituído cerca de 4.000 homens, dez metralhadoras e catorze peças de artilharia de fogo, dispostas em três colunas e uma reserva geral, comandada pelo general Ferreira Gil. A coluna do lado vazante do Rovuma era composta por uma Bateria de Metralhadoras, três Companhias do Batalhão de Infantaria e a uma Companhia Indígena; uma Divisão de Artilharia de Montanha; e um Pelotão de Sapadores Mineiros, sob o comando do major Pires. A coluna central era formada por uma Bateria de Metralhadoras; três Companhias do Batalhão de Infantaria;

---

<sup>97</sup> Tomás António Garcia Rosado (1864-1937), frequentou a Escola Militar e a Escola do Exército. Mais tarde, prestou serviço na Companhia de Moçambique, e foi em Moçambique que se tornou governador de Lourenço Marques e, mais tarde, Governador-Geral da colónia. <http://www.portugal1914.org/>



pela Guarda Republicana de Lourenço Marques, às ordens do major Aristides Cunha. A coluna a nascente era composta por uma Bateria de Metralhadoras; por uma Companhia Indígena; três Companhias do Batalhão de Infantaria; pela escolta do Quartel-General, e era comandada pelo major Lobo. A reserva geral, dependente do Quartel-General era constituída por duas Companhias do Batalhão de Infantaria; uma Companhia indígena e diversa cavalaria e artilharia.

A passagem do Rovuma foi apoiada pelo fogo da Artilharia de Montanha, de metralhadora e de artilharia do cruzador *Adamastor*, fundeado na foz do rio. Na mesma tarde, de 19 de Setembro, a margem esquerda do Rovuma estava sob controlo português, tendo estabelecido acampamento em Migomba onde se fixaram até meados do mês. Nesta data, chegava o general Smuts e dos seus homens que haviam ocupado locais na zona litoral, como Lindi, impedindo novas invasões portuguesas em território alemão.

Desenvolveu-se nova tentativa de reocupação: o “combate da água do Nevala” seria bem-sucedido para as forças alemãs, compostas por combatentes apeados e por marinheiros do cruzador *Koenigsberg* posteriormente, à retirada de Nevala. Esta operação foi bem concebida e o inimigo não se apercebeu do sucedido até estar concluída. Reagiram com a perseguição às forças portuguesas obrigando as mesmas a transporem o Rovuma para a parte portuguesa.<sup>98</sup>

A 1 de Dezembro, o posto de Nagandi foi incendiado pela artilharia alemã, impedindo qualquer acção defensiva dos portugueses e obrigando à sua retirada, o que deu origem à ocupação de mais postos portugueses até a 20 de Dezembro. A época das chuvas e a enchente do rio transformava a região num obstáculo aos planos alemães de passar este ponto. Assim surgia uma oportunidade de reocupação dos postos militares portugueses da margem sul do rio Rovuma.

Apesar dos variados esforços para cumprir os objectivos iniciais da expedição, o general Ferreira Gil não conseguia concretizar os seus propósitos. Considerava outras iniciativas como melhorias nas condições nos domínios da instrução básica de higiene e

---

<sup>98</sup> OLIVEIRA, A. N. Ramires, ed lit. *História do Exército Português (1910 – 1945)*. Lisboa, Estado Maior do Exército, 1993. P. 545

saúde, instrução básica de tiro, e um rigoroso protocolo sobre o controlo de doenças. O general Ferreira Gil foi autorizado a regressar à Metrópole, por doença, tendo o governador-geral, Álvaro de Castro, assumiu o comando da terceira expedição a 4 de Janeiro do ano seguinte.

Terminada a época das chuvas, as forças alemãs regressavam à ofensiva na zona fronteiriça do Rovuma, dando início às invasões a Moçambique. A primeira invasão, entre Abril e Setembro, foi encetada pelo comando do major Willibald von Stuemmer, conseguiu tomar armamento e víveres dos postos portugueses. Nestes meses assenhorear-se de oito postos<sup>99</sup>, empurrando os portugueses para Mocímboa da Praia. As tropas portuguesas desenvolviam as medidas necessárias para receber a quarta, e última, força expedicionária. Os portugueses deslocados encontravam-se gravemente doentes e muitos deles, cerca de 900 homens, já tinham recebido ordem de marcha para a Metrópole.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> Os postos ocupados pelas forças alemãs nesta invasão foram: Mandimba, Maúá, Mataca, Metarica, Mitomoni, Mluluca, Mwembe e Serra Mecula.

<sup>100</sup> FERREIRA GIL, José César. *A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses – o esforço da expedição de 1916*. Revista Militar N° 2548 – Maio de 2014 – pp 509 – 526.

#### 4.

### QUARTA EXPEDIÇÃO

Após o regresso do general Ferreira Gil a Lisboa, era necessária a constituição de uma nova expedição ou de, pelo menos, nomear novo comandante para as forças em Moçambique desde o início das suas expedições. Esse homem foi Álvaro Castro, governador-geral da *Colónia Oriental de África*. Em 12 de Setembro, o coronel Sousa Rosa<sup>101</sup>, sem experiência colonial, assumiu o comando da quarta, e última, expedição nesta colónia, composta por três Batalhões de Infantaria, duas Baterias de Metralhadoras, duas Baterias de Artilharia de Montanha, uma Companhia Mista de Engenharia e serviços auxiliares, como engenheiros, telegrafistas, serviços de saúde e transporte e administrativos. O cruzador *Adamastor* e a canhoneira *Chaimite*, chegados com a primeira expedição, continuaram a apoiar as forças terrestres.

O número total de homens era de 5267, repartidos entre 209 oficiais e 5058 sargentos e praças. A este número acresciam os efectivos das expedições anteriores em solo africano que contabilizavam 4509 homens. Os objectivos desta expedição consistiam em efectuar novos ataques no interior da colónia da África Oriental Alemã, em cooperação com as tropas inglesas. Pretendia-se alcançar novas posições no terreno, concedendo a Portugal uma posição de destaque para as negociações do pós-guerra. A breve trecho, estes planos pareceram inexecutáveis por impreparação das tropas. O coronel Sousa Rosa escrevia ao Governo uma missiva, solicitando a preparação de outra expedição, com carácter de urgência para reunir os reforços necessários; mais sugeria a constituição de um grupo nativo de retaguarda complementar<sup>102</sup>.

Emergia nova ameaça alemã, a 21 de Novembro de 1917: Lettow Vorbeck e os seus homens atravessaram o Rovuma e instalaram-se em território português. Estes foram os combates mais importantes desta expedição, como o de Negomano, a 25 de Novembro, o da Serra Mekula, a 3 de Dezembro, e o de Nhamacurra, a 1 de Julho de 1918. No primeiro, Lettow-Vorbeck liderou quinze companhias, com o auxílio dos

---

<sup>101</sup> Tomaz de Sousa Rosa (1867-1929), iniciou a sua carreira militar no exército em 1884, tendo sido nomeado coronel em 1916 e servido em Cavalaria. Foi comandante da quarta expedição em Moçambique. <http://www.portugal1914.org/>

<sup>102</sup> Na medida em que estariam menos sujeitos a males e doenças por serem nativos.

capitães Goering e Koehl, contra as seis companhias do major Teixeira Pinto, responsável pelo referido posto. O resultado saldou-se na morte do major Teixeira Pinto, entre outros oficiais, bem como catorze soldados europeus e duzentos indígenas, mais os setenta feridos e a captura de mais de quinhentos homens, incluindo trinta oficiais. À semelhança do ocorrido na conquista dos oito postos do Rovuma, os alemães tomaram de assalto o acampamento e levaram medicamentos, cavalos e armas.<sup>103</sup>

O combate de Serra Mekula ocorreu a 3 de Dezembro de 1917, com duração de cinco dias, nos quais uma pequena bateria de metralhadoras e uma companhia de indígenas se bateu contra uma investida do efectivo militar alemão. Resistiram ao ataque até 8 seguinte. O desfecho deste combate foi a derrota das forças portuguesas, comandadas pelo capitão Francisco Pedro Curado<sup>104</sup>, conhecido como o “Condestável do Rovuma”, graças ao protagonismo na defesa deste local.<sup>105</sup>

O último combate decorreu em Nhamacurra, zona ocupada pelas tropas inglesas e com posição privilegiada por se situar a quarenta quilómetros de Quelimane. A 1 de Julho de 1918 realizava-se um ataque sobre os portugueses, que se bateram durante um par de horas até à ordem de retirada para se concentrarem perto dos caminhos-de-ferro.<sup>106</sup> Passados dois dias, os alemães fizeram uma nova investida que resultou na fuga e morte alguns militares ingleses, entre as quais a do tenente-coronel Brown da King’s African Rifles.<sup>107</sup> Após este acontecimento as forças portuguesas tentaram reagir através de um vapor que foi capturado pelos alemães e assim terminou este combate. Uma semana após o início do combate, o coronel Sousa Rosa regressou à Metrópole. Seria substituído pelo general Gomes da Costa<sup>108</sup>, que se manteve no comando até 11 de Novembro de 1918.

---

<sup>103</sup> PÉLISSIER, Réne. *História de Moçambique: formação e oposição (1854 – 1918)*. Lisboa, Estampa, 1987 – 1988. P. 419

<sup>104</sup> Francisco Pedro Curado (1873-1945). Foi Tenente-Coronel de Infantaria, e fez quatro comissões de serviço em Moçambique. Distinguiu-se na sua carreira militar pelo combate em Rovuma. <http://www.portugal1914.org/>

<sup>105</sup> OLIVEIRA, A. N. Ramires, ed lit. Op. Cit. P. 547

<sup>106</sup> OLIVEIRA, A. N. Ramires, ed lit. Op. Cit. P. 547

<sup>107</sup> OLIVEIRA, A. N. Ramires, ed lit. Op. Cit. P. 547

<sup>108</sup> Manuel Oliveira Gomes da Costa (1863-1929). Ingressou no exército, terminando o curso de Infantaria em 1884. Foi nomeado Coronel em 1914. Após serviços por outras províncias assenta em Moçambique, de onde se retira para voltar à metrópole. <http://www.portugal1914.org/>

## PARTE III

### TENS TROCOS?

#### 1.

#### O ESCUDO

Tradicionalmente deficitárias, as finanças eram compensadas pelas remessas dos emigrantes, maioritariamente provenientes do Brasil, e as divisas adquiridas nas colónias. A proclamação da República, em 1910, não contribuiu para melhorar a situação do país, atendendo à necessidade do recurso a capitais estrangeiros, através de crédito externo. Acresceu o aumento exponencial da circulação fiduciária, de forma a dar cobro aos *deficits* das contas estatais conseguidas devido às despesas com a reestruturação do mecanismo estatal. Para responder às necessidades do novo regime, o Governo Provisório da República idealizou uma reorganização financeira apresentada no decreto-lei de 22 de Maio de 1911, que estabeleceu uma nova unidade monetária, o escudo, bem como os meios de pagamento. Este mesmo decreto fixou a emissão de 35 mil contos e de 3750 contos, correspondente a moedas subsidiárias de prata e a moedas de troco de bronze-níquel respectivamente.<sup>109</sup> Pode afirmar-se que o executivo de Afonso Costa conseguiu um pequeno milagre com o *superavit*, em 1913.<sup>110</sup>

#### Quadro I<sup>111</sup>

##### Circulação fiduciária na Metrópole

Ano	1910	1911	1912	1913	1914
Valor em contos	78.071	82.421	84.603	86.559	96.459

<sup>109</sup> MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. *O Escudo: A nova unidade monetária da república*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2011. 2 – O Decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911, as disposições do decreto. Pp.21 – 24

<sup>110</sup> TELO, António José. *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. Vol. I. Pp 11 – 13.

<sup>111</sup> TELO. Op. Cit. P. 13

O quadro supra apresenta os valores da circulação fiduciária na Metrópole, no período entre a instauração da República e o início do conflito armado em Moçambique. Constatase a existência de um acréscimo pouco significativo em comparação anual, na ordem dos 2.000\$, mas relevante em análise quinquenal atendendo ao aumento de quase 20.000\$. Sublinhe-se, o maior crescimento verificou-se entre 1910 e 1911, período de remodelação política e militar, com impacto financeiro avultado.

Quadro II<sup>112</sup>

Circulação fiduciária em Moçambique, em 1914

	Moeda Nacional	Libras ao Par
Janeiro	1:149.647\$00	50.634\$00
Fevereiro	1:160.895\$00	45.679\$50
Março	1:163.134\$50	39.253\$50
Abril	1:242.148\$50	47.191\$50
Maio	1:282.485\$00	42.255\$00
Junho	1:312.169\$00	37.570\$50
Julho	1:305.690\$50	55.192\$50
Agosto	1:404.390\$00	30.609\$00
Setembro	1:555.722\$50	35.266\$50

No ano do início das hostilidades em Moçambique, a circulação fiduciária na colónia registava um aumento contínuo, atingindo a expressão mais elevada em Setembro, mês anterior à chegada da primeira expedição portuguesa. Este último valor resultava da decisão do envio das tropas no início do mês, o que significou alterações em vários níveis, nomeadamente administrativos e governamentais. Quanto ao valor de libras ao par, observa-se uma certa estabilidade, sem desprimor de, no cômputo geral se verificar uma descida de 20.000\$, comparando os meses de Janeiro e de Setembro.

---

<sup>112</sup> BANCO NACIONAL ULTRAMARINO. Relatório *do Banco Nacional Ultramarino do anno de 1890-1916*. Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, 1891 – 1917. Relatório e parecer do Conselho Fiscal do Banco Nacional Ultramarino – 1914. P. 21

Quadro III<sup>113</sup>

Circulação fiduciária em Moçambique, em 1915 e 1916

	Moeda Nacional	Libras ao Par
Outubro	2:044.043\$90	36.859\$50
Novembro	1:994.687\$00	36.724\$50
Dezembro	2:063.632\$30	42.066\$00
Janeiro	2:123.270\$30	41.539\$50
Fevereiro	2:172.531\$70	46.188\$00
Março	2:188.867\$10	48.334\$50
Abril	2:233.675\$40	56.308\$50
Maior	2:318.141\$40	44.059\$50
Junho	2:503.251\$75	62.883\$00
Julho	2:570.840\$00	74.344\$50
Agosto	2:579.562\$30	172.359\$00
Setembro	2:533.071\$60	84.865\$50

O quadro supra revela-nos a circulação fiduciária de Moçambique entre Outubro de 1915 e Setembro de 1916; observa-se que as mudanças foram pouco significativas mensalmente mas, em termos gerais, verifica-se a ascendência em mais de 500.000\$. Convém atender ao aumento significativo do valor ao par em libras, em trajectória ascendente em Agosto de 1916.

Para o Governo Provisório e os sucessores era importante restaurar o padrão-ouro. Para tal era preciso fazer proporcionar ao Banco de Portugal a autorização para sustentar a convertibilidade das suas notas com base nas reservas próprias. Tal implicava alcançar condições prévias entre as quais o equilíbrio das contas do Estado, a liquidação das dívidas do Estado ao Banco de Portugal, bem como o aumento da razão

<sup>113</sup> BANCO NACIONAL ULTRAMARINO. *Op. Cit.* Relatório e parecer do Conselho Fiscal do Nacional Ultramarino – 1916. P.21

entre as reservas e o número de notas em circulação<sup>114</sup>. Na conversão Real-Escudo, cada escudo correspondia a 100 réis; a nova unidade monetária deveria ser adoptada em todo o território português, com excepção da Índia. Esta decisão foi tomada em 1911, mas a sua implementação após o reequipamento da Casa da Moeda verificava-se uma tarefa árdua por percalços como a falta de cunhagem de certas unidades.

Antes da Grande Guerra, entre 1913 e 1914, foi possível emitir as moedas de 1 escudo, de 50 centavos e de 20 centavos. Durante o conflito verificou-se a emissão das restantes moedas de 10 centavos, de 4 centavos, de 2 centavos e de 1 centavo. Quanto às notas, o caso foi mais complicado; não existia a necessidade de uma emissão igual à das moedas e a sua concepção demorou aproximadamente quatro anos. A única nota emitida antes da Grande Guerra foi a de 5 escudos, datada de 1914. Durante o conflito e a partir de 1918, prosseguiu-se com a emissão das restantes notas: 50 centavos, 1 escudo, 2 escudos, 10 escudos, 20 escudos e 100 escudos.

Enfatize-se que o número de emissões foi feito segundo as necessidades de contenção para não desvalorizar mais o escudo face às restantes unidades monetárias envolvidas no mesmo conflito e com as quais se faziam acordos e tratados comerciais, como o caso do franco e da libra esterlina. O sistema bancário português também sofreu alterações no ano de 1911.<sup>115</sup> Existiam inúmeras instituições, de diferentes proveniências quer nacionais, quer institucionais. Destacamos:

- Duas grandes organizações nacionais com abrangência nacional: o Banco de Portugal, com exclusivo de emissão, e a Caixa Geral de Depósitos, com finalidade de caixa económica<sup>116</sup>.
- Banco Nacional Ultramarino, com exclusivo de emissão nos territórios portugueses no Ultramar, e banco comercial na Metrópole.

---

<sup>114</sup> Por esta altura a razão entre as duas era – 14%, o que por si só estava abaixo do mínimo imposto por lei, estipulando que este seria de  $\frac{1}{5}$ .

<sup>115</sup> MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. O escudo: a nova unidade monetária da República. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2011. Cap 3 – *Os novos meios de pagamento*. Pp. 44 – 45

<sup>116</sup> Caixa económica designa uma instituição financeira de carácter público cujo objectivo é acudir as necessidades sociais e a administrar aforros.



- Dois bancos estrangeiros em Portugal, com repartições na capital do país e no Porto. Ambos eram essenciais para as transacções entre os países correspondentes, França e Grã-Bretanha, e na compra e venda de unidades monetárias – o Crédit Franco-Portugais e o London & Brazilian Bank.

Quadro IV<sup>117</sup>

Taxa de câmbio em Maio de 1911

Moeda Estrangeira	Taxa de câmbio ao par	Taxa de câmbio corrente
Dólar dos Estados Unidos	1 dólar = 0\$92	1 dólar = 1\$00
Franco da União Latina (Bélgica, Bulgária, Espanha, França, Grécia, Itália, Roménia, Sérvia e Suíça)	1 franco = 0\$18	1 franco = 0\$20
Libra Esterlina da Grã- Bretanha	£1 = 4\$50	£1 = 4\$88
Marco da Alemanha	1 marco = 0\$22	1 marco = 0\$24

No quadro superior apresentam-se as diferentes taxas de câmbio relativas ao escudo e seus pares. Observou-se a valorização da libra esterlina, com um valor muito substancial face às demais devido ao poderio do Império Britânico, entre outros motivos. A moeda mais fraca na taxa de câmbio seria o franco da União Latina, entidade onde se acolhiam economias diferenciadas como França e Suíça mas também a Sérvia, em dificuldades na recuperação financeira subsequente às guerras Servo-Búlgara, de 1885 e às balcânicas, de 1912-1913.

Desde 1891, data do abandono o padrão-ouro, o Banco de Portugal recolhia sistematicamente os dados das taxas de câmbio, de forma a possibilitar o acompanhamento da depreciação da unidade monetária corrente em conformidade com valor ao par existente até 1891.

<sup>117</sup> MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. Op. Cit. P. 57

Quadro V<sup>118</sup>

Valor variável do escudo no período da Grande Guerra

Ano	Valor do Escudo
1914	1\$01
1915	1\$13
1916	1\$38
1917	1\$64
1918	2\$96

O quadro apresenta-nos o valor variável do escudo durante o tempo da Grande Guerra. No decurso dos quatro anos, o valor foi aumentando gradualmente sendo a diferença de \$63 entre 1914 e 1917. No último ano, 1918, registava-se a quase triplicação do valor, perfazendo a diferença de 1\$95. Enfatize-se que, neste ano, novos empréstimos tinham sido contraídos com o objectivo de atender aos custos para a guerra.

Quadro VI<sup>119</sup>

Últimos valores do escudo e duas conversões em Euro (€)

Ano	Valor do Escudo
2000	2,717\$00
2001	2,836\$00
2002	€14,66
2010	€17,30

Pode conferir-se os últimos valores do escudo em relação ao valor inicial de 1911 e os valores de conversão do escudo para o euro. Os cálculos apresentados no capítulo seguinte foram concebidos com base nas referências constantes no quadro VI.

<sup>118</sup> MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. *Op. Cit* P. 59

<sup>119</sup> MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. *Op. Cit.* P. 59

O referido quadro permite-nos ainda aferir paralelos comparativos entre o valor do escudo em 1914 e o último ano de circulação da mesma unidade monetária, um exercício que nos conduz à expressão numérica de 2,715\$99, isto é 2700 vezes superior ao valor inicial. Sublinhe-se, por outro lado, a trajectória de desvalorização do escudo, no decurso da Grande Guerra, extensível até 1924, uma tendência fundada em causas internas: a diminuição das reservas, a subida de preços em face da escassez de abastecimentos e o aumento da circulação fiduciária destinada ao financiamento das despesas militares. Estes factores eram coadjuvados pela suspensão de pagamentos externos e a contracção dos empréstimos da Grã-Bretanha a Portugal<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> *Portugal em Guerra*, 2ª Série, nº8. Lisboa, Imprensa Nacional, 1918. P 17  
MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. *Op. Cit.* P. 61

## 2.

### ORÇAMENTOS MINISTERIAIS

Verificados o o valor e as flutuações da moeda portuguesa, o Escudo, importamo-nos atender à análise das propostas orçamentais do Ministério da Guerra, com. Centramo-nos nos anos de 1913 – 1914, 1914 – 1915 e 1915 – 1916<sup>121</sup>. Ressalve-se a diferença entre os valores expressos nas propostas e os gastos efectivos dos ministérios no âmbito cronológico do conflito. Os números expressos infra correspondem aos valores referenciados nas propostas orçamentais.

Ministério da Guerra – 1913/14

- Arma de Engenharia<sup>122</sup> – 10 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	0\$20 (3,46€)	6\$00 (103,80)	73\$00 (1.262,90€)
<u>Fardamentos</u> (0\$45)			1,644\$30 (28.446,39€)
<u>Rancho</u> (0\$045)	0\$45 (7,79€)	13\$50 (233,55€)	164\$30 (2.842,39€)
<u>Pão</u> (0\$036)	0\$36 (6,23€)	10\$80 (186,84€)	131,\$40 (2.273,22€)

<sup>121</sup> O estudo destas propostas só foi realizado devido ao facto de existirem as ditas propostas em papel, encontradas na Biblioteca Nacional de Portugal. Além destas analisadas, existem ainda mais duas propostas a do Ministério da Marinha de 1914 – 1915 e a do Ministério das Colónias de 1913 – 1914, contudo ambas foram dadas como perdas pela própria Biblioteca Nacional de Portugal. De outra forma, também não nos foi encontrar as restantes nos debates parlamentares, como seria de esperar, portanto o estudo e apresentação dos resultados não são resultantes da análise de todas as propostas orçamentais, mas sim das que *supra* mencionei.

<sup>122</sup> Vide Anexos, anexo nº3.

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Arma de Artilharia – 198 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	3\$96 (68,15€)	118\$80 (2.055,24€)	1,445\$40 (25,005,42€)
<u>Fardamentos</u> (0\$45)			3,252\$15 (56,262,20€)
<u>Rancho</u> (0\$045)	8\$91 (154,14€)	267\$30 (4,624,29€)	3,252\$15 (56,262,20€)
<u>Pão</u> (0\$036)	7\$13 (123,35€)	213\$90 (3.700,47€)	2.602\$45 (45.022,39€)

- Arma de Cavalaria – 169 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	3\$38 (58,47€)	101\$40 (1.754,22€)	1,233\$70 (21.343,01€)
<u>Fardamentos</u> (0\$50)			3,084\$25 (53.357,53€)
<u>Rancho</u> (0\$045)	7\$61 (131,65€)	228\$15 (3.947€)	2,777\$65 (48.053,35€)
<u>Pão</u> (0\$036)	6\$08 (105,18€)	182\$40 (3.155,52€)	2.219\$20 (38.392,16€)

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Arma de Infantaria – 984 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	19\$68 (340,46€)	590\$40 (10.213,92€)	7,183\$20 (124.269,36€)
<u>Fardamentos</u> (0\$45)			16,162\$20 (279.606,06€)
<u>Rancho</u> (0\$045)	44\$28 (766,04€)	1,328\$40 (22.981,32€)	16,162\$20 (279606,06€)
<u>Pão</u> (0\$036)	35\$42 (612,77€)	1,062\$60 (18.382,98€)	12,928\$30 (223.659,59€)

- Escola de Recruta – 1361 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Arma de Engenharia</u> (10 a 0\$02)	0\$20 (3,46€)	6\$00 (103,80€)	2,190\$00 (37.887,00€)
<u>Arma de Artilharia</u> (198 a 0\$02)	3\$96 (68,51€)	118\$80 (2.005,42€)	1,445\$40 (25.005,42€)
<u>Arma de Cavalaria</u> (169 a 0\$02)	3\$38 (58,47€)	101\$40 (1.754,22€)	1,233\$70 (21.343,01€)
<u>Arma de Infantaria</u> (984 a 0\$02)	19\$68 (340,46€)	590\$40 (10.213,92€)	7,183\$20 (124.269,36€)

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

<u>Total de Salários:</u>	23\$85 (412,61€)	816\$60 (14.127,18€)	12,051\$90 (208.497,87€)
<u>Fardamentos</u> <u>(0\$13)</u>			64,579\$45 (1.117.224,49€)
<u>Rancho de Engenharia</u> <u>(0\$045)</u>	0\$45 (7,79€)	13\$50 (233,55€)	164\$25 (2.842,53€)
<u>Rancho de Artilharia</u> <u>(0\$10)</u>	19\$80 (342,54€)	594\$00 (10.276,20€)	7,227\$00 (125.027,10€)
<u>Rancho de Cavalaria</u> <u>(0\$063)</u>	10\$65 (184,25€)	319\$41 (5.525,79€)	3,887\$25 (67.249,43€)
<u>Rancho de Infantaria</u> <u>(0\$145)</u>	142\$68 (2.469,36€)	4,280\$40 (74.050,92€)	52,078\$20 (900.952,86€)
<u>Total de Rancho:</u>	173\$58 (3.002,93€)	5,207\$31 (90.086,46€)	63,356\$70 (1.096.070,91€)
<u>Pão</u> <u>(0\$036)</u>	49\$00 (847,70€)	1,470\$00 (25.431,00€)	17,885\$00 (309.410,50€)

Os dados elencados na listagem supra permitem-nos corresponder aos propósitos da presente investigação, a saber quanto custou o soldado português deslocado em Moçambique durante a Grande Guerra. Sublinhe-se que, aos números apontados, será necessário aduzir as passagens do Durham Castle no valor de 27.353,35€. De igual modo, contemplar os custos associados às armas de engenharia (17,48€ - 524,19€ - 32.264,50€), de artilharia (346€ - 10.380,00€ - 129.580,77€), de cavalaria (295,30€ - 8.856,74€ - 161.146,05€), de infantaria (1.719,27€ - 29.925,30€ - 907.141,07€), bem como da Escola de Recrutas (4.263,24€ - 129.644,64 – 2.731.203,77€). Assim, o

cômputo total das despesas das armas referidas perfazem os totais de 6.659,29€ diários, 179.330,87€ mensais e 3.961.336,16€ anuais, na primeira expedição. Os referidos valores foram distribuídos por alimentação, por fardamentos e por salários da seguinte forma: 2.273.578,93€, 1.534.896,67€ e 409.516,43€

Ministério da Guerra 1914/15

- Arma de Engenharia – 19 Praças

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	0\$38 (6,57€)	11\$40 (197,22€)	138\$70 (2.399,51€)
<u>Fardamentos</u> (0\$05)			0\$95 (16,44€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	0\$76 (13,15€)	22\$80 (394,44€)	277\$40 (4.799,02€)
<u>Pão</u> (0\$03)	0\$57 (9,86€)	17\$10 (295,83€)	208\$05 (3.599,27€)



Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Arma de Artilharia – 198 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	3\$96 (68,15€)	118\$80 (2.055,24€)	1,445\$40 (25,005,42€)
<u>Fardamentos</u> (0\$04)			7\$92 (137,02€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	7\$92 (137,02€)	237\$60 (4,110,48€)	2,890\$80 (50,010,84€)
<u>Pão</u> (0\$03)	5\$92 (102,42€)	1,770\$60 (3.072,48€)	2,168\$80 (37.381,84€)

- Arma de Cavalaria – 170 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	3\$40 (58,82€)	102\$00 (1.764,60€)	1,241\$00 (21,469,30€)
<u>Fardamentos</u> (0\$05)			8\$50 (147,05€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	6\$80 (117,64€)	204\$00 (3,529,20€)	2,482\$00 (42,938,60€)
<u>Pão</u> (0\$03)	5\$10 (88,42€)	153\$00 (2.646,90€)	1,861\$50 (32.203,95€)

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Arma de Infantaria – 976 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	19\$52 (337,70€)	585\$60 (10.130,88€)	7,124\$80 (123,259,04€)
<u>Fardamentos</u> (0\$04)			39\$04 (675,39€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	39\$04 (675,639€)	1,171\$20 (20,261,76€)	14,249\$60 (246,581,08€)
<u>Pão</u> (0\$03)	29\$28 (506,54€)	878\$40 (15.196,32€)	10,687\$20 (184.888,56€)

- Escola de Recrutas

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	27\$26 (471,60€)	817\$80 (14.147,94€)	9,949\$90 (172,133,27€)
<u>Fardamentos</u> (20\$00)			27,260\$00 (4.175,98€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	54\$52 (943,20€)	1,635\$60 (28,295,88€)	19,899\$80 (344,266,54€)
<u>Pão</u> (0\$03)	40\$89 (707,40€)	1,226\$70 (21.221,91€)	14,924\$85 (258.199,91€)

Segundo os dados recolhidos, a segunda expedição comportou maior dispêndio financeiro, em termos comparativos com a primeira. Especificando, a arma de engenharia apresentava como custo diário 29,58€, de custo mensal 887,49€ e, por fim, 10.814,24€ como despesa anual; por sua vez, a artilharia correspondia a verbas mais elevados, justificadas pelo contingente de praças superior, com 307,95€ diários, 9.238,20€ mensais e 112.585,12€ anuais; a cavalaria revelava uma quantia de 264,69€, 7.940,70€ e 96.758,90€ como custos diários, mensais e anuais respectivamente; por fim, a arma de infantaria caracterizava-se pelos valores mais elevados, tendo como valores diários, mensais e anuais: 1.519,63€, 45.588,96€ e 555.341,07€. A juntar a estes valores importaria considerar os valores da Escola de Recrutas, 2.122,20€, 63.665,73€ e 5.490.579,72€. Resumidamente, o total da despesa perfazia os seguintes valores: 4.244,05€; 127.321,08€; e 6.266.079,05€.

Ministério da Guerra 1915 – 1916. (366 dias)

- Arma de Engenharia – 268 praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	5\$36 (92,37€)	160\$80 (2.781,84€)	1,961\$76 (33,938,45€)
<u>Fardamentos</u> (0\$04)			10\$72 (185,46€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	10\$72 (185,46€)	321\$60 (5,563,68€)	3,923\$52 (67,876,90€)
<u>Pão</u> (0\$03)	10\$98 (189,95€)	329\$40 (5.698,62€)	329\$40 (69.523,16€)

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Arma de Artilharia – 568 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	11\$36 (196,53€)	340\$80 (5.895,84€)	4,157\$76 (71,929,25€)
<u>Fardamentos</u> (0\$05)			28\$40 (491,32€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	22\$72 (393,06€)	681\$60 (11,791,68€)	8,315\$52 (143,858,50€)
<u>Pão</u> (0\$03)	17\$04 (294,40€)	511\$20 (8.843,76€)	6,236\$650 (107.893,87€)

- Arma de Infantaria – 3,324 Praças

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$02)	66\$48 (1.150,10€)	1,994\$40 (34.503,12€)	24,331\$68 (420,938,06€)
<u>Fardamentos</u> (0\$03)			99\$72 (1.725,16€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	132\$96 (2.300,21€)	3,998\$80 (69.179,24€)	48,663\$36 (841,876,13€)
<u>Pão</u> (0\$03)	99\$72 (1.725,16€)	2,991\$60 (51,754,68€)	36,497\$52 (631.407,10€)

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Serviço de Saúde Militar – 92 Praças.

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Salários</u> (0\$16)	14\$72 (254,66€)	441\$60 (7.639,68€)	5,387\$52 (93,204,10€)
<u>Fardamentos</u> (0\$13)			11\$96 (206,91€)
<u>Rancho</u> (0\$10)	9\$20 (159,16€)	276\$00 (4.774,80€)	3,367\$20 (58.252,56€)
<u>Pão</u> (0\$03)	2\$76 (47,75€)	82\$80 (1,432,44€)	1,101\$16 (17.475,77€)

- Escola de Recrutas

	<u>Diário</u>	<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>
<u>Arma de Engenharia</u> (268 a 0\$02)	5\$36	160\$80	1,961\$76
<u>Arma de Artilharia</u> (586 a 0\$02)	11\$72	351\$60	4,289\$52
<u>Arma de Infantaria</u> (3,324 a 0\$02)	66\$48	1,994\$40	24,331\$68
<u>Tropas de Serviço de</u> <u>    Saúde</u> (92 a 0\$02)	1\$84	55\$20	673\$44
<u>Total de Salários:</u>	85\$40 (1.477,42€)	2,562\$00 (44.322,60€)	31,256\$40 (540.735,72€)

<u>Fardamentos</u> (20\$00)			85,400\$00 (1.477.420,00€)
<u>Rancho</u> (0\$04)	170\$80 (2.954,84€)	5,124\$00 (88.645,20€)	62,512\$80 (1.081.471,44€)
<u>Pão</u> (0\$03)	128\$10 (2.216,13€)	3,843\$00 (66.483,90€)	46,884\$60 (811.103,58€)

Avaliando os números supra elencados, concluímos que a arma de engenharia teve como despesa diária 468,14€, mensal de 14.044,14€ e anual de 171.523,97€. A arma de artilharia obteve valores como 884,38€ diários, 26.531,28€ mensais e 324.172,94€ anuais. Por sua vez, a infantaria, com maior número de praças, tinha como valores diários 5.175,47€, mensais 155.437,04€ e anuais 1.895.946,45€. As despesas com os praças do serviço de saúde militar mostraram ser as menores, até porque contribuiu com o menor número de praças, apresentando valores de 461,57€ diários, 13.846,92€ mensais e 169.139,34€ anuais. Por fim, as despesas da Escola de Recrutados foram de 6.648,39€ diários, 199.451,10€ mensais e 3.910.730,74€ anuais. O cômputo geral destas contas perfazia o seguinte total: 13.637,95€ gastos diários, 409.310,48€ gastos mensais, e por fim, 6.471.513,44€.

Para além dos valores apresentados pelo Ministério da Guerra, existem outros valores do mesmo ministério e de outros. Por exemplo, é do Ministério da Guerra que se apresentam os valores gastos em estabelecimentos fabris, sendo que a Fábrica de Pólvora sem Fumo gastou no total dos três anos 2.813.980.000€, já a Fábrica de Pólvora Negra perfaz a totalidade dos seus gastos em três anos de 1.811.310.000€, e por fim, 8.043.116.000€ foi o total apresentado para a Fábrica de Material de Guerra. Por sua vez, o Ministério das Colónias apresentou como despesa de Moçambique a delimitação de fronteiras, com custos diferenciados para o pessoal e para o material, 51,900€ e 17,300€, perfazendo o total de 69,200€.

De seguida concentramo-nos nos valores dos orçamentos efectuados pelo Ministério da Guerra desde 1913 a 1918, pois os orçamentos eram elaborados sempre para o ano seguinte e como tal no de 1913 constava o valor previsto para o primeiro ano

da Grande Guerra. O quadro mostra as verbas atribuídas ao Exército por conta dos Orçamentos Ordinário (O. O.) e Extraordinário (O. E.), sendo que os valores apresentados estão em percentagem. Apresentam-se as diversas classes de despesas: com o pessoal (pes.), com o material (mat.), com a alimentação (ali.), com construções (cons.) e com diversos encargos (Div.). Por fim consta o valor somado, como despesas de anos findos (find.).<sup>123</sup>

### Quadro VII<sup>124</sup>

#### Orçamentos do Ministério da Guerra

Anos	Orçamento Ordinário							O. Extra
	Percentagens para total do Orçamento Ordinário do:						Total O. O.	Total O. E.
	Pes	Mat	Ali	Cons	Div	Find		
1913	51,93	19,61	24,40	0,00	4,01	0,04	10 389 822\$765	27 500\$000
1914	56,85	20,46	19,54	2,20	1,00	0,15	9 661 040\$823	195 000\$000
1915	53,08	21,68	21,50	1,96	1,66	0,11	10 738 777\$00	95 000\$00
1916	51,17	20,06	24,95	1,89	1,67	0,26	11 722 114\$00	20 002 500\$00
1917	49,54	20,83	25,70	1,96	1,93	0,04	11 329 775\$26	40 002 500\$00
1918	50,32	20,46	25,31	2,07	1,82	0,02	11 349 999\$36	100 002 500\$00

No quadro acima é possível comparar os valores ocorrentes durante a guerra, com excepção do primeiro ano apresentado que só configura o mesmo quadro de forma a servir de base de comparação com os demais valores. As conclusões a retirar do mesmo são muito simples na verdade, na medida em que o Orçamento Ordinário nunca sofreu alterações significativas, com excepção dos encargos diversos (Div.), onde se observa a queda do valor para  $\frac{1}{4}$  do ano de referência para o primeiro ano da Grande Guerra. Contudo, o mesmo não é observável quando trata do Orçamento Extraordinário, onde se demonstra o enorme encargo financeiro para enviar os homens para Moçambique, mostra um aumento no valor de 167 500\$00. Ao longo dos anos da

<sup>123</sup> RAMIRES DE OLIVEIRA, A. N. História do Exército Português (1910 – 1945). Volume IV. Lisboa, Estado Maior do Exército, 1995. Pp. 23 – 24

<sup>124</sup> RAMIRES DE OLIVEIRA, A. N. Op. Cit.. P. 23

Grande Guerra os valores vão diminuindo, aumentando cerca de 20 000\$00 na declaração de guerra por parte da Alemanha, só existindo um maior aumento no último ano da guerra, em que foi necessário fazer investimentos essenciais para melhorar as condições das tropas e para reorganizar as tropas, pois não era esperado a guerra terminar no ano imediatamente a seguir.



### 3.

## O IMPACTO DA GUERRA NA ECONOMIA DA METRÓPOLE

O impacto interno da mobilização traduziu-se na falta de mão-de-obra nas áreas rurais e diminuição das áreas cultivadas. Contudo, a escassez de géneros alimentares era também devida à reestruturação dos fluxos comerciais, em prol do esforço de guerra, como ainda à elevação generalizada dos preços dos produtos de primeira necessidade e demais.

Posto isto observou-se a uma elevada onda de emigração para o Brasil, Canadá e Estados Unidos da América, que durou até meados de meio da década de 10, provocando ainda mais problemas desta vez no respeitante à mão-de-obra barata. A juntar a este cenário negro da instabilidade social, juntou-se a instabilidade monetária, pois apesar de se ter mudado de regime político e de se ter começado do zero, Portugal não pôde apagar as suas dívidas, quer a bancos portugueses, quer a bancos estrangeiros, sendo que estas foram herdadas do tempo da Monarquia, que para manter o seu nível de vida se viu obrigada a pedir empréstimos. Durante a Grande Guerra assistiu-se à crescente inflação de preços, bem como à desvalorização da moeda face ao crescimento de outras unidades monetárias e ao valor da moeda-padrão.

A República Portuguesa debatia-se com a insuficiência monetária. Em 1914 Portugal era o parente pobre das potências europeias, como Alemanha e Inglaterra, estando a sua economia igual ao dos países das Balcãs. A situação era de tal forma má, que o Produto Interno Bruto (PIB) da República Portuguesa correspondia a um terço dos equivalentes dos impérios supramencionados, e isto era devido ao facto de menos de metade da população activa em Portugal se dedicar aos sectores da indústria e dos serviços, que à data seriam apostas bem mais rentáveis ao invés da agricultura dominante.<sup>125</sup> Na medida em que a agricultura se viu a braços com uma política de contenção de preços, que se impôs através de um sistema de preços tabelados, originando um *boost* no mercado negro, o que obrigou o governo a outros métodos de contenção, tais como: manifesto obrigatório das colheitas, requisições alimentares e controlo dos circuitos de distribuição. Outra medida encontrada pelo governo foi o

---

<sup>125</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *A crise orçamental monetária portuguesa no contexto internacional (1914 – 1931)*. In MENESES, Filipe Ribeiro de. *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Pp 53 – 54

decreto 2 691 de Outubro de 1916, pelo qual os agricultores estavam obrigados a vender todo o trigo existente à Manutenção Militar ao preço tabelado.<sup>126</sup>

No quadro apresentado a seguir constam os registos do Produto Nacional Bruto<sup>127</sup> de diferentes economias, sendo que estão representados os grandes impérios (Alemão, Austro-Húngaro, Britânico, Francês, Italiano e Russo), e outros países de menor dimensão como Portugal, Bulgária e Albânia. O quadro apresenta resultados decenais, com início no princípio do séc. XX e com fim na segunda década do mesmo. Fazendo a análise do quadro denota-se que os Estados Unidos da América e o Reino Unido se encontram sempre na *pole position*, ao contrário da Albânia, Bulgária e Rússia que por diversos conflitos internos e externos, ou mesmo de acordo com as políticas de produção, se encontravam no fim da mesma tabela. No caso que interessa, Portugal estava normal a produzir entre  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{1}{4}$  em relação ao seu aliado inglês, contudo apesar de ser incomparável na medida em que é um país muito mais avançado em todos os níveis e sectores, inclusivamente no sector primário que era o grande empregador por terras lusas. Contudo todos os valores apresentados por Portugal espelhavam as dificuldades sentidas ao longo do reinado de D. Luís I de Portugal, passando por D. Carlos I e D. Manuel II, e terminando na Iª República de Portugal, que já foram referidas anteriormente, como por exemplo o envio de homens para a realização de reconhecimento e delimitação de território nas colónias africanas, a emigração na primeira década do séc. XX, ou mesmo o envio de homens para as várias frentes de guerra em que nos encontrávamos.

---

<sup>126</sup> TELO, António José. *A economia da República portuguesa*. [S.L.], [S.N.], 1997. P. 228.

<sup>127</sup> O Produto Nacional Bruto traduz-se pela quantidade de bens e serviços produzidos a nível nacional de um país, por empresas e população nacionais. Difere do Produto Interno Bruto (PIB) na medida em que para este último contam empresas e população internacionais.

Quadro VII<sup>128</sup>

Ordenamento das economias por nível de PNB *per capita*, 1900 – 1920 (dólares  
Geary-Khamis de 1990)

1900		1910		1920	
Reino Unido	4492	EUA	4964	EUA	5552
EUA	4091	Reino Unido	4611	Reino Unido	4548
Alemanha	2985	Alemanha	3348	França	3227
Áustria	2882	Áustria	3290	Alemanha	2796
França	2876	França	2965	Itália	2587
Itália	1785	Itália	2332	Áustria	2412
Portugal	1254	Rússia	1488	Portugal	1187
Rússia	1237	Bulgária	1456	Bulgária	909
Bulgária	1223	Portugal	1182	Rússia	-
Albânia	685	Albânia	780	Albânia	-

Quadro IX<sup>129</sup>

Capitações da despesa pública

Alemanha	125\$00
EUA	45\$00
França	294\$17
Grécia	99\$00
Itália	64\$21
Inglaterra	116\$32
Japão	7\$74
Portugal	70\$00

<sup>128</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *Op. Cit.* Pp. 72 – 73

<sup>129</sup> MONTEIRO, Armindo. *Do orçamento português*. Tomo I. Lisboa, [s. n.], 1921. P. 40

Acima constata-se as capitações da despesa pública dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Posições e envolvimento esquecidos, pode-se constatar que o país que tem mais despesa para com a sua gente é a França com 294\$17 por cidadão, seguido da Alemanha com 125\$00 e, para fechar o top dos três países com mais gastos, encontra-se a Inglaterra com a quantia de 116\$32. Do lado oposto encontram-se países como os Estados Unidos da América, e o Japão que gastam 45\$00, 23\$80 e 7\$74 com cada patriota respectivamente. Já Portugal configura nesta listagem como o país divisor da mesma, uma vez que em 9 países em análise encontra-se em quinto lugar, gastando 70\$00 com cada luso, e tendo como baliza superior e inferior a Grécia, com 99\$00, e a Itália, com 64\$21, respectivamente. Sendo que o mais importante é perceber que Portugal em relação ao seu inimigo directo, a Alemanha, tem um gasto inferior de 55\$00, o que demonstra a inferioridade financeira do país e do seu povo, pois se o povo dispusesse de melhores condições financeiras não pesaria tanto aos cofres do estado. Já em relação ao seu mais antigo aliado, Inglaterra, Portugal gastou menos 46\$32, sendo uma demonstração de nova inferioridade, mas desta feita face ao Império que o auxiliou em terras africanas.

Após Portugal deixar de ser uma monarquia já contava com uma dívida pública avultada, cerca de 670 mil contos, sendo que metade do valor era correspondente a uma dívida devido à contracção de um empréstimo, feito internamente para cobrir dívidas anteriores, durante o reinado dos últimos reis portugueses. E até à data da entrada na Primeira Guerra Mundial a situação monetária foi-se resolvendo, quer fosse através da renegociação da dívida externa, devido ao reembolso via produto de emissão adicional flutuante interna, quer fosse através da obtenção de saldos positivos das contas públicas, que se traduziram em reduções no total da dívida pública<sup>130</sup>.

---

<sup>130</sup> Dívida externa é um termo que designa o total do débito de um país, que resulta de empréstimos e financiamentos que foram contraídos externamente pelo Governo e/ou por empresas privadas. Um exemplo de dívida externa possuída por Portugal ao momento é ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Já a dívida flutuante passa por ser um conjunto de empréstimos a curto prazo, contraídos pelo Governo, que servem essencialmente para fazer face a carências momentâneas de tesouraria e maior maleabilidade de gestão de emissão de dívida pública fundada. Esta dívida tem obrigatoriedade de finalização do pagamento do empréstimo até ao fim da acção orçamental em que foi criada. Por sua vez a dívida pública fundada, é parecida, contudo o pagamento do empréstimo não tem a obrigatoriedade de amortização total por quem foi criado, mas sim pelo seu sucessor.

Quadro X<sup>131</sup>

Dívida de Portugal

Anos	Dívida Fundada	Dívida Flutuante	Total
1910	797.172	81.418	878.590
1914	803.380	88.755	892.135
1916	812.958	152.857	965.815
1918	1.070.702	311.139	1.381.841
1919	1.415.573	494.146	1.909.719

No quadro acima está representada a dívida pública portuguesa, desde o último ano da monarquia portuguesa, passando para o primeiro ano da Grande Guerra e os anos decorrentes, com excepção aos anos de 1915 e 1917. No conjunto das duas dívidas expostas, fundada e flutuante, vê-se um aumento em dobro no espaço de uma década, o que não é assim tão inesperado devido ao facto de terem existido inúmeros custos para com a transição de um regime monárquico para um regime republicano e para com a guerra e todos os gastos adjacentes à mesma. O valor mais importante é mesmo o da dívida flutuante, talvez por ser o que mais pesa na balança dos empréstimos pelo facto do modo de finalização de pagamento do mesmo. Este valor mais que sextuplicou, passando de 81.418\$ no reinado de D. Manuel para 494.146\$ durante a presidência de António José de Almeida, o que representou um enorme esforço económico para Portugal, uma vez que todas as dívidas tinham de ser pagas num curto espaço de tempo. Já por sua vez, a dívida fundada, apesar de ter quase duplicado, não era tão preocupante na medida em que seria paga ao longo do tempo e como tal não se observou o aumento exponencial deste tipo de dívida, contrariamente à dívida flutuante.

Os trabalhos de força, como agricultura ou indústria<sup>132</sup>, exigiam claramente exigências a nível físico que, por sua vez, não eram compensadas monetariamente, contudo na hora da escolha de homens para integrarem as forças expedicionárias foi a

<sup>131</sup> MONTEIRO, Armindo. *Op. Cit.* Pp. 30 – 31

esta classe social, o proletariado, que se foi buscar a maioria dos homens<sup>133</sup> pelas razões enunciadas acima, um homem quer se forte para a guerra mas ignorante para questionar. O mal desta escolha foi o facto de muitas mulheres verem o seu orçamento familiar a cair na inexistência ou a persistir com enormes dificuldades, sendo por isso necessário a introdução das mulheres e crianças num mercado de trabalho, que antes lhes era negado. A juntar a esta falta de homens, e consequente falta de rendimentos familiares, assistiu-se a uma reorganização da distribuição de dinheiro público a destinatários que até lá pouco haviam precisado, como o Ministério das Colónias, o Ministério da Guerra, e o Ministério da Marinha, que com o estalar da Grande Guerra se viram com mais orçamento do que o habitual.

Com o início da Grande Guerra, esta realidade sofreu algumas alterações: em Portugal, mesmo antes da declaração de guerra por parte da Alemanha, assistiu-se a um incremento da produção de variadas indústrias como a conserveira, a metalúrgica, a metalomecânica e a têxtil. No caso da primeira, o conflito mundial impulsionava o seu desenvolvimento porque o produto final era de primeira necessidade ao combatente na medida em que era de fácil transporte e de longa durabilidade. Estas características garantiam ampla procura a nível europeu, visto que se comercializava para os palcos da Europa e para os demais envolvidos no conflito, o que provocou um impulso em cidades como a de Setúbal que assistiu a uma melhoria nas condições da população abrangida por esta indústria, a medida em que existiu um aumento do número de postos de trabalho. Já as últimas indústrias supramencionadas também se desenvolveram, mas em escala diversa, porque a necessidade destas prendeu-se com o fabrico de material com destino aos teatros de guerra europeu e africano.<sup>134</sup> Isto porque a indústria conserveira foi bastante valorizada, ao ponto de conseguir exportar produtos, bem como a indústria da metalúrgica e da metalomecânica. Por fim, a indústria têxtil foi sobretudo destinada ao fardamento das nossas tropas.

---

<sup>132</sup> Em 1911 55,7% da população activa em Portugal trabalhava na agricultura, o que corresponde a 1 442 364 pessoas num total de 2 585 262. E a indústria detém 21% dos activos. In TELO, António José. *A economia da República*. [S.L.], [S.N.], 1997. Pp. 219 – 220.

<sup>133</sup> À data de 1911, existiam em Portugal cerca de 4 350 000 habitantes, sendo que a população no activo rondava os 3 440 000, dos quais cerca de 2 585 200 estava encarregue da vida agrícola e outros 48 230 da caça e da pesca.

<sup>134</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *Op. Cit.* P. 55

Antes do início da guerra mundial, em 1912, Portugal tinha 116 fábricas de conservas que passaram a 400 quando o pós-guerra, mais concretamente em 1925. In TELO, António José. *Op. Cit.* P. 221.

Quadro XI<sup>135</sup>

Índices de produção industrial, 1913 – 1916 (em percentagem)

Ano	Indústrias Alimentares	Têxteis	Vestuário e Calçado	Madeira, Cortiça e Mobilidade	Química básica
1913	42	38	70	45	31
1914	43	36	60	79	30
1915	44	37	57	78	31
1916	44	35	64	73	29

No quadro anterior apresenta-se os índices de produção industrial, entre 1913 e 1916, em percentualidade. Iniciando a análise pela indústria alimentar, têxtil e química básica pode-se observar uma variável favorável de crescimento contudo sem qualquer resultado prático, porém no que diz respeito à indústria do calçado e do vestuário assistiu-se a um ligeiro decréscimo, na ordem dos 10% entre 1913 e 1914, que quase estagnou no decurso dos primeiros anos de guerra em Moçambique, existindo um aumento no ano de 1916, expectável pois existiram mais mobilizações de homens e como tal foi necessário investir mais na área do fardamento. Por último faz-se a análise das indústrias que assistiram a um aumento significativo, e este aumento fez-se porque a mobilidade e a madeira eram essenciais para os soldados que partiam em expedições, isto porque alguns veículos usados em território moçambicano provinham da metrópole, bem como as madeiras para realizarem a montagem dos pavilhões onde faziam a sua vida diária.

---

<sup>135</sup> PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial: a república e a economia de guerra*. Lisboa, Caleidoscópio, 2011. P.151

Quadro XII<sup>136</sup>

Conservas de Peixe – Exportações em toneladas

Ano	Sardinha	Atum	Outras	Total
1913	24 554	2 033	207	26 794
1914	18 488	1 633	142	20 263
1915	25 269	2 228	2 418	29 915
1916	24 537	1 337	3 233	29 107
1917	31 530	1 293	1 733	34 556
1918	35 880	858	810	37 458
1919	39 737	762	339	40 838

Este quadro apresenta a indústria conserveira e o aumento que esta foi tendo no decorrer da Grande Guerra, quase duplicando o valor inicial de 1913 em relação ao valor de 1919. Este número era expectável na medida em que a indústria conserveira foi uma das que mais contribuiu para a vida militar, pois a alimentação dos homens era de suma importância e desde de início se percebeu que logisticamente seria mais fácil e prático o transporte de conservas para o terreno, do que propriamente víveres frescos ou com pouca durabilidade de conservação. Como tal não foi de estranhar que Portugal, por ser um país costeiro e com actividade piscatória activa, se tornasse num dos maiores exportadores de conservas de peixe para os diversos países envolvidos no conflito, e contribuindo assim para o aumento desta indústria e de todos os bónus que esta trouxe à população como maior empregabilidade e maior estabilidade financeira, pois mais encomendas originavam mais mãos-de-obras, o que significou, por exemplo, para os habitantes do distrito de Setúbal numa melhoria do nível de vida geral.

<sup>136</sup> PIRES, Ana Paula. *Op. Cit.* P. 152



Quadro XIII<sup>137</sup>

Evolução dos salários rurais e agrícolas em Portugal (1910 – 1913)

Ano	Índice de salários
1910	100
1911	113
1912	113
1913	120

Neste quadro apresentam-se os salários existentes em Portugal, desde a Monarquia e o ano anterior ao começo da Grande Guerra. É de fácil percepção que existiu um aumento dos salários rurais e agrícolas na medida em que se assistiu a um aumento do nível de vida geral em Portugal, até porque o *superavit* foi conseguido em 1913. Porém é verificável que o salário aumenta em 20% num espaço de quatro anos, sendo o maior aumento no ano de 1912 – 1913, de forma quase gradual. Este aumento salarial é justificável devido ao aumento da produção agrícola e do aumento dos hectares de várias culturas, que por sua vez viram a sua exportação aumentar, bem como os seus preços. Portanto aumentando o valor e a exportação dos alimentos é normal existir o retorno à entidade patronal, que por sua vez concede um aumento salarial ao colaborador.

Quadro XIV<sup>138</sup>

Evolução dos salários urbanos e industriais em Portugal (1910 – 1913)

Ano	Índice de salários
1910	100
1911	97
1912	102
1913	102

<sup>137</sup> PEREIRA, David. *A Sociedade*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2009. P. 83

<sup>138</sup> PEREIRA, David. *Op. Cit.* p. 85

Já a nível do quadro superior analisa-se a evolução dos salários novamente, mas a nível dos urbanos e industriais. No que diz respeito a estes salários o aumento apesar de gradual é estável, na medida em que no ano de 1910 – 1911 observou-se uma ligeira descida no valor dos 3%, mas que nos anos seguintes, 1911 – 1912 e 1912 – 1913, recuperou na ordem dos 5% no primeiro ano e estabilizou esse valor no ano seguinte. Estas diferenças salariais a nível urbano e industrial são quase inexistentes pois as produções correspondentes não sofreram aumentos de produção, nem de comercialização interna e/ou externa. Este tipo de produto só viria a sofrer alterações a nível de crescimento quando do despoletar da guerra, como já foi abordado anteriormente. Como tal, não havendo aumento de produção nem de comercialização, não existiu igualmente um aumento salarial.

Contudo se se fizer a análise dos dois quadros anteriores pode-se retirar outro tipo de ilações, pois é observável que apesar de os salários serem correspondentes ao mesmo país, os valores são díspares consoante a localização e o trabalho realizado. Sabido isto, verifica-se que apesar do estilo de vida nos meios urbanos ser mais dispendioso, nos meios rurais os salários eram mais elevados. A discrepância em questão inicia-se logo no primeiro ano 1910 – 1911, em que o salário estava em 113% no meio rural face ao salário de 103% no meio urbano, e no último ano em análise a diferença é ainda mais gritante pois encontra-se uma diferença de 18%. A diferença de 18% à época é bastante significativa, na medida em que os preços praticados no meio urbano são diferentes dos existentes no meio rural, e a esta diferença junta-se o facto de os que habitam nesta última localidade ganharem mais do que os seus pares que habitam em zonas urbanas.

Importa-nos ainda abordar a ligação entre a falta de mão-de-obra e a crise de preços. A existência de falta de homens, significava a falta de agricultores, fruticultores, pescadores, entre outras profissões de alta exigência física, sendo que a mobilização para a Grande Guerra não foi o único factor para esta perda. A falta destes originou uma quebra na produção dos mais variados produtos alimentares, e como consequência imediata os preços dos géneros alimentícios continuou a sua escalada de subida de preços que havia iniciado no verão anterior à mobilização. A agricultura teve

dificuldades sobretudo devido à criação de uma tabela de preços<sup>139</sup> e à inflação, esta tabela foi criada sem ter em conta os custos de produção, que por se demonstrar insuficiente para fazer face aos preços foi posto de lado e passou-se para o racionamento alimentar e para as requisições alimentares, o que deu origem a um aumento de preços de bens alimentares nomeadamente de primeira necessidade. Juntando estes factores não foi de admirar o resultado negativo na economia durante o período da Grande Guerra, sendo o “crescimento económico” na ordem dos – 1,6% anuais.<sup>140</sup>

Quadro XV<sup>141</sup>

Taxas de crescimento do PIB *per capita*, 1902 – 1923 (%)

Período	1902 – 1922	1,20
Período da Primeira República	1910 – 1926	1,01
	1910 – 1914	0,88
	1914 – 1918	– 1,64
	1918 – 1923	3,31

No quadro anterior estão apresentados os valores das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita*, entre os anos de 1902 – 1923, sendo que a análise detalhada baliza-se entre 1910 e 1923 como se pode observar. Iniciando os valores em 0,88% desde do ano da Implantação da República até ao ano da Primeira Expedição a Moçambique, já durante o período de conflito mundial o PIB *per capita* desce até – 1,64%, ascendendo aos 3,31% no período pós-guerra de 1918 – 1923. No cômputo geral observou-se a média de 1,20% entre 1902 – 1923, que se justifica pelo valor quase nulo no precedente à Grande Guerra e pelo sólido valor negativo durante a mesma.

Além destes dois factores, deverá adicionar-se um terceiro a saber, o decréscimo do valor do escudo em relação às restantes moedas em circulação na Europa e no Mundo, e o facto dos empréstimos externos serem contraídos em outras unidades de

<sup>139</sup> O tabelamento dos preços alimentares derivou da necessidade de controlar a carestia, tendência transversal a países beligerantes e neutrais. A tabela referida co-existiu com o racionamento alimentar e com as requisições, que se estendeu no pós-guerra.

<sup>140</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *Op. Cit.* P. 55

<sup>141</sup> SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *Op. Cit.* P. 73

câmbio. Os aspectos climatéricos desempenharam igualmente um papel relevante; nos anos anteriores à guerra e no decurso do conflito, verificaram-se chuvas contínuas e incessantes nos invernos e períodos de grandes secas no verão. Acrescia, por último, a reorganização dos transportes internacionais como um dos factores do agravamento da crise, pois esta mudança predispôs uma quebra substancial das importações facto ao qual muito se ficou a dever a escassez dos contextos urbanos, mais permeáveis a situação de fome.<sup>142</sup>

Com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial assistiu-se a uma crise financeira, traduzindo-se principalmente através da valorização de unidades monetárias internacionais, como visto no capítulo anterior. Logo quando da entrada de Portugal na Grande Guerra Afonso Costa negociava créditos ingleses, os quais seriam amortizados a partir do fim do conflito, logo o sucesso do pagamento dependeria do êxito obtido pelo esforço português na Primeira Guerra Mundial. O empréstimo foi feito em libras esterlinas e não escudos, o que é logo um entrave ao sucesso do pagamento, o que originou a acumulação de juros ao longo dos anos e consequentemente uma dívida de cerca de 23 milhões de libras esterlinas.<sup>143</sup> Porém com este empréstimo, a libra sofre um ligeiro aumento o que se traduz num maior gasto para Portugal, sendo observável que no início da guerra a libra esterlina custava 6\$43 e no fim do conflito já subia para 7\$08, descendo depois para 6\$92 no pós-guerra.<sup>144</sup> A nível interno Portugal deparou-se com um enorme esforço financeiro, na medida em que este foi financiado através do aumento da dívida pública. Não obstante da contracção de empréstimos a nível internacional, Portugal ainda necessitou de contrair empréstimos a nível nacional, nomeadamente através do Banco de Portugal, chegando-se a um patamar de dívida pública a 311,166\$00, cerca de 3,5% vezes mais alta do que o valor inicial em 1914 de 88,000\$00. Já em 1917, quando interrogado nas câmaras pelo custo da guerra, Afonso Costa respondia que a guerra custava 10 000 contos mensais, dos quais Moçambique

---

<sup>142</sup> TELO, António José. *Decadência e queda da I república portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. Vol. I. Pág. 13

<sup>143</sup> TELO, António José. *A crise portuguesa: economia e sociedade*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. P. 486

<sup>144</sup> TELO, António José. *Decadência e queda da I república portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. Vol. I. Pág. 14.

era responsável por 2 500 contos.<sup>145</sup> Já com Sidónio Pais é possível um contrato com o Banco de Portugal em 1918, onde se unificaram todos os empréstimos concedidos aos governos anteriores num só no valor de 150 000 contos, e um novo empréstimo do mesmo valor até 1919, acautelado por títulos de dívida fundada.<sup>146</sup>

#### Quadro XVI<sup>147</sup>

##### Despesas de guerra

Ano	Despesa em contos de réis
1914 – 1915	26.191\$00
1915 – 1916	36.381\$00
1916 – 1917	58.654\$00
1917 – 1918	98.084\$00
1918 – 1919	126.626\$00
1919 – 1920	2.048\$00
Total	347.984\$00

Neste quadro apresenta-se as despesas de guerra em contos de réis por ano orçamental desde 1914 a 1920. E como é possível notar a despesa foi aumentando conforme o avançar do conflito, e mais tarde devido às despesas indemnizatórias e ao pagamento dos empréstimos contraídos junto dos bancos nacionais e internacionais. Tanto que o aumento mais significativo é observável no ano anterior ao do que termina a Grande Guerra, pois em relação ao ano transato o aumento é na ordem dos 39.430\$. Este valor deve-se ao facto de se esperar um maior período do tempo de guerra, o que fez com que houvesse um maior investimento em homens, máquinas e restantes meios necessários para combater os inimigos, nomeadamente os 3 Farman F – 40 para Moçambique e os 55 camiões de transporte para a mesma localidade, ambos integrantes da quarta e última expedição à colónia da África Oriental.

<sup>145</sup> TELO, António José. *A economia da República portuguesa*. [S.L.], [S.N.], 1997. P. 230

<sup>146</sup> TELO, António José. *Op. Cit.* Pp. 230 – 231.

<sup>147</sup> MONTEIRO, Armino. *Do orçamento português*. Tomo Primeiro. Lisboa, [s. n.], 1921. P. 20

Quadro XVII<sup>148</sup>

Despesas Militares

Ano	Exército	Marinha	Total
1914 – 1915	10.739	3.612	14.351
1916 – 1917	11.351	4.076	15.427

O quadro acima apresenta as despesas militares correspondentes às Forças Armadas, mais especificamente ao Exército e à Marinha, nos anos de 1914 – 1915 e de 1916 – 1917. Como é observável a despesa pouco aumenta, no total o valor fica-se pelos 1.076\$00, e mesmo a nível individual dos ramos das Forças Armadas o maior aumento verifica-se no Exército, na ordem dos 612\$00.

Acrescidos a estes factores de encarecimento da moeda e do nível de custo, convém observar a reação inflação monetária *versus* salário auferido. Ora bem, a inflação monetária decorre de inúmeros factores que, por sua vez, originaram uma descida dos salários. Existindo a diminuição crescente da oferta de produtos gera-se uma maior necessidade de importação dos mesmos, o que provoca um aumento dos mesmos *ad aeternum*, estes dois factores originam o aumento do valor dos produtos, que no meio disto tudo ao serem comprados através da libra esterlina só originam a sua valorização e a consequente desvalorização do escudo, que via no crêscimo da circulação fiduciária uma maneira de evitar a bancarrota, contudo não existia o aumento de produção de bens e serviços correspondente originando nova subida do preços dos mesmos devido à elevada procura, e assim se volta ao início do círculo económico, quando este último facto origina o aumento dos preços dos produtos. Por sua vez os salários por muito que queiram acompanhar o crescente custo de nível de vida, acabavam sempre por ficar estagnados devido à inflação. Neste caso assistiu-se uma inflação galopante, na medida em que durante todo o período da Grande Guerra as taxas foram inflacionadas em mais de 10%, o que significou a perda do valor monetário face aos valores de compra dos produtos.

<sup>148</sup> MONTEIRO, Armindo. *Op. Cit.* Pág. 27

E eis que surge a necessidade de realizar transições quer a nível de importação quer a nível de exportação, e para tal contava-se com as três grandes potências:

Quadro XVIII<sup>149</sup>

Exportações (câmbio em contos de réis)

Ano	França	Império Alemão	Reino Unido
1914	1,058 \$ 00	1,518 \$ 00	8,246 \$ 00
1915	3,024 \$ 00	131 \$ 00	9,377 \$ 00
1916	13,193 \$ 00	20 \$ 00	13,131 \$ 00
1917	19,642 \$ 00	0 \$ 00	10,391 \$ 00
1918	18,339 \$ 00	0 \$ 50	28,248 \$ 00

O quadro acima apresenta as exportações, expressas em contos de réis, de três grandes potências durante a Grande Guerra. É verificável que o Império Alemão sofreu um enorme declínio na medida em que no ano em que inicia o confronto apresenta como valor 1,518\$00 e no ano seguinte esse valor desce em 1,387\$00 para os 131\$00, e no ano de 1916 o valor continua em queda descendo até aos 20\$00. Apresentando a mesma potência um valor nulo em 1917, mas subindo para os 0\$50 no último ano do conflito. Resumidamente, o Império Alemão foi das potências que mais sofreu pois desde o início da Grande Guerra que encetou um declínio financeiro a nível das exportações.

Por outro lado o grande vencedor das exportações durante o mesmo conflito foi o França, que inicia a Grande Guerra com 1,058\$00, subindo em 1966\$00 em 1917. Contudo a maior subida assistiu-se no ano de 1916, quando o lucro com os produtos exportados sobe 10,169\$00, passando de 3,024\$00 para 13,193\$00. No ano seguinte ainda sofre um aumento de 6,449\$00 passando para os 19,642\$00, porém no ano de 1918 tem uma quebra de 1,303\$00, mas mesmo assim continua a ser uma das potências com maior valor recebido das exportações de produtos. Portanto é de fácil constatação ~

---

<sup>149</sup> VENTURA, António. *A Sociedade portuguesa: efeitos da guerra*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp.447

que o Império Francês assistiu a um crescimento contínuo, com uma subida exponencial, seguida de uma estabilização variável em crescimento, terminando com uma pequena descida do lucro, mas nada significativo.

Por último o Reino Unido apresenta o valor de 8,246\$00 em 1914, que sobe para os 9,377\$00 no ano seguinte, e que continua a subida no ano de 1916, no valor de 3,754\$00. Já em 1917 o valor apresenta uma descida de 2,740\$00 face ao ano transato, contudo no ano de finalização da Grande Guerra o valor apresentado por esta potência fixa-se nos 28,248\$00, representando uma subida de 17,857\$00 em relação ao ano de 1917. Concluindo, o Reino Unido apresentou sempre um pequeno crescimento favorável, que sofreu uma maior alteração em 1916, seguido de um decréscimo, que mais tardiamente despoletou um enorme crescimento, duplicando valor de 1917. Após a visualização destes valores, pode-se afirmar que o Reino Unido foi a potência com maior crescimento no respeitante às exportações.

De seguida irei apresentar um quadro idêntico, onde configuram as mesmas potências mas desta feita expressa os ganhos em contos de réis das importações em vez das exportações. Sendo o período em análise referente ao período compreendido entre 1914 e 1918.

#### Quadro XIX<sup>150</sup>

##### Importações (câmbio em contos de réis)

Ano	França	Império Alemão	Reino Unido
1914	7,594 \$ 00	1,540 \$ 00	21,361 \$ 00
1915	5,536 \$ 00	10,333 \$ 00	30,039 \$ 00
1916	4,744 \$ 00	590 \$ 00	58,334 \$ 00
1917	6,446 \$ 00	84 \$ 00	49,542 \$ 00
1918	8,834 \$ 00	509 \$ 00	55,473 \$ 00

Como referido anteriormente, a análise deste quadro corresponde às importações. Começando pelo Império Francês, a análise não é de difícil elaboração na

<sup>150</sup> VENTURA, António. *Op. Cit.* Pp. 447



medida em que esta potência não apresenta grandes diferenças ao longo do tempo, quer estas sejam a nível positivo, quer sejam a nível negativo. Inicia-se com 7,594\$00 e de seguida apresenta dois anos seguidos de ligeiras descidas, sendo que só em análise bienal se encontra um valor um pouco significativo, 2,850\$00. Sendo que no ano de 1917 a diferença fixa-se nos 1,702\$00 positivos. Já no último ano o valor é de 8,834\$00, o que representa um aumento de 1,240\$00 em relação ao mesmo encontrado em 1914. Portanto, entre poucas descidas e poucas subidas é seguro afirmar que os valores se mantiveram nivelados ao longo do tempo da Grande Guerra.

Por sua vez o Império Alemão apresenta mais um declínio das contas, acompanhando os valores apresentados anteriormente no quadro das exportações. A pequena diferença é que apresenta-se com um pequeno valor, que logo no início sofre um aumento galopante, na ordem dos 8,793\$00. Contudo após este aumento súbito, rapidamente as importações fizeram o mesmo caminho que as exportações, sendo que logo no ano seguinte teve uma despesa bem menor, cerca de 9,743\$00, nomeadamente no respeitante ao ano de 1917, que em exportações apresenta 0\$00 e em importações apresenta 84\$00. Por fim no último ano da Grande Guerra, apresenta um novo aumento das importações, aumentando em 425\$00.

Por fim o Reino Unido, apresenta valores em constante crescimento, tendo um ligeira descida a meio do conflito, mas retomando o sentido de crescimento assistido anteriormente. Isto é, este Império iniciou-se com o valor de 21,361\$00 relativo às importações, crescendo este valor em 8,678\$00 no primeiro ano, e em 36,973\$00 em 1916. Este ano de 1916, foi o ano em que se atingiu o maior valor gasto em importações durante a Grande Guerra, 58,334\$00. Já em 1917 observou-se uma diminuição das importações face ao ano anterior em 8,792\$00, o que se revelou um grande esforço para o Império pois é sabido que o Reino Unido é um país que vive da importação alimentar e neste caso assistiu-se à regressão deste fenómeno. Contudo e após melhorias financeiras por parte do Império de Sua Majestade George V, é possível observar-se que o valor das importações incrementou em quase 6,000\$00, mais precisamente 5,931\$00, o que significa uma melhoria na economia do país, mas ao mesmo tempo pode-se constatar que apesar de existir uma subida esta é feita de modo gradual e não atinge o valor de 1916, por 2,861\$00, o que demonstra um certo receio no investimento do dinheiro, até porque a guerra havia terminado nesse ano e ainda faltava discutir as

questões económicas das indemnizações de guerra e das partilhas dos terrenos, o que implicava saber ganhos e perdas, directas e indirectas, de fundos monetários.

Concluindo, os impérios em análise iniciaram o período de guerra com bons fundos financeiros que lhes permitiram fazer investimentos a nível da importação, que com o desenrolar do conflito se mostrou pouco flutuante em relação ao Império Francês e ao Império Britânico, pois apesar dos altos e baixos conseguiram manter um certo nível de estabilidade a nível da economia de importação, mas o mesmo não se sucedeu com o Império Alemão, que começou com um bom nível, apesar de inferior aos seus pares, mas que sofreu um aumento exponencial de 1914 para 1915 e a partir dessa data sofreu baixas de tal ordem que os valores nos últimos anos em análise ficam-se pelos  $\frac{1}{3}$ , nos anos de 1916 e 1918, e  $\frac{1}{18}$  no ano de 1917. Sendo este o império que mais perdeu com a entrada no conflito.

#### Quadro XX<sup>151</sup>

Comparação percentual entre o custo de vida e os salários praticados em Portugal

Ano	Custo de vida	Salários
1914	100	100
1915	111,5	140
1916	137,1	180
1917	162,3	225
1918	292,7	270

O quadro acima apresenta a comparação em percentagens do custo de vida e os salários praticados em Portugal, entre o período da Grande Guerra. Pode constatar-se que o ano de 1914, ou seja o ano zero, apresenta 100%, isto porque é o ano estabelecido de análise e de onde se parte para os valores dos anos seguintes. A análise vai-se dividir entre o custo de vida e a sua evolução, bem como pelos salários e a sua evolução, e por último, vai-se proceder à comparação dos valores em ambas as colunas.

O custo de vida em Portugal evoluiu de forma progressiva até que no ano de 1917 para 1918 sobe de forma exponencial. Como se pode notar no ano de 1915 o custo

<sup>151</sup> FRAGA, Luís Manuel Alves de. *Portugal na Grande Guerra, Razões económicas de beligerância*. Separata da Revista Militar, Lisboa, 1985.

de vida subiu pouco mais de 10% o que não significa grandes mudanças a nível do peso do orçamento familiar, já no ano seguinte existiu uma subida de 26%, o que vendo os dois anos não demonstra grande preocupação, mas já fazendo a comparação entre este ano e o ano de 1914 já se pode afirmar que o crescimento já amostra alguma discrepância, não ao ponto de se mostrar sufocante para o orçamento familiar mas já demonstrando algum peso. Por sua vez no ano de 1917 já se apresenta o valor de 162,3%, o que já apresenta um valor de 62% superior face ao inicial, o que representa já uma subida bastante significativa, contudo é no último ano em análise que se dá o grande *boom* no aumento do custo de vida dos portugueses, que se viram a braços com um aumento de 130,4% na transacção de 1917 para 1918, o que representa um aumento expressivo, mas maior impacto existe quando se equipara este valor ao valor inicial, porque apresenta uma discrepância no valor de 192,7%, o que traduz um aumento de quase 200% do que existia no início do conflito. Se este valor já se mostra grande face ao ano anterior, mais impacto tem quando analisado em relação ao primeiro ano do conflito, o que demonstra que o nível de vida dos portugueses durante este período sofreu enormes aumentos com maior incidência no ano em que o conflito termina.

Já no respeitante aos salários praticados, o ano zero, ou seja o de 1914, estabelece o valor o inicial para se proceder à análise dos restantes. Por exemplo, o ano de 1915 já apresenta o valor de 40% o que representa uma subida significativa no ordenado, porque em tempos de conflito não era esperado um aumento no ordenado visto existir um aumento exponencial com os custos de guerra. O mesmo valor de aumento é observável no ano seguinte, porém no ano de 1917 o valor dispara para os 225%, o que significa um aumento de 115% face ao observado inicialmente, o que não é o esperado durante um tempo de conflito, muito menos quando é efectuado em duas frentes e em dois continentes. Já o último valor situa-se nos 270%, o que representa um aumento na ordem dos 170%, o que é muito bom face aos tempos corridos, e que continua a ser inesperado na mesma medida que os aumentos que haviam ocorrido durante estes anos de conflito.

Por fim, em termos comparativos entre os ganhos e os gastos que os portugueses enfrentaram durante a Grande Guerra, o primeiro ano tem custos e salários iguais em termos percentuais, já em 1915 o salário em Portugal é 28,5% superior ao custo de vida o que permitia aos portugueses viverem confortavelmente, sem grandes luxos mas sem

estarem restringidos financeiramente. Por sua vez, o ano de 1916 também foi um bom ano em relação ao fosso entre os dois valores pois continuou a pender satisfatoriamente para a superioridade de 43% do total do salário *versus* o custo de vida. E seguindo o mesmo caminho dos predecessores, o ano de 1917 demonstrou que os salários continuavam superiores face aos custos numa percentagem de diferença de 63%, que foi o valor mais alto observado neste quadro. Contudo, o derradeiro ano da guerra não se mostrou igual aos antecessores e como tal foi observável uma reviravolta na vida dos portugueses que se viram a mãos com aumento do custo de vida face aos salários praticados na ordem dos 23%, o que mostrou ser um enorme encargo para a população, e que tornou a economia do país numa economia fraca na medida em que o PIB acompanhou esta reviravolta, e a população que vivia confortavelmente empobreceu de um ano para o outro, e continuou assim por mais alguns anos, na medida em que Portugal só viria a melhorar depois do meio da década de 20.

#### Quadro XXI<sup>152</sup>

##### Comparação percentual do custo de vida entre Portugal e seus aliados

Ano	França	Portugal	Reino Unido
1914	116	110,2	116,8
1915	135	122,9	148,6
1916	159	151,1	181,3

Já neste quadro procede-se à comparação do custo de vida entre Portugal e os Impérios francês e inglês, durante os anos de 1914 a 1916. Relativamente ao ano de 1914 é observável que Portugal é quem tem o custo de vida menor e o Império inglês o maior por 0,8% face ao Império francês, contudo não seria de esperar outra situação na medida em que o Império inglês era um país importador e o francês, apesar de exportador, apresentava um custo de vida mais elevado devido igualmente aos custos para com as suas colónias. Já o ano de 1915, mantêm-se as posições, contudo a diferença entre os impérios francês e inglês já seja superior do que o anterior, apresentando um valor de 13,6%, em relação às diferenças face a Portugal, o Império

<sup>152</sup> VENTURA, António. *Op. Cit.* P. 447

francês apresenta valores superiores de 12,1% e de 25,7% no respeitante ao Império inglês. Por fim, o ano de 1916, os valores em relação aos franceses desce para 7,9% e aos ingleses sobe para 30,2%. Em última análise, em relação aos franceses Portugal nunca demonstrou uma grande diferença com os custos de vida, porém face aos ingleses esse fosso foi continuamente crescendo iniciando-se nos 6,6% e acabando nos 30,2%, contudo a análise é feita de forma “leviana” na medida em que não se pode comparar os salários praticados entre ambos face às despesas do quotidiano.

Quadro XXII<sup>153</sup>

Índice de Preços, estimativas do Rendimento Nacional e Rendimento por habitante a preços de 1914

Ano	Índice de Preços (em %)	Rendimento Nacional (estimativa)	Rendimento Nacional a preços de 1914	Rendimento real por habitante (em Escudos)
1911	92	464	504	85
1912	96	476	496	83
1913	96	478	498	83
1914	100	474	474	79

Neste quadro estão expressos os valores dos índices dos preços e do rendimento nacional, bem como os do rendimento nacional face aos preços praticados em 1914 e do rendimento real por habitante. Portanto o ano de 1911 é o ano em que quer o índice de preços e a estimativa do rendimento nacional são os mais baixos, mas por outro lado os dois últimos rendimentos apresentam os valores mais altos dos anos em análise. Já os anos 1912 e 1913 são idênticos, diferenciando-se apenas no rendimento nacional e no rendimento nacional face a preços 1914, em que o segundo tem um aumento de 2 escudos em relação ao primeiro, sendo os restantes valores iguais. Por fim, 1914, apresenta o índice de preços mais elevado, contudo o estudo é efectuado de forma

<sup>153</sup> MATA, Maria Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da regeneração à Primeira Guerra Mundial*. S.N., Lisboa, 1985. P. 45

contrária portanto toma-se o ano de 1914 como o ano zero do estudo, quanto aos restantes números são inferiores aos outros anos.

Em termos de diferenças numéricas entre o ano de 1911 e o de 1914 os resultados são os seguintes, menos 8% no índice de preços sucedidos por menos 10 escudos na estimativa de rendimento nacional, apresentando mais 30 de rendimento face aos preços praticados em 1914 e, por fim, mais 6 escudos de rendimento real por cada habitante. Isto é, demonstra-se o crescimento dos preços praticados e da estimativa do rendimento nacional, porém apresenta um decréscimo no respeitante ao valor real do rendimento por habitante e face aos preços praticado em 1914.

Quadro XXIII<sup>154</sup>

Desenvolvimento do quantitativo das despesas efectivas

Ano	Total das despesas	Juros título de posse da fazenda	Despesas corrigidas	Taxa de variação
1910 – 1911	70,234	4740	65,494	-9.3
1911 – 1912	71,505	4675	66,830	2.0
1912 – 1913	83,916	5086	78,830	18.0
1913 – 1914	70,347	5279	65,068	-17.5

É verificável no quadro acima o desenvolvimento do quantitativo das despesas efectivas desde a Implantação da República até ao ano em que se inicia a Grande Guerra. Em termos comparativos o que se torna mais vistoso são os valores idênticos nos anos 1910-1911 e 1913-1914, e a explicação para esta situação se suceder é o simples facto de que Portugal estava a mudar de regime, o que acarretava muitas despesas, em primeiro lugar e em segundo lugar estavam presentes os custos da guerra, neste caso em forma de contracção de empréstimo bancário. Já os anos intermédios, 1911-1912 e 1912-1913, apresentam valores discrepantes entre si, começando logo pelo

<sup>154</sup> MATA, Maria Eugénia, Op. Cit. P.115

Os números apresentados referem-se a contos de réis, com excepção da taxa de variação que se encontra em percentagem.

aumento em 12,411\$00 do total das despesas, bem como o aumento de 411\$00 dos juros, porém também a taxa de variação sobe em 18% o que significa a subida das despesas, pois o mercado pode fazer esse esforço extra.

Quadro XXIV<sup>155</sup>

Cálculo do quociente das despesas efectivas reais / produto nacional

Ano	Despesas efectivas	Índice de Preços	Despesas efectivas reais a preços de 1914	Produto Nacional	Quociente Despesas/ Produto
1910 – 1911	65,494	89	73,589	457	14
1911 – 1912	66,830	94	71,096	470	14
1912 – 1913	78,830	96	82,115	477	17
1913 – 1914	65,068	98	66,396	476	14

O quadro acima demonstra as despesas efectivas de outros anos comparativamente aos preços de 1914, bem como as oscilações numerárias referente às restantes colunas. Todos os valores apresentados em 1914 são o ponto de partida para se fazer o estabelecimento e a análise dos números dos anos anteriores. Em termos de despesas efectivas é observável que entre os anos em análise ela é variável, contudo sem sofrer grandes oscilações com excepção do ano de 1912 – 1913 para o ano de 1913 – 1914, onde se pode observar uma descida de 13,762\$00, este valor é explicável na medida em que no ano de 1913 obteve-se um *superavit*, o que significa que existiu mais fundo de maneo para efectuar maiores despesas, e por tal todos os números acima representados referentes ao ano de 1912 – 1913 são os mais elevados. Por sua vez, em

<sup>155</sup> MATA, Maria Eugénia, *Op. Cit.*, Idem. P. 116

contradição ao ano referido anteriormente, o ano de 1913 – 1914 é o ano em que as despesas são inferiores no geral da tabela, com excepção ao Produto Nacional que é dos menores devido ao facto da produção ter caído com o pré-guerra.

Quadro XXV<sup>156</sup>

Aumento do preço da carne (1914 – 1918)

	Unidades	Preços em Réis	
		1914, Julho	1918, Janeiro
Carne de Carneiro	Kg	280	900
Carne de Porco	Kg	440	1,200
Carne de Vaca (para cozer)	Kg	320	800
Carne de Vitela	Kg	360	1,200

O quadro acima apresenta o preço das carnes em Portugal (Metrópole), cujo espaço temporal está balizado entre o pré-grande guerra e o começo do ano em que se finalizou a mesma. Como é notório os preços sofreram um aumento, decorrente das transformações financeiras e económicas adjacentes à participação no conflito. Apesar de todos os produtos terem sofrido um aumento este foi quase homogéneo situando-se em média no valor três vezes superior. Contudo e analisando os quadros XIII e XIV, na página 69, pode-se fazer a ligação e obter a percepção do porquê destes valores pois foram acompanhados por subidas de salários em Portugal, e no quadro XX, na página 79, pode-se observar o custo de vida *versus* os salários praticados e percebe-se que os preços aumentam mas não de forma preocupante face ao dinheiro dos portugueses.

De qualquer das formas outra variável para a subida dos preços da carne prende-se com o facto de que a metrópole era responsável por enviar comida, inclusivamente carne, para os expedicionários, e devido ao envolvimento da guerra a produção de animais para consumo ou para produção de géneros alimentares, os preços foram incrementando de forma a fazer face aos custos dos produtores e dos vendedores, sem

<sup>156</sup> PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*. Lisboa, Caleidoscópio, 2011. P. 199.



nunca se estabelecer preços de forma a que fosse incomportável a compra dos produtos em questão.

Quadro XXVI<sup>157</sup>

Resultados da 1ª recolha de preços de bens alimentares, a Julho de 1914

Género	Quantidade	Lisboa
Açúcar	Quilo	25,7
Arroz	Quilo	13,2
Azeite	Litro	31,2
Bacalhau	Quilo	25,5
Batatas	Quilo	02,8
Café	Quilo	62,2
Carne de Carneiro	Quilo	23,70
Carne de Porco Fresca	Quilo	33,6
Carne de Vaca	Quilo	27,3
Chouriço	Quilo	53,4
Feijão Branco	Litro	09,7
Feijão de Cor	Litro	10,5
Feijão-frade	Litro	08,8
Gão de Bico	Litro	10,7
Pão de Milho	Quilo	05,4
Pão de Trigo	Quilo	09,0
Presunto	Quilo	52,8
Toucinho	Quilo	32,8

O quadro acima apresenta os preços de vários géneros alimentares no ano em que se iniciou a Grande Guerra, para a metrópole. Sendo que os valores apresentados são considerados elevados para os ordenados pois quando a obtenção do bem alimentar se procede em quilos os preços são elevados, a explicação deve-se a restrições impostas a certos alimentos, que mais tarde passaram a ser tabelados e, por fim, atingiram os

<sup>157</sup> MATA, Maria Eugénia, VALÉRIO, Nuno. *Op. Cit.* P. 56

valores observáveis no quadro. Contudo a explicação mais directa e simples para a subida de preços, além das restrições à venda dos produtos e tabelamento dos mesmos, existiam as questões de importação e exportação de alimentos, bem como escassez dos mesmos devido à produção não correspondente à necessidade.

### **E em Moçambique?**

Em Moçambique era diferente na medida em que para além de trabalharem de acordo com o que lhes era obtido como lucro, também dispunham de um orçamento por parte da Metrópole, por parte dos diferentes ministérios. Contudo esta pagava-se com inúmeras regras administrativas e económicas, como se pode observar através dos Boletins Oficiais de Moçambique durante todo o tempo do conflito, Moçambique era quase subjugado aos interesses de Lisboa e através de decretos de lei e de memorandos enviados por os mais variados ministérios e secretarias-gerais, com maior incidência nos departamentos correspondentes à marinha, às colónias, à guerra e às finanças.

#### **Quadro XXVII<sup>158</sup>**

**Tabela de preços de carne fixados para Chinde**

Género	Quantidade	Preço
Carne de Vaca, 1ª qualidade	Kg	0\$50
Carne de Vaca, 2ª qualidade	Kg	0\$40
Carne de Vaca, 3ª qualidade	Kg	0\$32
Carne de Carneiro e Cabrito	Kg	0\$48
Carne de Porco	Kg	0\$48

Neste quadro pode-se observar o preço da carne, tabelado para Chinde, que por sua vez se se comparar com o preço dos quadros XXV e XXVI, páginas 84 e 85 respectivamente, pode-se verificar que os preços não são de todo equiparáveis na medida em que era expectável visto pertencerem ao mesmo império. Porém os salários e o custo de vida em Lisboa/metrópole era bastante dissemelhante dos encontrados em

<sup>158</sup> Boletim Oficial de Moçambique, 1916, IIIª Série, Número 27, P.564.

Moçambique, até porque as prioridades de produção e de exportação/importação eram variáveis e as trocas comerciais eram diferentes devido às posições geográficas.

Quadro XXVIII<sup>159</sup>

Tabela de preços fixados para Quelimane

Género	Quantidade	Preço
Arroz, 1ª qualidade	Kg	0\$20
Bacalhau	Kg	0\$70
Azeite, 1ª qualidade	900gr	0\$70
Azeite, 2ª qualidade	900gr	0\$65
Açúcar em pedra, 1ª qualidade	Kg	0\$50
Banha	900gr	0\$67
Batata	Kg	0\$20
Cebola	Kg	0\$20
Chouriço	Kg	1\$00
Ervilha (lata, nº1)	-	0\$20
Ervilha (lata, nº2)	-	0\$18
Feijão Branco, Encarnado, Frade e Manteiga	Litro	0\$25
Leite, marco Urso	Lata	0\$30
Leite Condensado	Lata	0\$30
Macarrão e massas finas	Kg	0\$43
Sabão, 1ª qualidade	Kg	0\$30
Sardinha (Madalena)	Lata	0\$14
Sardinha, em salmoura	Lata	0\$50
Toucinho	Kg	0\$66
Sal	Frasco	0\$30
Petróleo “White Rose”	Caixa/Lata	5\$80/3\$00

<sup>159</sup> Boletim Oficial de Moçambique, 1916, IIIª Série, Número 18, P. 392

Quadro XXIX<sup>160</sup>

Tabela de preços fixados para Chinde

Género	Quantidade	Preço
Arroz da Índia fino, 1ª qualidade	Kg	0\$24
Bacalhau	Kg	0\$78
Azeite, 1ª qualidade	900gr	0\$65
Azeite, 2ª qualidade	900gr	0\$55
Açúcar areado branco, 1ª qualidade	Kg	0\$24
Banha	900 gr	0\$65
Batata	Kg	0\$20
Cebola	Kg	0\$20
Chouriço	Kg	1\$20
Ervilha (lata, nº1)	-	0\$24
Ervilha (lata, nº2)	-	0\$19
Feijão Branco, Encarnado, Frade e Manteiga	Litro	0\$18
Leite, marco Urso	Lata	0\$26
Leite Condensado	Lata	0\$26
Macarrão e massas finas	Kg	0\$43
Sabão, 1ª qualidade	Kg	0\$36
Sardinha (Bijou)	Lata	0\$12
Sardinha, em salmoura	Lata	0\$48
Toucinho	Kg	0\$65
Sal	Frasco	0\$25
Petróleo “White Rose”	Caixa/Lata	5\$80/3\$00

Nos quadros XXVIII e XXIX pode observar-se duas tabelas de preços para diferentes concelhos da Província de Moçambique, a de Quelimane e a de Moçambique, ambas decretadas pelo governo português. Já neste caso, e em contrariedade com o caso anterior das carnes, o preço dos produtos poucas alterações sofrem.

<sup>160</sup> Boletim Oficial de Moçambique, 1916, IIIª Série, Número 27, P.564.

Quadro XXIX<sup>161</sup>

Distribuição do orçamento do Ministério das Colónias

Colónia	Valor
Timor	3.755\$01
Cabo Verde	6.052\$02
Guiné	6.138\$67
Macau	8.518\$89
Índia	12.650\$71
São-Tomé e Príncipe	14.659\$45
Angola	32.045\$59
Moçambique	63.892\$45

O quadro acima apresenta os valores correspondentes a cada colónia por parte do orçamento disponível ao Ministério das Colónias, de quase 150.000\$00. Esta distribuição foi conhecida no Boletim Oficial de Moçambique, através da publicação do Decreto nº 672, Artigo 2º, pela mão da 9ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública. Quanto ao conteúdo do quadro é evidente a posição de Moçambique face às restantes colónias, na medida em que é a colónia mais importante a todos os níveis, mas mais exactamente a nível de disputa devido à sua localização geográfica. Por isto o valor de Moçambique é o maior, seguido por Angola que goza com quase metade do orçamento da primeira colónia. Como é observável, a distribuição de orçamento foi realizada de acordo com a importância e necessidade de cada uma das regiões, por tal não é de estranhar o facto de a Índia ser a colónia com menos apoio, na medida em que esta era independente dentro de pouco tempo (1947/1961) e, também, porque era uma posse pequena, pois grande parte era inglesa. Por sua vez as colónias de Cabo Verde e da Guiné recebiam pouco mais do que 6.000\$00, mas também não estavam envolvidas directamente no conflito e eram países que viviam da exportação, a primeira de peixe e a segunda de caju. Já Macau e Índia gozavam de uma posição geográfica privilegiada pois estavam fora da zona de envolvimento no conflito, o que

<sup>161</sup> Boletim Oficial de Moçambique, 1914, Nº 34, P. 572.

possibilitava outro estilo de vida e, conseqüentemente, pouco envolvimento a nível do Estado português, até porque em ambas existia uma forte componente estrangeira, na primeira a chinesa e na segunda a inglesa, e ambas se fizeram presenciar das mais variadas formas e neste caso a primeira obtinha os seus lucros devido aos serviços prestados no sector terciário, já a segunda vivia de trocas comerciais devida às rotas que passavam pelo local. Já São Tomé e Príncipe obtinha algum valor, 14.659\$45, para ter autonomia do domínio francês que se fazia sentir nos países vizinhos, não necessitava de grandes auxílios por parte do governo português na medida em que era um dos principais exportadores de cacau, especiaria/ fruto muito apreciado por todo o mundo, o que possibilitava um grande encaixe financeiro. Por fim, as duas grandes colónias envolvidas na Grande Guerra, Angola e Moçambique, foram estas as que mais receberam por todos os motivos adjacentes ao envolvimento directo, contínuo e exaustivo no conflito mundial, o dinheiro dependido para ambas foram avultados, sendo Moçambique a que mais lucrou com esta divisão, contudo foi a colónia que mais sofreu em todos os sentidos, na destruição económica, financeira, humana e material.

Quadro XXX<sup>162</sup>

Exportações de Moçambique – 1905 – 1926 (%)

Ano	1905	1915	1926
Borracha	28,90%	(a)	(a)
Amendoim	22,89%	19%	21,45%
Açúcar	24,50%	25%	23,18%
Copra	11,80%	17%	24,98%
Feijão	(a)	6%	(a)
Sisal	(a)	(a)	7,2%
Algodão	(a)	(a)	5,6%
Outras	11,91%	33%	17,59%

(a) Não se dispõe de valores.

<sup>162</sup> NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. [S.L.], Publicações Europa América, 2012. P.372.

Por sua vez, Moçambique continuou com as suas exportações e é observável que a exportação do açúcar manteve-se estável durante vinte e um anos, mas por sua a copra viu a sua exportação a ser aumentada em 13,18% pelo estipulado na tabela.

Quadro XXXI<sup>163</sup>

Ano	Importação	Exportação	Total
1913	37:424.663\$00	34:264.384\$00	- 3:160.279\$00
1914	30:810.513\$00	27:168.800\$00	- 3:641.713\$00

Como observável, em ambos os anos em análise a balança comercial terminou o ano em negativo. Este desfecho deveu-se ao facto de o país já estar envolvido em pequenos conflitos e quezílias políticas, como tal a produção desceu, logo os produtos não foram suficientes e como tal foi necessário recorrer à importação de produtos em falta.

Quadro XXXII<sup>164</sup>

Conta do Exercício de 1914 - 1915

Administração Militar – Proveniência da despesa	Verbas orçadas nas tabelas das despesas	Importância definitivamente autorizadas
Hospital de Lourenço Marques	9.708\$00	9.434\$44
Hospital de Inhambane	1.890\$00	1.890\$00
Hospital de Quelimane	1.374\$00	1.647\$56
Hospital de Tete	102\$00	102\$00
Hospital de Moçambique	1.933\$00	1.933\$00

<sup>163</sup> CASTRO, Álvaro. *África Oriental Portuguesa – Notas e Impressões de Álvaro de Castro*. Iª Série. Lisboa, Livraria Académica, 1917. P. 55.

<sup>164</sup> GOIS PINTO, Ernesto Espregueira. Inspecção Superior de Fazenda da Província de Moçambique, Conta do Exercício de 1914 – 1915. Apêndice ao Boletim Oficial N° 50 – 1916 – 12 Dezembro. P.12

No quadro acima apresentado podemos constatar o orçamento disponível para os hospitais mencionados, sendo que são visíveis as pequenas mudanças entre o que estava orçado e o que foi realmente autorizado, sendo estas mudanças em relação aos hospitais de Loureço Marques e de Quelimane, sendo que no primeiro hospital se cortou 273\$56 da verba orçada para destinar a mesma ao segundo hospital. Contudo sendo estas as únicas diferenças, pode-se afirmar que a verba orçada foi a verba autorizada não existindo os ajustes habituais à época.

Por sua vez, e respeitante à parte da saúde iremos proceder à análise do quadro apresentado abaixo, existia uma tabela estabelecida no Laboratório Central de Análises Bacteriologia em Moçambique, cujos preços eram variados de acordo com as necessidades, mas os preços estavam balizados entre 1\$00 e 30\$00, como se pode constatar

Quadro XXXIII <sup>165</sup>

Preços das análises

I	Análise de Expectoração	2\$50 – 15\$00
II	Análises de Pus, derrames e serosidades	2\$50 – 15\$00
III	Análises de Sangue	2\$50 – 15\$00
IV	Análises de Fezes	2\$50
V	Análises de Urina	1\$50 – 15\$00
VI	Análises de Suco Gástrico	5\$00 – 7\$50
VII	Análises bacteriológicas da água	15\$00 – 30\$00
VIII	Análises bacteriológicas dos alimentos	15\$00
IX	Análises Especiais	2\$50 – 15\$00
X	Exames Histológicos	15\$00
XI	Preparação de vacinas anto-génicas	5\$00 – 12\$00
XII	Leite Fermentado	1\$00/litro
XII	Radiografias	5\$00 – 15\$00

<sup>165</sup> Boletim Oficial de Moçambique. I Série – 1917. 11 de Agosto de 1917 – I Série – Nº 32. P. 226.



Englobado neste capítulo e nesta temática está a aquisição de material novo, nomeadamente de navios<sup>166</sup> para fazer o transporte de soldados entre os continentes detentores de territórios portugueses, bem como movimentações entre locais do mesmo continente.

Contudo não foi por se ter entrado na Grande Guerra que se procedeu ao reforço da frota naval portuguesa, o início deu-se a 1911 quando o Governo Provisório nomeou uma comissão para elaborar um plano naval de reforço. Um dos factores foi o facto de a marinha espanhola estar a reforçar a sua frota e da marinha britânica abandonar águas mediterrânicas. Esta comissão apresenta uma proposta de grandes dimensões, seriam compostos dois corpos de batalha a cada um teria um núcleo de três couraçados (dreadnoughts<sup>167</sup>), três cruzadores (exploradores), doze contra-torpedeiros (destroyers), e seis submarinos. Contudo existia um entrave à realização deste plano, o dinheiro, ora bem o projecto foi orçamentado em 45 000\$00, que seriam cambiados por libras esterlinas<sup>168</sup>, encarecendo ainda mais o orçamento e obrigando Portugal a contrair novo empréstimo. Como tal, não foi de estranhar o facto de este plano nunca ter saído do papel<sup>169</sup> e daí ser ter tornado possível unicamente a construção do cruzador *Adamastor* e da canhoneira *Chaimite*, por parte da Grande Comissão da Subscrição Nacional Pró-Marinha de Guerra<sup>170</sup>.

Como tal irei proceder à apresentação dos navios envolvidos em transportes para e na colónia de Moçambique:<sup>171</sup>

Cruzador *Almirante Reis* – Fabricado em aço tinha as obras vivas guarnecidas de madeira e de chapa de cobre para atenuar as hipóteses de

---

<sup>166</sup> Dos vários navios que prestaram serviço em Moçambique, só foi possível saber o preço exacto do custo na sua elaboração do Cruzador *Adamastor* e o preço do aluguer do Paquete *Durham Castle*.

<sup>167</sup> Dreadnought é uma classe de navios de guerra, que predominaram as armadas durante o início do Século XX. O nome vem do “HMS Dreadnought”, o primeiro couraçado, da Armada Britânica.

<sup>168</sup> A necessidade de se proceder à troca cambial de escudo para libra esterlina deve-se sobretudo ao facto de que a maioria dos navios foram encomendados a estaleiros ingleses, quer estivessem em solo estrangeiro, quer estivessem em solo portugueses.

<sup>169</sup> TELO, António José. *Armada Portuguesa – planos e realidades*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 33 – 34

<sup>170</sup> A “Grande Comissão da Subscrição Nacional Pró-Marinha de Guerra” foi pensada e composta por um grupo de aspirantes da Escola Naval, com fundos angariados junto do Ministério de Marinha.

<sup>171</sup> SANTOS, José Ferreira dos. *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*. S.L., Academia da Marinha, 2008. Pp. 22, 32, 60, 80, 84, 100, 126, 142, 158, 198, 222, 228 e 256.

corrosão. Navegava no mínimo a 12 nós e no máximo a 24, e tinha uma autonomia de 10 000 milhas. Chamado anteriormente “D. Carlos”, havia sido encomendado ao estaleiro Elswick Works W. G. Armstrong Mitchell & Co em Newcastle-on-Tyne em 1896, sendo entregue em 1899.

Cruzador *Adamastor* – Fabricado em chapa de aço Siemens-Martin. Navegava no mínimo a 12 nós e no máximo a 18, e tinha uma autonomia de 22 dias. Este foi encomendado aos estaleiros italiano Fratelli Orlando de Livorno. É de conhecimento público o valor gasto com este cruzador da Armada Portuguesa, devido ao facto de ter sido pago com dinheiro da Grande Comissão da Subscrição Nacional, que aplicou 381.629,000\$00 nesta compra. A dotação de carvão era de 393 toneladas.

Canhoneira *Chaimite* – Fabricado em aço. Navegava no máximo a 11 nós e tinha uma autonomia de 3 200 milhas. A canhoneira foi encomendada ao Estaleiro H. Parry & Son, situado em Cacilhas. E foi igualmente patrocinada pela Grande Comissão da Subscrição Nacional, tendo sido entregue à mesma em 1898.

Transporte *Chinde* – Fabricado em aço. Navegava no máximo a 10 nós. O transportador foi encomendado ao Estaleiro Russel & C<sup>a</sup> em Glasgow, Escócia. Foi entregue em 1914.<sup>172</sup>

Contratorpedeiro Douro – Fabricado em aço, em 1911. O contratorpedeiro Douro, foi o primeiro dos quatro a ser construído no Arsenal da Marinha de Lisboa, pelas mãos de Yarrow & C<sup>o</sup> Lda. Este contratorpedeiro pertence à classe com o mesmo nome, e da qual fazem parte os contratorpedeiros Guadiana, Vouga e Tâmega.

---

<sup>172</sup> Vide Anexos, anexo nº 4.

Canhoneira Ibo – Fabricado em aço, em 1910. Era integrante da classe Beira. Navegava no máximo a 13 nós, e tinha autonomia de 1500 milhas a 8 nós.

Transporte *Luabo* – Fabricado nas mesmas condições que o seu irmão *Chinde*, inclusivamente pelo mesmo estaleiro. Navegava no máximo a 10 nós. E foi entregue à Armada Portuguesa em 1915. (Carece de questão monetária).

Navio-Hospital *Quelimane* – Ao contrário dos anteriores, este Navio não foi comprado, mas sim arrestado, aquando o pedido inglês pouco antes da entrada de Portugal para a Primeira Guerra Mundial<sup>173</sup>. Feito em aço. Navegava no máximo a 13,5 nós.

Cruzador *São Gabriel* – Foi o primeiro a ser construído, em 1900, em aço, no estaleiro francês Société Anonyme de Forges et Chantiers de la Méditerranée. Atingia como velocidade máxima os 15 nós.

Contratorpedeiro *Tejo* – Construído no Arsenal da Marinha de Lisboa e era aço. Navegava no máximo a 27 nós. (Carece de questão monetária).

Canhoneira Zambeze – Feita em madeira 1886. Tinha como velocidade máxima os 10 nós. Tal como muitos dos constituintes da Armada Portuguesa foi feita Arsenal da Marinha de Lisboa.

Para além da apresentação dos navios envolvidos na Grande Guerra em Moçambique, infra apresenta-se um quadro com as despesas dos mesmos. Primeiramente apresento os subsídios de embarque, que são diferenciados de acordo com a capacidade de lotação de cada um dos navios, pois não é justificável atribuir um subsídio igual para navios com necessidades diferentes, até porque muitos destes navios não serviram só para o transporte dos soldados (de e para Moçambique, bem como viagens nacionais e continentais), como usados em teatro de guerra para intervenção e auxílio. Porém, existiram previsões de gastos, como os materiais e combustível, e tal como referido anteriormente eram diferentes consoantes as necessidades.

---

<sup>173</sup> Vide Parte I, Capítulo 1, Pp. 18 – 19

Quadro XXXIV

Despesas dos Navios envolvidos na Grande Guerra em Moçambique<sup>174</sup>

Navios	Subsídios de Embarque	Despesas	
		Material	Combustível
Cruzador Almirante Reis	7.721\$30	15.000\$00	30.000\$00
Cruzador Adamastor	6.102\$60	10.000\$00	26.000\$00
Cruzador São Gabriel	6.395\$00	6.000\$00	10.000\$00
Canhoneira-Torpedeira Tejo	3.179\$85	2.000\$00	7.000\$00
Contra-Torpedeiro Douro	1.697\$65	3.000\$00	15.000\$00
Contra-Torpedeiro Guadiana	949\$00	2.000\$00	5.000\$00
Canhoneira Zambeze	2.786\$95	3.000\$00	1.500\$00
Canhoneira Zaire	4.179\$25	3.000\$00	1.500\$00
Canhoneira Ibo	2.062\$25	2.000\$00	2.500\$00

Além das despesas apresentadas, existiam outras relativas às embarcações utilizadas, pois apesar de algumas serem compradas no exterior e outras serem produzidas em Portugal, existiam despesas variadas nomeadamente como o fretamento de embarcações, como o caso do *Durham Castle*.<sup>175</sup> Este navio foi fretado ao Império Britânico para proceder ao transporte da primeira expedição desde Lisboa até Lourenço Marques, cujas passagens estavam balizadas entre as £16 e as £37 dependendo da classe, sendo que ao todo foram pagas £32,147 para a viagem intercontinental.

<sup>174</sup> *Proposta Orçamental para o ano económico de 1913 – 1914, Desenvolvimento da despesa do Ministério da Marinha*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1913

<sup>175</sup> *Vide Anexos, Anexo nº 5.*

#### 4.

### APROVISIONAMENTO

Uma guerra só se faz se houver investimento, e este só pode ser feito se existir capital. E como não só de comida sobrevivia o soldado, a roupa era igualmente um bem essencial e como tal existia a preocupação de se fornecer o fardamento necessário a cada homem. Este fardamento era essencialmente constituído por:<sup>176</sup>

- “Chapéu capacete e grevas ou polainas conforme forem apeados ou montados;
- Os praças farão uso do uniforme de cotim cinzento;
- Cada praça levará além do capacete, um segundo barrete;
- Um capote;
- Dois dolmens de serviço;
- Dois pares de calças de cotim;
- Dois pares de botas;
- Um par de alpergatas;
- Três camisas;
- Dois pares de ceroulas;
- Duas toalhas, três lenços e pequeno equipamento.”

Os homens mobilizados em combate levaram o equipamento disponibilizado pelas suas unidades, mas estas requisitaram o restante ao depósito central de fardamentos com algum tempo de antecedência para os obterem a tempo da expedição.<sup>177</sup>

Contudo em 1916 a distribuição de fardamento era diferente, na medida em que para além do individual eram cedidos artigos de reserva que se rapidamente se mostravam escassos, ora vejamos o caso da companhia mista da terceira expedição, composta por 293 homens, sendo dos quais 268 praças, e que recebeu cento e quatro artigos de reserva, sendo que em maior número (treze artigos) distribuíram-se barretes, camisas, ceroulas, lenços e toalhas, e em menor (três artigos) distribuíram-se capotes e

---

<sup>176</sup> Decreto de Lei de 6 de Março de 1906 e despacho nº 1149 da Secretaria de guerra de 24 de Setembro de 1915, que explicita o decreto supramencionado. AHM 2/10/5/2

<sup>177</sup> ARRIFES, Marco Fortunato. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola, Moçambique (1914 – 1918)*. Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2004. Anexo 16 – Fardamento das Tropas. P. 322.

pequenos aquecimentos.<sup>178</sup> Distribuição de artigos à parte, pode constatar-se que a diferença entre os artigos de reserva e o número de homens não dá para fazer às necessidades, pois dá menos de meio artigo a cada, o que originava usurpações de material, ou açambarcamento do mesmo quando da morte de um colega.

Além deste racionamento do vestuário existia também um racionamento alimentar, na medida em que existiam tabelas demonstrativas do que havia sido estabelecido uma quantidade de géneros alimentares atribuídos mensalmente, por exemplo o da tabela de alimentação para os europeus integrados nos serviços de engenharia, em 1917. Na tabela é observável os mais diferentes géneros alimentares, bem como a sua quantidade, e é nítido que alguns alimentos estavam em falta pois eram considerados bem de primeira necessidade como as batatas, o arroz, a massa e a carne, onde em conjunto não chegavam aos 18,455 kg. Por sua vez as bolachas, o vinho e o açúcar, bens de “luxo” passavam em larga quantidade dos valores normais, pois ultrapassavam os valores dos bens de primeira necessidade.

#### Quadro XXXV

Tabela de alimentação para os europeus deslocados

Géneros	Quantidade
Café	0,900
Açúcar	1,800
Bolacha	12k
Vinho	15l
Alhos	0,025
Arroz	1,980
Atum ou Sardinha	6 latas
Azeite	0,355l
Bacalhau	1,350
Batatas	3,990
Legumes Secos	0,450

---

<sup>178</sup> Vide Anexos, anexo nº 6.

Moçambique: quanto custou o soldado português deslocado durante a Grande Guerra  
Mestrado em História Militar  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vaca	7,770
Cebola	0,660
Chouriço	2,225
Feijão Branco	3,950
Feijão Frade	2,410
Feijão Manteiga	1,330
Feijão Vermelho	2,580
Grão	5,065
Hortaliça	1,430
Massa	4,715
Pimentão	0,030
Sal	0,600
Toucinho	0,520
Vinagre	0,190
Banha	0,450

## PARTE IV

### E TU ZÉ?

#### 1.

#### A VIDA A BORDO DA ARMADA PORTUGUESA

Logo desde o início que se constatou que a vida a bordo da armada portuguesa era deplorável, com incidência na vida quotidiano dos soldados. Enquanto os soldados estavam designados a pernoitar no porão, portanto o local de dormida era tratado de maneira diferente, servindo de lugar de dormida, de lazer e, por vezes, de refeição.

Outra característica da vida a bordo da armada, era o facto de existir quase nenhuma ou mesmo nenhuma rotina de higiene a bordo, tanto que foi necessário efectuar redigir uma rotina diária de higiene.<sup>179</sup> Tanto era o desinteresse, ou relutância, à higienização corporal que a prática do banho se tornou uma obrigatoriedade diária, que inclusivamente a existência de punição corporal caso esta obrigação não fosse cumprida, na medida em que os homens no navio por falta de água potável não faziam correctamente a sua higiene pessoal, bem como a higiene dos seus bens.

Dentro desta temática encontram-se motivos para iniciar discussões e desavenças entre os soldados, na medida em que para fugirem às rotinas de higienização da roupa e outros têxteis, como cobertores, mantas ou lençóis, estes largavam os seus pertences ao mar e usurpavam, ou tentavam usurpar, os pertences higienizados aos seus companheiros. Apesar de tudo existia uma escala de homens que exercia a missão de lavagem da roupa e dos têxteis dos restantes soldados.

---

<sup>179</sup> “Ordem de serviço nº 1

A bordo do vapor Moçambique 4 de Outubro de 1915.

Sua Ex<sup>a</sup> o Comandante da expedição determina e manda publicar que:

1º Que durante a viagem se observe o seguinte horário:

Alvorada ..... 5.45h

Lavagem de rosto e banho ..... 6.00h

Fazer camas e arrumar porões cobertos ..... 7.30h

Parada da guarda e revista de saúde ..... 11.00h

Revista de louça (aos soldados) ..... 14.30h”

In *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa*. ARRIFES, Marco Fortunato. Lisboa, Edições Cosmo, 2004. P. 318.



Para além deste problema de suma importância, percebeu-se a necessidade de capacitar os homens de porte físico adequado à guerra, pois muitos deles tinham uma fraca figura, exceptuando alguns provenientes de locais rurais da metrópole. A resolução para este problema seria a fixação de actividades físicas ao longo do dia, de modo a estarem em forma aquando do desembarque. E como tal mesmo dentro do porão os homens realizavam actividades físicas, de forma a ganharem estrutura, e por outras vezes os soldados chegavam mesmo a organizar pequenos combates clandestinos, sendo que estes eram não só para realizar actividade física, como também para entreter e animar os restantes companheiros.

Outro problema a bordo era a contracção de doenças devido a várias razões, sendo as mais importantes a deficiente alimentação, a desidratação, a mudança de clima/ares e as doenças contagiosas. Por tal existia a bordo uma equipa de saúde e um posto de intervenção médica, amplamente utilizado<sup>180</sup>. Porém durante todo o conflito em Moçambique o mais importante desta frota era o Quelimane que era um Navio-Hospital, pois havia sido preparado para prestar auxílio aos feridos de guerra que se encontravam longe dos hospitais em terra e mesmo para servir de hospital naval até a chegada à metrópole.

---

<sup>180</sup> Vide Anexos, anexo nº 7.

## 2.

### O INFERNO AFRICANO

Neste capítulo abordamos o estilo de vida levado pelos soldados em ambiente africano. Bastante diferente do português, e bem assim assaz diferenciado do angolano, constituiu uma das causas mais significativas de mortalidade em Moçambique, em associação a doenças tropicais como a ébola, febre-amarela, doença das chagas, doença do sono e esquistossomose. Tal circunstância explicava a opção de manter os contingentes da primeira e segunda expedições em Porto Amélia, uma vez que grande parte dos homens adoeceram antes de desembarcar e os demais viriam a sucumbir devido ao clima e aos insectos; a esses seria reservado um local perto do ponto de desembarque. Sublinhe-se a relevância desta questão para a estrutura militar em Moçambique: tanto os efectivos doentes como os saudáveis receavam profundamente pelas suas condições de vida em face da escassez de cuidados de saúde. Durante a terceira e a quarta expedições as estruturas de apoio melhoraram exponencialmente através da inclusão de pessoal médico e de saúde da zona, de forma a combaterem as doenças tropicais, que à data já estariam a ser estudadas pelo Instituto Tropical, pois este mesmo instituto já havia formado pessoal do serviço de saúde militar, de forma a prevenir danos maiores dos que já haviam sido observados por passagens por terras africanas.

A ausência de saneamento no contexto moçambicano contribuía para o agravamento da insalubridade. Observando-se o seguinte depoimento – “ (...) A casa Morgenstern & C<sup>a</sup>, tendo conhecimento das diligências feitas para se saber se havia em Lourenço Marques uma destiladora, apresentou uma proposta comprometendo-se a fornecer um destilador completo com alimentador e caldeira por 1200 escudos.”<sup>181</sup> – Verificava-se a necessidade de fazer uma despesa extraordinária de forma a não comprometer a saúde dos homens. A falta de água potável condicionava domínios tão diversos quanto a possibilidade de hidratação dos homens, a higiene e a alimentação. Devido à inexistência de água, segundo relatos expedidos para a metrópole, muitas vezes se optava pela ingestão de urina ou mesmo do líquido de refrigeração das armas.

---

<sup>181</sup> Relatório do Coronel Pedro Francisco Massano de Amorim, comandante da expedição ao Nyassa, em 1914 – 1915. AHM 2/7/52/61. *Vide* Anexos, anexo nº8.

Por outro lado, as refeições constituíam um problema, fosse pela escassez de géneros conhecidos, fosse pela distribuição parca, fosse acondicionamento deficiente. Como estipulado cada homem a uma porção diferenciada entre alimentos, porém estes a foram perdendo a validade ou mesmo a qualidade. Verificou-se outrossim, um aumento de preços de produtos conhecidos, quase exclusivamente reservados para a alimentação dos europeus. À falta de *stock*<sup>182</sup>, os soldados portugueses encarregavam-se de arranjar alternativas de substituição por legumes/vegetais cultivados em Moçambique. A fruta local desconhecida rapidamente era rejeitada pelo sabor e pelos problemas que trazia aos homens, tais como problemas gástricos. A proveniente da metrópole rara escasseava por motivos vários: o consumo total a bordo ou a sua deterioração à data do desembarque. A base da estrutura alimentar dos portugueses, o pão, era inexistente no formato habitual por falta de cereais ou pela falta de água, e tal como foi feito com outros tipos de géneros, também o pão rapidamente encontrou substituto através da permuta de ingredientes regulares por outros especificamente locais como o caso da mandioca. Contudo também o Ministério das Colónias se mostrou preocupado com a alimentação dos seus homens e, como tal, propôs à Companhia de Moçambique o tabelamento do preço do pão comum e de mistura, que respectivamente não deveriam de ultrapassar os 0\$25 e 0\$15 por quilograma.<sup>183</sup>

Os desembarques em Moçambique revestiam-se de características particularmente desesperantes. Além da falta de infra-estruturas de apoio ao desembarque, persistia descoordenação de procedimentos. Primeiro o material era retirado do porão da embarcação; subsequentemente, as tropas tinham ordem de desembarque e, por último, as bagagens eram subtraídas da embarcação e deixadas à sua sorte na praia – rara era a vez que os homens tinham o acampamento pronto para a sua recepção. A forma de contornar estas dificuldades passava pela construção de um acampamento à chegada, e em condições de ser aproveitado pelos homens que se revezavam entre expedições. Não só era importante os materiais para a construção e a mão-de-obra, como também a escolha da localização para assentar o mesmo. No domínio dos materiais existiam madeiras de boa qualidade e zinco de forma a tornar a construção duradoura; quanto à mão-de-obra, incidia sobre os homens deslocados para

---

<sup>182</sup> Vide Anexos, anexo nº 9.

<sup>183</sup> Boletim Oficial de Moçambique – IIª Série – 1916. 8 de Julho de 1916. P. 216.

Moçambique cujo passado não passava pela instituição militar mas profissões como a carpintaria ou serralharia. A localização do acampamento era importante; importaria optar por locais elevados por causa da visibilidade, bem como locais não muito preto nem muito longe do oceano, isto porque o facto de estarem perto permitia a rápida evacuação das tropas, e o facto de obterem uma certa distância permitia o isolamento de certas doenças propagadas pelos mosquitos que existiam perto do mar e dos rios. Contudo existiam outros detalhes que não eram bem estudados aquando da distribuição geográfica dos pavilhões, nomeadamente assistiu-se a uma preocupação em afastar as localizações das latrinas e dos estábulos dos dormitórios dos homens. Porém essa preocupação não foi notada aquando da decisão de construção dos dois pavilhões entre si, isto porque devido à falta de higiene dos mesmos, estes eram locais de propagação de doenças e por tal, com medo de serem infectados devido à falta de higienização do local, os homens passaram a fazer as suas necessidades fisiológicas na rua perto dos dormitórios e assim repetiam-se as faltas de condições de higiene encontradas junto às latrinas e aos estábulos.<sup>184</sup>

A falta de higiene e de alimentação adequada e satisfatória não tardou a originar baixas, quer por doença prolongada quer por morte imediata. Partindo deste princípio e associado ao facto de não existir médicos e restante *staff* complementar em número suficiente para tratar dos milhares de homens que se encontravam em Moçambique, houve a obrigação da contratação de serviços médicos locais pois estes para além de aumentarem o número de staff disponível, serviam essencialmente para diagnosticar e tratar de doenças locais tão recorrentes, que para os prestadores de serviços de saúde encaminhados pela metrópole desconheciam, ou estavam pouco informados, e que originaram inúmeras mortes devido a esse mesmo desconhecimento. De forma a prevenir doenças elementares e de fácil percepção, diariamente realizava-se uma inspecção aos homens e pequenos curativos, e fazia-se uma separação de doentes, respectivamente, entre postos e hospitais de conforme a gravidade do paciente de forma a evitar contágios de doenças graves.

Relativamente a instalações médicas, era notório que era uma situação preocupante e gravosa, na medida em que pouco antes da Grande Guerra, só se contava

---

<sup>184</sup> CARDOSO MIRÃO. *Kináni? (Quem Vive?)*. S.L., Livros Horizonte, 2001.

com a existência de um hospital, localizado em Lourenço Marques por ser a capital de Moçambique, porque na restante colónia existiam pequenos postos de enfermagem/saúde. Todavia durante os anos das expedições foram erigidos hospitais em outros locais como Porto Amélia, Mocímboa e Palma, em virtude de ter um campo de intervenção mais extenso e menos demorado. Já o funcionamento de ambos era dissemelhante até porque ambos tinham funções divergentes, além das supramencionadas, como por exemplo pequenos cortes ou inícios de doenças ficavam-se pelo posto, já casos mais graves ou mesmo desconhecidos passariam para os hospitais, até porque nos hospitais erigidos mais recentemente era possível a realização de análises químicas e microscópicas, vistos estarem dotados com laboratórios de análise.

Porém estas últimas por vezes só se agravavam devido à falta de medicamentos<sup>185</sup>, ou à existência destes fora de condições ou de prazo de validade, no início a maioria dos medicamentos vinham de Lisboa com os homens, porém cingiam-se maioritariamente a permanganato e tintura de iodo. Mas depressa se recorreu à colónia inglesa vizinha, África do Sul, para obter os medicamentos em falta de forma a suprir as necessidades encontradas, contudo e não fugindo aos hábitos de acondicionamento conhecidos rapidamente se concluiu que este não seria o caminho mais certo a tomar na medida em que a colónia inglesa começou a encarecer o preço dos medicamentos quer porque estes se estragavam quase com a mesma rapidez que aqueles provenientes de Lisboa.

Torna-se conclusivo dizer que as mortes adjacentes a estas faltas de condições poderiam ser evitadas se se tivesse pensado anteriormente nos problemas que poderiam aparecer enquanto os homens estivessem deslocados, bem como na preocupação de enviar um maior número de *staff* médico, auxiliado por nativos. A questão de antecipação de problemas sanitários e de saúde poderiam ter sido uma das maneiras de evitar grandes males, isto porque não é de todo descabido perceber que a estadia num país que não possuía as mesmas condições climáticas e que por sua vez implicava outro tipo de higiene daria problemas de sobra. Sendo que os problemas advindos destas condições não encontravam solução imediata devido à falta de condições de

---

<sup>185</sup> Vide Anexos, anexo nº 10.

acantonamento, à falta de materiais médicos e farmacêuticos, bem como à falta de pessoal especializado em doenças tropicais.

## CONCLUSÃO

Finda a guerra é possível apurar, segundo os documentos oficiais, nomeadamente através das propostas orçamentais, com alguma coerência os seguintes valores despendidos, bem como outras perdas avultadas mas sem exactidão de valor:

Conseguiu-se chegar à conclusão que desde o ano de 1914 até a Agosto de 1920, foram gastos 372 mil contos, resultantes dos encargos com a guerra, a juntar a este valor encontram-se 280 mil contos, sendo que estes foram os valores apresentados à Alemanha como compensação pelo envolvimento de Portugal na Grande Guerra Mundial. A estes dois valores supramencionados acrescem outros dois, de diferentes proveniências, o primeiro valor provém da dívida à Inglaterra, que no todo acumulado rondava os 220 mil contos, já o segundo valor advém do total da dívida pública interna, que ascendeu aos 300 mil contos. Contas feitas, o somatório total corresponde a 1 milhão e 172 mil contos.

As restantes perdas/despesas não foram contabilizadas monetariamente, ficando só a informação do que se despendeu: Primeiramente conta-se com a perda de dois navios mercantes e dois navios de guerra, bem como a mercadoria; fornecimento à aliada Inglaterra de material de guerra bem como dos navios mercantes alemães que haviam sido apreendidos nos portos portugueses; fornecimento contínuo à mesma aliada de bens alimentares como cereais, de animais (quer para alimentação, criação ou mesmo para utilização de força de tracção), e de variadas matérias-primas, como o caso do volfrâmio; continuando a parceria com a Inglaterra, assistiu-se à utilização por parte da mesma dos portos nacionais mesmo antes da declaração de guerra por parte da Alemanha a Portugal em 1914, bem como da cedência de passagem de tropas desta por território português, concretamente na colónia de Moçambique; e por último o reforço da defesa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como do de Cabo Verde contra possíveis ataques derivados de submarinos alemães.

Para além dos valores monetários, existiram também valores humanos, isto é homens que perderam a vida. Apesar de grande parte de historiadores, e outros profissionais, se virarem bastante para a Flandres, não é difícil de reparar nos números apresentados quer para os contingentes, quer para os que padeceram em Moçambique durante a Grande Guerra. Ao todo foram pouco mais 20 000 homens destacados para a

África Portuguesa Oriental, dos quais padeceram 2007, sendo que só 2% morreram em combate, sendo que os restantes foram devido a doença. Ao todo podemos afirmar que morreram mais homens em Moçambique do que na Flandres, onde se contaram 1938, com a diferença de que do primeiro cenário as baixas são na sua esmagadora maioria por doença ou acidente, provenientes de falta de condições e da impreparação dos homens para o cenário africano.<sup>186</sup>

---

<sup>186</sup> TELO, António José. A República e as Forças Armadas. [S.L.], [S.N.], 1997. P. 291



## BIBLIOGRAFIA

AA.VV., *História Contemporânea de Portugal – 1ª República*, Tomo II, I Vol., Portugal na Guerra, [S.L.], Multilar, 1988.

ARRIFES, Marco Fortunato, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914 – 1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2004. Pp. 318 e 322.

ALMEIDA, António José de, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III. Lisboa, J. Rodrigues e Cª, 1934. Pp. 177 – 182.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO. *Relatório do Banco Nacional Ultramarino do anno de 1890 – 1916*. Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, 1891. P. 21 [1914], 21 [1916].

CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa, Guimarães & Cª, 1935. Pp. 57 – 64 e 97 – 98.

CASTRO, Álvaro. *África Oriental Portuguesa – Notas e Impressões de Álvaro de Castro*. 1ª Série. Lisboa, Livraria Académica, 1917.

CARDOSO MIRÃO. *Kináni? (Quem Vive?)*. S.L., Livros Horizonte, 2001.

COIMBRA, Artur Ferreira. *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)*. Braga, [S.N.], 2000. P 37.

COSTA, Mário, *É o inimigo que fala*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1932. Pp 115 – 116.

FERREIRA GIL, José César. *A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses – o esforço da expedição de 1916*. Revista Militar Nº 2548 – Maio de 2014. Pp 509 – 526.

FRAGA, Luís Alves de. *A Alemanha e as colónias portuguesas*. In AAVV. *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 14 – 16.

FRAGA, Luís Alves de. *Divisão de Instrução – as manobras de Tancos*. In AAVV, *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 265 – 269.

FRAGA, Luís M. Alves de, *Portugal na Grande Guerra, Razões económicas de beligerância*. Separata da Revista Militar, Lisboa, 1985.

FRAGA, Luís M. Alves de, *Portugal na Grande Guerra. Recrutamento, a mobilização e o Roulement nas frentes de combate. Factos e Números*, VIII Colóquio – O recrutamento militar em Portugal, Comissão portuguesa de História Militar, Lisboa, 1996.

FRAGA, Luís M. Alves de, *Portugal nem neutralidade, nem beligerância*. In AAVV, *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 103 – 104.

FRAGA, Luís M. Alves de, *Os navios alemães – Declaração de Guerra*. In AAVV, *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 245 – 249

GOIS PINTO, Ernesto Espregueira. *Inspecção Superior de Fazenda da Província de Moçambique, Conta do Exercício de 1914 – 1915*. Apêndice ao Boletim Oficial Nº 50 – 1916 – 12 Dezembro. P.12.

INSO, Jaime Correia do. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2015.

LINCHNOWSKY, Príncipe. *A Inglaterra e a Alemanha projectavam a partilha das colónias portuguesas*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Amigos do Livro, 1985. Tomo II – *Primeira República: da conspiração ao fim do regime parlamentar*. Pp. 55 – 57.

MARQUES, Isabel Pestana, A “Guerra de Papel” na sociedade Portuguesa (1914 – 1918), IX Colóquio – Os militares na Sociedade Portuguesa, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, Dezembro, 2000.

MATA, Maria Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, [S.N.], 1985. Pp. 45, 115 e 116.

MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. *O escudo: a unidade monetária portuguesa 1911 – 2001*. Lisboa, Banco de Portugal, 2001.

MATA, Maria Eugénia e VALÉRIO, Nuno. O escudo: a nova unidade monetária da República. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2011. Pp. 21 – 24, 44 – 45, 56, 57, 59 e 61.

MARTELO, David. *Mobilizações e declarações de guerra*. In AAVV. *Portugal e Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 49 – 53 e 138 – 139.

MAYER GARÇÃO, Francisco. *Relatório Oficial justificativo da intervenção de Portugal na Guerra*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Amigos do Livro, 1985. Tomo II – *Primeira República: da conspiração ao fim do regime parlamentar*. Pp. 59 – 67.

MAYER GARÇÃO, Francisco. *Relatório Oficial justificativo da intervenção de Portugal na Guerra*. In MEDINA, João. *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Multilar, 1988. Pp 59 – 67.

MEDINA, João, *História de Portugal Contemporâneo – político e institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1994. Pp 416 – 417.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *A União Sagrada*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. Pp. 275 – 285.

MOSCA, João. *Economia de Moçambique – Século XX*. Lisboa, Instituto Piaget, 2005. Pp 33 – 34.

MONTEIRO, Armindo. *Do orçamento português*. Tomo I. Lisboa, [s. n.], 1921. Pp. 20, 27, 30 – 31 e 40.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. [S.L.], Publicações Europa América, 2012. P.372.

OLIVEIRA, Pedro Aires. Parte IV – *O Ciclo africano*. In OLIVEIRA E COSTA, João Paulo, et lid. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

PÉLISSIER, Réne. *História de Moçambique: formação e oposição (1854 – 1918)*. Lisboa, Estampa, 1987 – 1988. Pp. 419.

PEREIRA, David. *A Sociedade*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2009. Pp. 83 e 85.

PERES, Damião, *História de Portugal – Edição Monumental*, Porto, Portucalense Editora, 1954.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*. Lisboa, Caleidoscópio, 2011. Pp. 183, 151, 152 e 199.

PIRES, Ana Paula e FOGARTY, Richard S. *África e a Primeira Guerra Mundial*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. Nº 66. Pp 63, 64 e 69.

PROENÇA, Maria Cândida. *A Questão Colonial*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. Pp. 205 – 228.

RAMIRES OLIVEIRA, A. N., ed lit. *História do Exército Português (1910 – 1945)*. Lisboa, Estado Maior do Exército, 1993. P. 543, 545 e 547.

RAMIRES DE OLIVEIRA, A. N. *História do Exército Português (1910 – 1945)*. Volume IV. Lisboa, Estado Maior do Exército, 1995. Pp. 23 – 24.

RAMOS, Rui. *Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial*. In MENESES, Filipe Ribeiro de. *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa, Tinta-da-China, 2011. Pp. 83 – 84 e 100 – 101.

ROLLO, Maria Fernanda. *Soldado de África! Quantas medalhas te puseram no peito? Portugal e África numa guerra global*. In *Ler História*. Lisboa, 2014. Nº 66 p 88, 89, 79, 80, 93 e 94 – 96.

ROLLO, Maria Fernanda, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República, 2014. Vol II: F – M

SANTOS, José Ferreira dos. *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*. S.L., Academia da Marinha, 2008. Pp. 22, 32, 60, 80, 84, 100, 126, 142, 158, 198, 222, 228 e 256.

SERRA, João B. *A evolução política (1910 – 1917)*. In ROSAS, Fernando. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta-da-China, 2010. PP 94, 116 e 117.

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, *O Poder e a Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996. Pp. 62, 80, 373 – 374, 375 – 377 e 379 – 382.

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, e BARATA, Manuel Themudo, *Nova História Militar de Portugal, Vol. 4*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004. Pp. 14

SILVA, Álvaro Ferreira da e AMARAL, Luciano. *A crise orçamental monetária portuguesa no contexto internacional (1914 – 1931)*. In MENESES, Filipe Ribeiro de. *A 1ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. 53 – 54, 55 e 72 – 73.

TELO, António José. *A crise portuguesa: economia e sociedade*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 486.

TELO, António José. *A economia da República Portuguesa*. [S.L.], [S.N.], 1997. Pp. 219 – 220, 221, 228 e 230 – 231.

TELO, António José. *A Marinha e o apoio ao Império*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 260 – 261.

TELO, António José. *Armada Portuguesa – planos e realidades*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 33 – 34.

TELO, António José. *A República e as Forças Armadas*. [S.L.], [S.N.], 1997. P. 287.

TELO, António José. *Campanha de Moçambique – 1914 – 1915*. In AAVV. *Portugal na Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. Pp. 147 – 149.

TELO, António José. *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. Vol. I. Pp 11 – 13 e 14.

VENTURA, António. *A Sociedade portuguesa: efeitos da guerra*. In AA.VV., *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*. Matosinhos, Quidnovi, 2010. P. 447.

*Dicionário dos termos militares*, Estado-Maior do Exército, Instituto dos Altos Estudos Militares, 1997.

*Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918*, Tomo I – As negociações diplomáticas até à declaração de guerra. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp 149 -150 e 316 – 319.

*Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918*, Tomo II – As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1997. Pp 15 – 16.

*Portugal em Guerra*, 2ª Série, nº8. Lisboa, Imprensa Nacional, 1918. P. 17.

*Proposta Orçamental para o ano de 1913 – 1914 – Desenvolvimento da despesa do Ministério da Guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

*Proposta Orçamental para o ano de 1914 – 1915 – Desenvolvimento da despesa do Ministério da Guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

*Proposta Orçamental para o ano de 1915 – 1916 – Desenvolvimento da despesa do Ministério da Guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.

*Proposta Orçamental para o ano de 1913 – 1914 – Desenvolvimento da despesa do Ministério da Marinha*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

*Proposta Orçamental para o ano de 1914 – 1915 – Desenvolvimento da despesa do Ministério das Colónias*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

*Decreto-Lei 2 de Março de 1911*

*Decreto-Lei 3 de Maio de 1911*

*Decreto de Lei de 6 de Março de 1906*

*Despacho nº 1149 da Secretaria de guerra de 24 de Setembro de 1915*

Ordem do Exército, nº 12, 1ª Série, 1916. P. 585.

Ordem do Exército, nº 15, 1915. P. 519.

Arquivo Histórico Militar 2/7/61/52

Arquivo Histórico Militar 2/7/16

Arquivo Histórico Militar 2/7/52/61

Arquivo Histórico Ultramarino 02.04.19

Arquivo Histórico Ultramarino 15/25.00.00.455

Arquivo Histórico Ultramarino 02.04.19.942

Arquivo Histórico Ultramarino 02.14.01.733

Boletim Oficial de Moçambique, 1914. P. 572.

Boletim Oficial de Moçambique. Iª Série, 1916. P. 188.

Boletim Oficial de Moçambique – IIª Série – 1916. 8 de Julho de 1916. P. 216.

Boletim Oficial de Moçambique. IIIª Série, 1916. Pp. 27, 392 e 564.

Boletim Oficial de Moçambique. I Série – 1917. 11 de Agosto de 1917 – I Série – Nº 32. P. 226.

## ANEXOS

### Anexo nº1:

#### Composição e funções dos Quartéis Gerais em Moçambique<sup>187</sup>

Composição	Função
Chefe do Estado Maior	Despacha assuntos militares com o Governador Geral.
Sub-Chefe do Estado Maior	Substitui o primeiro em caso de falta.
2ª Secção da 1ª repartição	Trata de tudo respeitante à preparação das operações militares.
Adjuntos à 1ª Secção da 1ª repartição da secretaria militar	Tratam da instrução, uniformes, requisições de material de guerra, entrada e saída de correspondência, entre outros assuntos.
Inspector do material de guerra	Oficial superior da arma de Artilharia.
Adjunto ao Inspector do material de guerra	Capitão comandante da Bateria de Artilharia em Moçambique.
Chefe do Serviço de Saúde	Chefe do respectivo serviço em Moçambique.
Amanuenses	Sargento.
Serventes	Cabos e Soldados.

As autoridades administrativas em Moçambique (1911 – 1919)<sup>188</sup>

A. C.	José Francisco de Azevedo e Silva	Maio de 1911 – Fevereiro de 1912
G. G.	José Alfredo Mendes de Magalhães	Fevereiro de 1912 – Março de 1913
Interino	Augusto Ferreira dos Santos	Março de 1913 – Abril de 1914
G. G.	Joaquim José Machado	Abril de 1914 – Maio de 1915
G. G.	Alfredo Baptista Coelho	Maio de 1915 – Outubro de 1915
G. G.	Álvaro Xavier de Castro	Outubro de 1915 – Dezembro de 1917 (?)
G. G.	Pedro Francisco Massano de Amorim	Abril de 1918 – Abril de 1919

<sup>187</sup> ARRIFES, Marco Fortunato. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola, Moçambique (1914 – 1918)*. Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2004. Anexo Nº 2.

<sup>188</sup> PÉLISSIER, Réne. *História de Moçambique, formação e oposição (1854-1918)*. Volume I. Lisboa, Editorial Estampa, 1987. P. 150



## CRONOLOGIA

- 1911** | 2 de Março – Lei do recrutamento militar.
- 3 de Setembro – Nomeação do general Pimenta de Castro para Ministro da Guerra do I Governo Constitucional da República Portuguesa. A dia 4, de Celestino de Almeida para Ministro das Colónias, do mesmo governo.
- 1912** | 7 de Fevereiro – O Governo britânico desmente o embaixador Teixeira Gomes, que acreditava ser certo o acordo entre o império Alemão e o Reino Unido para a divisão das colónias portuguesas em África.
- 15 de Abril – Augusto Vasconcelos, Presidente do Ministério e Ministro dos Negócios Estrangeiros, garantiu à Câmara dos Deputados inexistência do acordo, dizendo ainda que a independência, a integridade e os interesses de Portugal e seus domínios nunca estiveram sobre a ameaça das potências em questão.
- 1913** | 21 de Fevereiro – Confirma-se a existência de negociações, entre o Império Alemão e o Reino Unido, a partilha das colónias portuguesas como uma das alíneas constituintes na reestruturação do Tratado Anglo – Alemão de 30 de Agosto de 1898.
- 31 de Julho – Edward Grey, o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, informa Arthur Hardinge, embaixador britânico em Portugal, que o Reino Unido opõe-se a qualquer intervenção de outras potências nos assuntos portugueses, com excepção de Espanha.

---

<sup>189</sup> Cronologia centrada nos aspectos militares relacionados com a Grande Guerra em Moçambique

- 13 de Agosto – Revisto e ratificado o Acordo Anglo-Alemão, renova as cláusulas do acordo inicial e estabelece uma nova partilha das colónias portuguesas em solo africano.
- 14 de Outubro – “The Daily Telegraph” noticia o acordo franco-espanhol, no qual França permitiria a Afonso XIII de Espanha, a intervenção nos assuntos portugueses, na esteira da posição de Edward Grey em Julho.
- 1914** 9 de Fevereiro – General Pereira D’Eça é nomeado Ministro da Guerra e o coronel Lisboa de Lima para Ministro das Colónias.
- 10 de Fevereiro – Paul Cambon, embaixador francês no Reino Unido, comunicou ao Governo Britânico que a publicação do acordo anglo-alemão sobre as colónias portuguesas em solo africano punha em causa as relações franco-britânicas.
- 28 de Julho – O Império Áustrio-Húngaro declara guerra à Sérvia.
- 1 de Agosto – A Alemanha declara guerra ao Império Russo, isto devido ao facto do Império Russo ter iniciado mobilização, enquanto França ordena a mobilização do seu exército.
- 3 de Agosto – A Alemanha declara guerra a França e inicia a invasão da Bélgica e do Luxemburgo. Por sua vez, o Governo Britânico envia uma missiva ao Governo Português na qual informa que Portugal deve abster-se de fazer declarações sobre os sucedidos dos restantes países. Com o risco de entrar na guerra, o Banco de Portugal vê-se envolvido num excesso transaccional de notas por metal, entrando assim numa pequena crise financeira.
- 4 de Agosto – O Governo Britânico declara guerra ao Império Alemão, por este último ter invadido a Bélgica, que no tratado Anglo-Alemão de 1839 tinha sido declarada como território neutro. No mesmo dia,

o Governo Britânico informa o Governo Português, que em caso de ataque alemão a qualquer território português o Reino Unido intercederá por Portugal devido à Aliança Anglo-Portuguesa, dando instruções sobre o posicionamento desejável de Portugal no contexto da Grande Guerra – nem beligerante, nem neutral.

- 12 de Agosto – É ordenada uma expedição militar com destino a Moçambique. Portugal assina com a Grã-Bretanha o Tratado de Comércio e Navegação Luso-Britânico. França e Reino Unido declaram guerra ao Império Áustro-Húngaro. No mesmo mês, a 23, o Japão declara guerra ao Império Alemão.
- 11 de Setembro – Partida da primeira expedição militar para Moçambique. O Império Alemão havia atacado o posto fronteiriço de Maziúá, na fronteira com a colónia da África Oriental Alemã, a 25 do mês anterior. Ainda em Setembro chegou de França uma solicitação militar para que Portugal pudesse participar em conjunto com a mesma, através da artilharia e da infantaria.
- 3 de Outubro – Teixeira Gomes, diplomata português em Inglaterra, aconselhava que não se concedesse auxílio a França sem o pedido expresso do mesmo país e o consentimento inglês.
- 7 de Outubro – Partida da segunda expedição militar para Moçambique.
- 19 de Outubro – Reunião entre os Estados-Maior do Governo Português e Britânico.
- 1 de Novembro – A primeira expedição portuguesa para Moçambique, composta por 1 batalhão, 1 bateria e 1 esquadrão, desembarca em Porto Amélia, a norte de Moçambique, liderada pelo Tenente-coronel Massano de Amorim.

- 23 de Novembro – Realização de uma reunião extraordinária do Congresso da República Portuguesa, na qual se comunica que se autoriza a participação na Grande Guerra ao lado de Inglaterra.
- 1915** 25 de Janeiro – Nesta data o general Pimenta de Castro é empossado como Ministro das Colónias e Ministro da Guerra. Seguindo-se um breve período de ditadura, terminando a 28 de Janeiro.
- 15 de Maio – O Governo do general Pimenta de Castro é demitido, sendo o novo ministério formado por João Chagas e presidindo os ministérios das Colónias e da Guerra o general José Norton de Matos e José de Castro, respectivamente.
- 1 de Julho – É revista a lei eleitoral, na qual os militares no activo passam a ter direito de votação.
- 4 de Agosto – O governo recebe autorização para a contracção de empréstimos, destinados a fazer face ao incremento das despesas das expedições deslocadas nas colónias.
- 7 de Novembro – A segunda expedição portuguesa para Moçambique, composta por 1 batalhão, 1 bateria, 1 esquadrão, e tropas de engenharia, de saúde e de serviços, desembarca em Porto Amélia, comandada pelo Major de Artilharia Moura Mendes.
- 30 de Dezembro – O Governo Britânico pede ao Governo Português a requisição de todos navios inimigos fundeados nos portos portugueses.
- 1916** 23 de Fevereiro – Portugal apreende todos os navios mercantes alemães fundeados nos portos portugueses, de forma a serem utilizados pelos Governos Português e Britânico.
- 9 de Março – O Império Alemão declara guerra a Portugal.

- 25 de Março – O general Norton de Matos, Ministro da Guerra, publica uma Ordem do Exército a esclarecer a situação de Portugal face à Guerra.
- 10 de Abril – A localidade de Kionga, em Moçambique, é ocupada pelos portugueses, sem necessidade de confronto uma vez que esta havia sido abandonada pelas tropas alemãs.
- 27 de Abril – Entre este dia e durante todo o mês de Julho as tropas alemãs desferem uma sucessão de ataques aos postos fronteiriços nas margens do Rovuma.
- 19 de Maio – Com o objectivo de preparar a passagem do Rovuma chega à foz desse rio o cruzador *Adamastor*.
- 23 de Maio – A primeira tentativa de passar o Rovuma, com o auxílio do cruzado *Adamastor* e da canhoneira *Chaimite*.
- 27 de Maio – Combates de Namaca e Namiranga. As forças expedicionárias tentam a passagem do Rovuma sendo impelidos pelas forças alemãs.
- 28 de Maio – Partida da terceira expedição militar para Moçambique.
- 9 de Junho – Afonso Costa e Augusto Soares, ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros respectivamente, participam na Conferência Económica dos Aliados, onde se considera que o Quionga, em Moçambique, foi ocupado indevidamente pela Alemanha em 1894.
- Julho – A terceira força expedicionária para Moçambique, composta por 3 batalhões de Infantaria, 3 baterias de Artilharia, 3 baterias de metralhadoras, 1 companhia de engenharia mista e unidades de serviços, desembarca em Palma, a norte de Porto Amélia, comandada pelo general Ferreira Gil.
- 18 de Setembro – Travessia do Rovuma pela força expedicionária portuguesa e, consequente, invasão da África Oriental Alemã.

- 28 de Outubro – Ocupação do posto de alemão de Nevala, a norte do Rio Rovuma.
- 28 de Novembro – As forças portuguesas abandonam o Fortim de Nevala, e retiram para a fronteira, depois de um ataque por parte das forças alemãs.
- 1 de Dezembro – Os postos de Nangadi e Nichichira são atacados pela Artilharia alemã, impedindo a composição de uma linha defesa de Moçambique. Estes postos serão recuperados no mês de Dezembro.
- 1917** 5 de Janeiro – Partida da quarta expedição militar para Moçambique.
- 25 de Novembro – Lettow-Vorbeck abandona o Fortim de Nevala a 21 de Novembro; nesta data as tropas lusas adquirem posições defensivas em Negomano, pois haviam sido avisadas por parte dos aliados que Lettow-Vorbeck estaria a preparar um ataque naquele local.
- 3 de Dezembro – Combate na Serra de Mekula, entre as tropas alemãs e portuguesas, que iria durar quatro dias, durante os quais as tropas portuguesas resistiram ao cerco apesar da forte inferioridade quer a nível material, quer numérico.
- 1918** 28 de Abril – Sidónio Pais é eleito Presidente da República, na sequência da Revolução Dezembrista de 1917.
- 1 Julho – Combate de Nhamacurra. As forças alemãs atacam um depósito de uma companhia açucareira, defendido por tropas anglo-portuguesas, a 40 quilómetros de Quelimane, no centro de Moçambique.
- 28 de Setembro – As forças alemãs fazem a travessia do Rovuma para a África Oriental Alemã, abandonando assim Moçambique.

- 11 de Novembro – O Armistício proposto pelos aliados é aceite pelo Império Alemão.
- 12 de Novembro – O comandante Lettow-Vorbeck é informado do armistício e rende-se.
- 21 de Novembro – As forças alemãs comandadas por Lettow-Vorbeck partem de Nevala em direcção à fronteira de Moçambique.
- 28 de Novembro – Combate do Negomano. As forças alemãs atacam as forças portuguesas, resultando na morte de 5 oficiais e 14 soldados e na prisão de 31 oficiais e cerca de 500 homens.
- 3 de Dezembro – Combate na Serra de Mekula. As forças portuguesas combatem contra as forças alemãs durante 5 dias, por terem atacado parte da coluna que se dirigia para o interior da colónia.
- 14 de Dezembro – Sidónio Pais é assassinado em Lisboa por um sargento do Exército.
- 16 de Dezembro – Canto e Castro é eleito Presidente da República

Dicionário de termos militares:<sup>190</sup>

Abastecimentos – Tudo o que é necessário para equipar, manter e fazer actuar as tropas.

Dividem-se por dez classes:

- I. Víveres, isto é, alimentos necessários à sobrevivência de um indivíduo. Denomina-se de Ração se se estiver a referir à alimentação diária, esta pode-se dividir-se em normal, de combate ou de emergência.
- II. Fardamento e outros vestuários, equipamento pessoal, entre outros.
- III. Combustíveis e Óleos.
- IV. Material de construção, incluindo equipamento instalado, isto é, água corrente, electricidade, entre outros.
- V. Munições.
- VI. Artigos de uso individual e de foro privado.
- VII. Artigos completos principais, incluindo armas, carros de combate, rádios, entre outros.
- VIII. Material sanitário, incluindo os respectivos sobresselentes.
- IX. Sobressalentes, de todo o tipo de materiais.
- X. Abastecimentos para o apoio de programas não militares e que não se incluem em nenhuma das classes referidas anteriormente.

Agrupamento – Força constituída provisoriamente com base numa determinada unidade, fortalecida com uma ou mais fracções de outra ou de outras unidades, tendo em vista o desempenho duma missão ou duma operação.

Artilharia – Arma das Forças Armadas, tem como pressuposto produzir fogos e é por primazia, o aparelho de força que predispõe a neutralização ou aniquilação de materiais. São armas de Artilharia os morteiros e os obuses.

---

<sup>190</sup> *Dicionário dos termos militares, Estado-Maior do Exército, Instituto dos Altos Estudos Militares, 1997.*



Batalhão – Unidade hierarquicamente estabelecida abaixo do Regimento ou da Brigada e acima da Companhia, comumente comandada por um Capitão.

Bateria – Unidade de Artilharia hierarquicamente estabelecida abaixo do Grupo e acima do Pelotão, comumente comanda por um Capitão.

Brigada – Grande unidade de constituição basilar fixa ou agrupamento de constituição oscilante em que se articula a Divisão, constituído substancialmente, em ambos casos, por unidades de escalão Batalhão.

Cavalaria – Arma das Forças Armadas, que tem como pressuposto efectuar acções de choque ou de reconhecimento.

Companhia – Unidade hierarquicamente estabelecida abaixo do Batalhão e acima do Pelotão, comumente comandada por um Capitão.

Divisão – Grande unidade de composição orgânica fixa constituída por um certo número de pequenas nas unidades das diversas armas e serviços, parte das quais são integradas em Brigadas.

Grupo – Pequena unidade de escalão Batalhão constituída por Baterias (na Artilharia) ou por Esquadrões (na Cavalaria).

Infantaria – Arma das Forças Armadas, que tem como pressuposto a conquista e manutenção do terreno, utilizando a habilidade de progressão por exíguas fracções de terreno, de difícil detecção e grande mobilidade.

Pelotão – Unidade hierarquicamente estabelecida abaixo da Companhia, da Bateria (na Artilharia) ou do Esquadrão (a Cavalaria) e acima da Secção, comumente comandada por um subalterno.

Regimento – Unidade hierarquicamente estabelecida acima do Batalhão ou do Grupo, comumente comanda por um coronel.

Secção – Como unidade, está hierarquicamente estabelecida abaixo do Pelotão e é comumente comanda por um sargento.

Anexo 4:<sup>191</sup>

Sobre o vapor “Chinde”

Contrato de fretamento do vapor Chinde – Fundeado – Custo Mensal

Aluguer £1500 ao câmbio de 7\$00 .....	10.500\$00
Importância das passagens garantidas .....	2.500\$00
Combustível (pronto em 5 horas) 18 toneladas a 14\$00 .....	2.520\$00
Óleos e ingredientes .....	200\$00
Seguro de guerra, calculado em 3%, sobre o custo do vapor £27.756, £69 a 7\$00 ....	
483\$00	
Custo de destacamento de Marinha, não incluindo vencimentos .....	436\$50
	<hr/>
	16,639\$50
Arredondamento .....	360\$50
	<hr/>
Total	17,000\$00

---

<sup>191</sup> Arquivo Histórico Militar 2/7/16

Anexo nº 5:<sup>192</sup>

Documento nº 19

“8 de outubro de 1914

Ex.<sup>mo</sup> Snr. comandante da Expedição

Ex.<sup>mo</sup> Snr. queira notar que os dias contratados para completar a viagem do “Durham Castle” de Lisboa ao porto final em Moçambique terminam hoje 8 de outubro, às 5 horas da tarde. O mesmo navio “Durham Castle” está hoje em demora a rasão de £ 500 por dia começando em outubro 9, segundo o contracto suplementar efectuado em Lisboa em 10 de Setembro de 1914.

(a) Verrall, comandante.

Está conforme, Quartel General a bordo do Durham Castle 15 de Outubro de 1914”

Documento nº 44

Serviço da Republica – Destacamento Expedicionário a Moçambique – Nº 147 – 22 de Outubro de 1914

Ex.<sup>mo</sup> Snr. Comandante do “Durham Castle”

Sua Ex.<sup>a</sup> o comandante do destacamento encarrega-me de enviar a V.Ex.<sup>a</sup> a adjunta declaração conforme foi solicitado por V.Ex.<sup>a</sup>. (a) Antonio Sant’ana Cabrita Junior.

Segue a copia da declaração

Destacamento Expedicionário a Moçambique – Declaração

Tendo o comandante do navio “Durham Castle” pedido para lhe ser feita por mim uma declaração do tempo de viagem da expedição a bordo do referido navio, e informado de

---

<sup>192</sup> Arquivo Histórico Ultramarino 02.04.19

que tal pedido tinha em vista liquidação de contas entre o Governo Portuguez e a companhia Union Castle Line, tenho a declarar:

1 – Que a viagem foi feita entre portos e com demora n'estes nas seguintes condições:

Chegada do navio a Lisboa em 8 de setembro às 8<sup>h</sup>,30<sup>m</sup>.

Demora em Lisboa ..... 80<sup>h</sup>,

Partida de Lisboa em 11 de setembro às 16<sup>h</sup>30<sup>m</sup>.

[Entre a saída de Lisboa e a chegada Loureço Marques existiram passagens e paragens em Cabo Verde, Luanda e Cabo da Boa Esperança]

Chegada a Lourenço Marques em 16 de outubro às 9<sup>h</sup>,30<sup>m</sup>.

Duração da travessia ..... 95<sup>h</sup>30<sup>m</sup>,

Demora em Loureço Marques até começar a descarga ..... 93<sup>h</sup>30<sup>m</sup>,

Duração da descarga ..... 61<sup>h</sup>

1.067<sup>h</sup>30<sup>m</sup>

sendo portanto a viagem de 44 dias (quarenta e quatro dias) e 11<sup>h</sup>30<sup>m</sup> (onze horas e trinta minutos) incluindo a carga e descarga;

2 – Que abastendo dez dias que foram autorizados para carga e descarga, [...], o número de dias de viagem é de trinta e quatro dias e onze horas e meia;

3 – Que tendo-me sido declarado pelo snr. Comandante do navio que d'estes dias de viagem, aqueles que excedessem vinte e sete dias deviam ser pagos á razão de 500 libras por dia.

[...]

A bordo do “Durham Castle” aos 22 de Outubro de 1914.

O comandante do destacamento expedicionario (a) Pedro Francisco Massano de Amorim, tenente coronel.”

Anexo 6:<sup>193</sup>

Relação de artigos de reserva de fardamentos entregues à Companhia mista expedicionária a Moçambique

Designação de artigos	Quantidades
Chapéus Capacetes	5
2 barretes para praças apeadas	13
Dolmens de Serviço	5
Calças de cotrim para praças apeadas	5
Botas (pares)	5
Alpercatas (pares)	5
Grevas (pares)	8
Capotes para praças apeadas	3
Camisas	13
Ceroulas	13
Lenços	13
Toalhas	13
Pequenos aquecimentos	3

Quartel em Lisboa, 4 de Maio de 1916.

---

<sup>193</sup> Arquivo Histórico Ultramar 15/25.00.00.455

Anexo 7:

A saúde a bordo do *Durham Castle*<sup>194</sup>

“Destacamento Expedicionário a Moçambique

Enfermaria a bordo do *Durham Castle*

Mapa Nosologico de 14 a 30 de Setembro de 1914

Doenças	Nº de casos	Baixaram Art. Cav. Inf.			Total de Entradas	Saíram C. M. E. <sup>195</sup>			Total de saídas
Angina	3	-	-	3	3	2	-	-	2
Asthemia Geral	1	-	-	1	1	-	-	1	1
Blenorragia	4	-	-	4	4	3	-	-	3
Contusão	1	-	-	1	1	1	-	-	1
Dermatose	1	-	-	1	1	-	-	1	1
Embaraço Gástrico	1	-	-	1	1	1	-	-	1
Enjou	4	-	1	3	4	4	-	-	4
Enterite	1	-	-	1	1	1	-	-	1
Gripe	12	-	1	11	6	6	-	-	6
Orchite	2	-	-	2	2	2	-	-	2
Reheumatismo	4	1	-	3	3	3	-	1	4
Sarna	2	-	-	2	2	2	-	-	2
Tuberculose	2	-	-	-	-	-	-	2	2
Total	38	1	2	35	25	25	-	5	30

A bordo do “Durham Castle” 30 de Setembro de 1914

<sup>194</sup> Arquivo Histórico Ultramarino 02.04.19.942

<sup>195</sup> C.M.E. – Correspondem a curados, melhorias e evacuados, respectivamente.

Anexo 8:<sup>196</sup>

“A casa Cartojo Morgenstern & C<sup>a</sup>, tendo conhecimento das diligências feitas para saber se havia em Lourenço Marques uma destiladora, apresentou uma proposta comprometendo-se a fornecer um destilador completo com alimentador e caldeira por 1700 escudos.”

Anexo 9:<sup>197</sup>

Sobre o que segue no vapor “Africa” e o que não segue

(...) faltando os que foram rejeitados (...) e são os seguintes: 400 kilos de manteiga de vaca e 1.800 kilos de cebola. Não embarcaram também 8.000 kilos de atum, em salmoura, 25.000 kilos de aveia e 20.000 kilos de fava.

Sobre géneros alimentares – 18, Outubro de 1915

(...) seguem amanhã no vapor “Malange”. (...) faltando: 5.000 kilos de bacalhau e 1.800 quilos de cebolas, embarcando esta no primeiro vapor de Novembro próximo e o bacalhau em duas remessas de 2.500 kilos conforme o solicitado. (...) os 8.000 kilos de atum em salmoura ainda não podem ser enviados n’este vapor por não haver este género no mercado, esperando-se mandar em Novembro.

Anexo 10:<sup>198</sup>

“Da Pharmacia das Forças Expedicionárias em Palma. Se requisita o seguinte:

Artigos e sua aplicação – Quantidade

Amonia líquida – 0,100

Alcool a 90° –1,000

Algodão– 2,000

---

<sup>196</sup> Arquivo Histórico Militar 2/7/52/61

<sup>197</sup> Arquivo Histórico Militar 2/7/52/61

<sup>198</sup> Arquivo Histórico Ultramarino 02.14.01.733

Ampolas de Emerol – 2 caixas

Água de Monte Sabroso (garrafas) – 50

Hostias n ½ – 1 caixa

Lourenço Marques, 1916

Pel'O Presidente do Conselho Administrativo

José Mascarenhas”

Arquivo Antigo da Farmácia Hospital de Palma 1916

“Requisita-se para alimentação dos doentes o seguinte:

Leite esterilizado – duzentas latas

Marmelada – quatro latas

Farinha Nestlé – cinco latas

Palma, 5 de Agosto”

Sobre o fornecimento de material ao Hospital de Porto Amélia<sup>199</sup>

(...) informa hospital só poder fornecer dois pontos de metil, 1 kilo de aciso sulfúrico para 2 kilos de cloreto de amonio, 1 kilo de carbonato amonio, 1 kilo de brometo sodio, 1 kilo iodeto sodio, 250 gramas alcatrão, 2 kilos soluto de acetato amonio, 1 kilo linhaça, 20 kilos de mostarda morton, 30 frascos hostias limotin número 1, 50 caixas essências canela 10 gramas. Estes medicamentos seguem no 1º transporte.

3, Janeiro de 1916. De Governador para Comandante Expedição Porto Amélia Simões Vaz Tenente.”

---

<sup>199</sup> Arquivo Histórico Militar 2/7/16